



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História

**U**NIRIO  
*história*

**BERNARDO SALDANHA DA GAMA DE PAIVA  
COELHO FREITAS GERUDE**

**UMA CARTOGRAFIA DAS  
MURMURAÇÕES NO RIO DE JANEIRO  
NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XVIII**

**2022**

**Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)**  
**Mestrado em História Social**  
**Linha de Pesquisa: Patrimônio, Ensino de História e Historiografia**

**Uma cartografia das murmurações no Rio de Janeiro na última década do século XVIII**

**Bernardo Saldanha da Gama de Paiva Coelho Freitas Gerude**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre. Linha de pesquisa: Teoria, Patrimônio e Ensino de História.

**Rio de Janeiro**

**2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH**  
**PPGH - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Bernardo Saldanha da Gama de Paiva Coelho Freitas Gerude**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre. Linha de pesquisa: Teoria, Patrimônio e Ensino de História.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Anita Correia de Lima Almeida

Banca:

---

Prof. Dra. Anita Correia de Lima Almeida - UNIRIO - Orientadora

---

Prof. Dr. Dr. Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves - UFF

---

Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches - UNIRIO

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer à UNIRIO e ao PPGH, que viabilizaram e tornaram este trabalho possível durante um período de dificuldades enfrentadas em anos de quarentena, devido à pandemia do COVID-19. Agradeço também à minha orientadora, Dra. Anita Correia de Lima Almeida, que durante todo esse tempo soube com paciência e caridade me auxiliar no desenvolvimento do meu trabalho. Sem sua devida orientação não teria conseguido chegar até aqui.

Gostaria de agradecer à minha noiva, Amanda, que me acompanha há muito tempo e viveu comigo todas as minhas angústias até a finalização deste trabalho. Amanda é minha melhor ouvinte, minha parceira, que com afeto me escutou desabafar e explicar repetidas vezes os pormenores de minha pesquisa.

Agradeço também aos meus amigos e familiares, Denise, Maurício, Maria e Pedro Bauer, Patrick, Karina, Guilherme, Carlos Thadeu, Lucas, Gustavo, Maria Paula, Aline, Guilherme, Victoria, Eduardo, Eric, Felipe, João Felipe, João Pedro, Marcelo, Luiz, Pedro, Pedro Henrique, Rafael e Vitor. Escrever história nunca é uma atividade solitária, pois nós historiadores escrevemo-las sempre com nossos interlocutores em mente. Dedico este trabalho aos meus amigos, pois eles sempre foram meu sustento em momentos de dificuldade.

## Resumo

No ano de 1794, os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro foram presos. A Sociedade havia sido fundada sob os auspícios e patrocínio do vice-rei marquês do Lavradio anos antes. Após permanecer fechada entre 1790 e 1794, foi reaberta pelo empenho um de seus membros mais destacados: Manuel Inácio da Silva Alvarenga. Contudo, poucos meses após a segunda temporada de funcionamento do grupo, a instituição foi fechada pelo vice-rei conde de Resende, sob a suspeita de que seus membros estavam planejando uma sedição. Apesar de terem permanecido mais de dois anos presos, tendo sido submetidos a numerosos interrogatórios, a Coroa portuguesa não foi capaz de concluir que uma conjuração contra a Coroa Portuguesa estivesse sendo orquestrada pelos membros da Sociedade Literária, libertando-os. O objetivo aqui é visitar uma vez mais esse episódio, já tão debatido pela historiografia, analisando-o, no entanto, a partir das murmurações e dos espaços urbanos preenchidos pelas vozes desses homens, buscando alcançar assim um entendimento mais profundo das práticas de sociabilidade letrada no Rio de Janeiro, ao final do século XVIII, e de seus nexos com o espaço urbano, na sua complexidade de espaço de afirmação do poder, mas também de sua contestação.

Palavras-chave: murmurações, sociabilidade letrada, territorialização de espaços urbanos, Sociedade Literária, Conjuração Carioca.

## ABSTRACT

The arrest of the literati of the Literary Society of Rio de Janeiro, in 1794, was a unique event in the history of the city. The Society had been founded under the auspices and patronage of the Viceroy Marquis of Lavradio years before. After remaining closed between 1790 and 1794, one of its most outstanding members: Manuel Inácio da Silva Alvarenga, was reopened through efforts. However, a few months after the group's second season, the institution was closed by the viceroy Count of Resende, on the suspicion that its members were planning a sedition. Despite having spent more than two years in prison, having been subjected to numerous interrogations, the Portuguese Crown was not able to conclude that a conspiracy against the Portuguese Crown was being orchestrated by the members of the Literary Society, freeing them. The objective here is to visit once again this episode, already so debated by historiography, analyzing it, however, from the murmurings and urban spaces filled by the voices of these men, seeking to achieve a deeper understanding of the practices of literate sociability. in Rio de Janeiro, at the end of the 18th century, and its nexus with urban space, in its complexity as a space for the affirmation of power, but also for its contestation.

Keywords: murmurings, literate sociability, territorialization of urban spaces, Literary Society, Conjuração Carioca.

## **SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO**, p. 8

**CAPÍTULO 1: Breve panorama da Conjuração Carioca**, p. 15

1.1 A devassa e os suspeitos, p. 16

1.2 Visões historiográficas sobre a Conjuração Carioca, p. 22

1.3 As conversas ouvidas nas ruas e boticas, p. 35

**CAPÍTULO 2: O Rio de Janeiro setecentista e os espaços de poder da Coroa e da Igreja**, p. 43

2.1 A fundação da cidade, o urbanismo e a praça colonial, p. 44

2.2 O protagonismo crescente do Rio de Janeiro e seus espaços de poder no Setecentos, p. 53

2.3 A administração régia e as sociedades de letrados, p. 77

**CAPÍTULO 3: As murmurações no espaço urbano**, p. 83

3.1 Os lugares e as práticas de socialização, p. 85

3.2 As relações sociais, o espaço e o estabelecimentos de territórios, p. 97

3.3 Correspondências enviadas à rainha, p. 104

**CONCLUSÃO**, p. 111

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**, p. 115

## **Lista de mapas**

**Mapa 1:** Principais edifícios religiosos, no Rio de Janeiro, em 1794, p. 64.

**Mapa 2:** Mapa assinalando, com um círculo azul, a Capela da Irmandade de São Domingos, em 1714, p. 65.

**Mapa 3:** Mapa assinalando, com círculos azuis, as Igrejas de São Domingos e Santana, em 1750, p. 66.

**Mapa 4:** Mapa assinalando com círculos azuis as Igrejas de Santana e São Domingos. O Campo de Santana se encontra realçado pelo retângulo e o Passeio Público por um círculo azul maior, em 1786, p. 71.

**Mapa 5:** Mapa assinalando o possível caminho percorrido por Tiradentes, desde a Casa da Câmara, destacada por um círculo azul, até o Campo da Lampadosa, realçado pelo retângulo azul, no momento da aplicação de sua pena de morte, em 1792, p. 75.

**Mapa 6:** Mapa assinalando o trajeto que os denunciadores, Pereira Landim e Fernandes Teixeira, dizem ter percorrido para chegarem à botica do Amarante. A possível localização da botica está realçada pela letra “X” em azul, p. 87.

**Mapa 7:** Mapa assinalando a possível localização das boticas do Amarante e de José Luís Mendes. As letras “X” em azul destacam o provável local dos estabelecimentos farmacêuticos, os retângulos azuis marcam o Convento do Carmo e a Capela dos Terceiros do Carmo, p. 88.

**Mapa 8:** Mapa assinalando a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, por meio de um retângulo azul, p. 93.

**Mapa 9:** Mapa assinalando a localização da Rua do Cano, da Igreja de São Francisco de Paula e o Largo de mesmo nome, em 1787. A extensão do logradouro está destacada por meio de uma linha azul, a Igreja e o Largo homônimo se encontram marcados pela letra “X” e pelo retângulo de mesma cor, respectivamente, p. 105.

**Mapa 10:** Mapa assinalando na cor azul ruas e espaços onde os membros da Sociedade Literária foram denunciadores por "mal dizerem" as instâncias do poder metropolitano, e na cor vermelha os espaços territorializados pelo poder, em 1794, p. 113.

## Introdução

O tema das conjurações ocorridas no Brasil durante as últimas décadas do século XVIII já foi muito explorado pela produção acadêmica de historiadores, e por outras áreas de estudo, mas também alcançou grande penetração na sociedade, de uma forma geral. Com o advento da República, Tiradentes foi elevado à condição de herói nacional, sua imagem foi assemelhada a de Jesus Cristo, para melhor comunicar com a maioria católica do Brasil do alvorecer do século XX, e o dia de sua execução tornou-se feriado nacional.<sup>1</sup> A memória da conjuração baiana também foi articulada por intelectuais regionais, configurando-a enquanto um evento precursor do republicanismo, que derrubaria o Império ao final do século XIX.<sup>2</sup> Contudo, em historiografia com abordagem diversa, o papel desses episódios enquanto movimentos que foram precursores e que antecederam a trajetória do movimento republicano vem sendo discutido.

Assim como as conjurações mineira e baiana, a historiografia já explorou bastante as fontes disponíveis a respeito da conjuração carioca. O encarceramento de um dos maiores poetas árcades naturais da América portuguesa do período colonial, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, e outros dez indivíduos, atraiu a atenção dos pesquisadores tanto pelo contexto colonial, ou mesmo internacional, em que ocorreram, quanto pela maneira como as autoridades metropolitanas conduziram o ocorrido. A prisão dos membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro se deu de forma preventiva. Os suspeitos permaneceram presos por mais de dois anos sem serem condenados formalmente por crime algum. Porém, apesar das movimentadas duas últimas décadas do século XVIII na colônia portuguesa nas Américas, foge à memória coletiva da sociedade brasileira o episódio. Esse evento, que ficou conhecido entre os estudiosos como conjuração carioca, não ocupa nos livros didáticos escolares o mesmo espaço dedicado às duas outras conjurações, mineira e baiana.

Os autos da devassa de 1794, que contêm os relatos produzidos pelas autoridades metropolitanas responsáveis por fazer a averiguação das denúncias, interrogando e promovendo acareações com os membros da Sociedade, são a principal fonte para historiadores e demais pesquisadores que se debruçam sobre o tema da conjuração carioca. Além disso, existem alguns outros (poucos) documentos que ajudam a entender a história

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José Murilo de. Tiradentes: um herói para a República. In: **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 58-78.

<sup>2</sup> VALIM, Patrícia. Um crescendo de tomada de consciência: a Conjuração Baiana de 1798 no primeiro centenário da Independência do Brasil. **Intellèctus**, n. 1, p. 141-176, 2020.

desse episódio. Nesse contexto, variadas abordagens historiográficas já procuraram explorar o tema, examinando-o em diversos sentidos. A proposta aqui, nesta Dissertação, foi a de procurar olhar para a dinâmica da sociabilidade letrada no Rio de Janeiro setecentista, a partir de alguns elementos que a documentação sobre a conjuração carioca oferece, priorizando sobretudo aqueles relacionados aos diversos espaços da cidade do Rio de Janeiro neste final de século, o palco, afinal, onde a história desses homens se desenrolou. Assim, tendo como eixo central a temática do espaço urbano e de seus usos, esse estudo procurou examinar o tema tanto no sentido da constituição de espaços de poder, como também da existência de "brechas" em que foi possível a existência de sociabilidades que favoreceram a circulação de ideias de descontentamentos, e mesmo de contestações, em relação a esse mesmo poder.

O Rio de Janeiro, ao final do século XVIII, apesar de suas proporções serem modestas, quando comparado às maiores cidades europeias daquele tempo, era um núcleo urbano com uma atividade comercial e uma vida social intensas, ambas centralizadas na zona portuária. A capital da colônia portuguesa das Américas, cujo porto escoava para Portugal as riquezas extraídas das minas de ouro e diamante, era intensamente vigiada e controlada pelas autoridades. Porém, apesar das amarras impostas pela Coroa sobre os fluminenses e moradores das demais capitanias, os colonos encontravam seus meios para driblar barreiras de todo tipo, como a censura régia de obras literárias e textos escritos, o controle exercido pelo Santo Ofício e o exclusivo comercial. Para superar tais dificuldades, os colonos fluminenses precisavam recorrer ao espaço mais monitorado pelas instâncias do poder metropolitano: o porto.

Se era a partir do cais do porto que as remessas de seus ricos minérios eram enviadas para Portugal, livros, jornais – e pessoas – que trouxessem informações e notícias sobre o restante do mundo também entravam na cidade pelo mesmo local. Irradiavam a partir do porto as notícias que vinham da Europa, informando os moradores do Rio de Janeiro sobre o andamento da revolução francesa de 1789, da revolução ocorrida em São Domingos em 1791, da execução do rei francês Luís XVI, em 1793, entre outros fatos que poderiam ser citados. Em uma sociedade majoritariamente analfabeta, essas notícias e informações dependiam, em boa parte, da oralidade para que pudessem ser difundidas.

Neste contexto, falas públicas, discussões e conversas, aquilo que os historiadores do século XVIII entendem por murmurações, ganham uma importância notável.<sup>3</sup>

A partir dos relatos das pessoas que participaram dos autos na qualidade de testemunhas, é possível fazer um levantamento de espaços públicos (numa expressão já presente na época) e alguns que poderiam ser chamados de privados, os quais teriam sido palco de conventículos, reuniões e discussões em que as instituições e pessoas ligadas ao poder secular e religioso foram duramente criticados. E se é fato que algumas dessas falas contra o poder, e sobretudo contra a Igreja, eram muito antigas, também é verdade que algumas tinham a marca das últimas décadas do século XVIII.

O sentido de espaço que se quer priorizar é o de lugar, de marca na geografia da cidade, procurando atentar para a sua complexidade. O que se procurou foi seguir a inspiração de alguns caminhos abertos por geógrafos e outros estudiosos do espaço urbano, e em especial do Rio de Janeiro, que é o que nos interessa aqui, como a "geografia histórica" de Maurício Abreu e de outros. Estudos que ajudaram a chamar a atenção dos historiadores para a importância que, ao lado do tempo, o espaço pode ganhar, como uma categoria analítica importante.

Maurício Abreu, na introdução de sua obra *Geografia Histórica do Rio de Janeiro* (1502-1700), alerta para trabalhos que, associando perspectivas da geografia e da história, exploram o relacionamento entre tempo e espaço de maneira pouco refletida. Geógrafos que, antes de tratar do tempo presente de um determinado espaço, fazem uma evolução histórica do mesmo, juntando momentos separados; ou historiadores que tratam do espaço unicamente como um espaço absoluto, um palco onde a trama investigada se desenrola.<sup>4</sup> Abreu defende, portanto, que é preciso trabalhar com os processos sociais de apropriação e construção do lugar, do espaço, relacionando-os com as formas, morfológicas ou não, que são resultantes desses processos sociais ou que alteraram a trajetória da constituição desse lugar.<sup>5</sup> Morfologia pode ser definida como o estudo da forma, da aparência externa da matéria, portanto, as formas morfológicas a que Abreu se referem seriam a própria

---

<sup>3</sup> "Expressão - à semelhança de outras como voz popular, voz geral, saber por ouvir dizer, pública fama, público e notório - de um comportamento típico do Antigo Regime, para o qual o vocabulário português ainda continua pródigo em sinônimos: bisbilhotice, fofoca, tagarelice, conversa fiada, falar da vida alheia". NEVES, Guilherme Pereira das. Murmurações. In: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 416.

<sup>4</sup> ABREU, Maurício de Almeida. Introdução. In: **Geografia histórica do Rio de Janeiro**, Volume 1. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson, 2010, p. 18.

<sup>5</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 19.

configuração palpável e material do espaço, fruto dos processos sociais de apropriação do mesmo, que moldam e formam a ação de indivíduos sobre determinado lugar.

Apesar de Maurício Abreu ter discutido “o processo de produção do território que esteve sob a jurisdição da cidade e da capitania do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII”<sup>6</sup>, aqui nesse trabalho se buscará debater sobre processos sociais de apropriação do espaço urbano do núcleo central da mesma cidade que, ao final do século XVIII, estavam alterando as formas pretendidas deste espaço. Apesar de a análise de Abreu ser mais ampla espacial e temporalmente, abrangendo períodos de tempo mais antigos e um horizonte espacial mais largo, sua obra estabelece princípios de investigação pertinentes para o estudo do Rio de Janeiro no final dos setecentos.

Como uma instigação inicial para refletir sobre a territorialização de grupos letrados nesses espaços, foram lidos estudos do geógrafo Claude Raffestin, pioneiro nas abordagens do território como dimensão material e simbólica e autor de livros clássicos como "Por uma geografia do poder" (1980). E também se recorreu ao sociólogo Andrea Mubi Brighenti, professor da Universidade de Trento, na Itália. Raffestin compreende o conceito de território não a partir da ideia de espaço propriamente, mas a partir da dos relacionamentos humanos, pois o território é fruto de uma atividade delimitadora de fronteiras e de um processo que cria posicionamentos relacionais pré-atribuídos, isto é, estabelecendo critérios para aqueles que serão incluídos ou excluídos do território.<sup>7</sup>

Já segundo Mubi Brighenti, analisar a concepção de um território a partir de uma perspectiva comportamental humana faz com que se chegue a duas conclusões. Primeiramente, territórios estão intimamente ligados às funções que são atribuídas a eles: defesa, controle, reprodução ou acesso a recursos necessários à vida. Em segundo lugar, o território é uma entidade imaginada pelo próprio ser-humano, um espaço que é esculpido, recortado e circunscrito em vista de um conjunto de tarefas a realizar.<sup>8</sup> A partir disso o território se configura como um mecanismo pelo qual pessoas são reconhecidas como pertencentes ou excluídas dele.

Outro conceito definido por Raffestin a partir dos de espaço e território é a própria territorialidade, a qual ele vê como o sistema de relações entre uma dada coletividade ou de um dado indivíduo e suas respectivas exterioridades ou alteridades por meio de

---

<sup>6</sup> *Id., Ibid.*, p. 20.

<sup>7</sup> RAFFESTIN, Claude. Space, territory and territoriality. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 30, 2012, p. 127.

<sup>8</sup> BRIGHENTI, Andrea Mubi. On territory as relationship and law as territory. **Canadian Journal of Law and Society**, v. 21, n. 2, 2006, p. 68.

mediadores. Mediadores, segundo ele, são todos os elementos que constituem as condições para o exercício de um poder e que, conseqüentemente, definem os limites da liberdade e autonomia daqueles que empregam tais mediadores nas suas relações com suas respectivas exterioridades. Segundo Raffestin, aludindo à máxima de Ludwig Wittgenstein, na qual os limites da linguagem circunscrevem o mundo de outrem, os limites da territorialidade são definidos pelos limites dos mediadores de outrem.<sup>9</sup> Com base nisto, os mediadores podem ser recursos tangíveis ou não, como os próprios órgãos sensoriais humanos ou ferramentas e instrumentos culturais criados.<sup>10</sup> Sejam regras de vestimenta para locais e órgãos públicos, que limitem o acesso àqueles que estejam fora das exigências, ou aqueles que por motivos diversos careçam de emprego pleno de seus sentidos, como a visão ou a audição, ambos terão seu relacionamento com suas alteridades afetadas.

Embora os conceitos de Raffestin, e de Mubi Brighenti, acerca do espaço, do território e da territorialidade, não tenham sido concebidos direcionados às especificidades de uma sociedade de Antigo Regime, como a que é estudada aqui, ainda assim acredita-se que tragam elementos úteis para o exame das práticas de sociabilidade dos letrados da Sociedade Literária e dos indivíduos envolvidos nas denúncias de murmurações, que serão analisadas como mediadores que proporcionaram a esses homens novos usos para espaços previamente territorializados pelo poder ultramarino português. Em outras palavras, o que se pretende argumentar é que as práticas de sociabilidade analisadas neste trabalho levaram a uma territorialização diversa de espaços do centro urbano do Rio de Janeiro, ao final do século XVIII.

O Largo do Paço, onde ficava a residência do vice-rei e era o principal cais da cidade, a praia de Dom Manuel, as escadas da Igreja do Hospício, junto ao chafariz do Largo do Paço, diante da Capela ou do Convento do Carmo, são alguns dos espaços públicos mais mencionados pelas testemunhas. Dentre os estabelecimentos comerciais e residenciais que mais frequentemente surgem nas denúncias estão marcenarias, relojarias, a casa de Manoel Inácio da Silva Alvarenga, local de reunião da Sociedade Literária e finalmente, mas não menos importante, as boticas.

Realizar uma cartografia desses espaços, procurando fazer um levantamento sistemático na documentação, é uma forma de buscar compreender de maneira mais

---

<sup>9</sup> RAFFESTIN, Claude. Territoriality: a reflection of the discrepancies between the organization of space and individual liberty. *International Political Science Review*, v. 5, n. 2, 1984, p. 141.

<sup>10</sup> RAFFESTIN, Claude. Space, territory and territoriality. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 30, 2012, p. 128.

profunda as práticas de sociabilidade experimentadas por esses homens, uma vez que a existência desses espaços - ou a maneira como foram usados - permite analisar como eles ajudaram a criar as condições necessárias para que opiniões anticlericais e antimonárquicas fossem verbalizadas. Para isso, foi preciso recorrer a uma série de caminhos, percorrendo discussões sobre o urbanismo colonial, a transformação da cidade na capital da colônia, a circulação e o comércio de livros, o papel das festas e procissões religiosas na colônia, entre outras temáticas. Em primeiro lugar, foram mapeados alguns desses locais como um espaço de poder, produzido pela administração colonial na conformação da cidade, para, em seguida, serem analisados os usos concorrentes que esses letrados deram a algumas dessas mesmas áreas urbanas.

Quanto à redação da Dissertação, no primeiro capítulo, dividido em três partes, primeiramente são apresentadas as informações mais concretas e conhecidas pela historiografia a respeito da conjuração carioca, como, por exemplo, quantos foram e qual era o perfil dos indivíduos presos pela Coroa na devassa de 1794. Em segundo lugar é traçado um breve panorama das perspectivas analíticas mais debatidas na historiografia sobre o episódio. O final do primeiro capítulo é dedicado a estudar o teor das conversas que os denunciantes afirmaram às autoridades terem testemunhado.

No segundo capítulo, a partir das práticas urbanísticas que Portugal empreendeu em suas colônias e do processo de ascensão política da cidade do Rio de Janeiro dentro da América portuguesa, é apresentada a maneira pela qual o poder territorializou espaços, tornando-os epicentros irradiadores da hierarquia e da autoridade metropolitanas. Neste capítulo foi examinado o possível trajeto que Joaquim José da Silva Xavier percorreu da cadeia até seu patíbulo, explorando-o como exemplo da manipulação e da teatralização do espaço urbano para a manutenção da autoridade da Coroa na colônia. O capítulo é encerrado apresentando a relação entre colonos súditos letrados, em seus espaços de sociabilidade, e o incentivo à ciência praticado pelas instâncias administrativas do ultramar português.

Finalmente, no capítulo terceiro, são apresentados os locais que os membros da Sociedade Literária frequentavam e como as sociabilidades praticadas por eles se reproduziram, reterritorializando inclusive alguns espaços que haviam sido planejados e ocupados pelo poder, mas dando a eles novas funcionalidades. O conjunto da documentação mais diretamente referente à conjuração foi percorrida, e foi produzido um inventário dos locais mencionados. Além disso, alguns documentos não propriamente

pertencentes à Devassa, mas de alguma forma relacionados aos envolvidos foram também inventariados no mesmo sentido. São exemplos as correspondências que Manuel Inácio da Silva Alvarenga enviou à rainha, juntamente com outro membro da Sociedade, João Marques Pinto, as cartas que os mesmos réus voltaram a enviar depois de saírem da prisão, ou ainda a documentação da Inquisição sobre a suspeita de "Libertinagens", em que o professor Marques Pinto esteve implicado, junto com outros moradores da cidade.<sup>11</sup>

Todos esses caminhos se fazem necessários para' que a partir da análise das fontes disponíveis e dos estudos com as quais os diálogos foram estabelecidos ao longo do trabalho, não é possível afirmar que os membros da Sociedade Literária, ou os frequentadores das reuniões ocorridas nas boticas, estivessem de maneira ativa e proposital buscando contribuir para a corrosão da autoridade metropolitana nas Américas. Contudo, suas práticas de sociabilidade, fortalecidas e promovidas pelas murmurações, estavam proporcionando novas funcionalidades para espaços que haviam sido pensados e produzidos pelo poder enquanto mantenedores de sua própria autoridade. A prisão dos letrados da Sociedade é demonstrativa da impossibilidade de haver um controle pleno sobre a vida dos colonos, de seus universos mentais e de suas práticas de sociabilidade, sendo as murmurações um reflexo da não realização deste mando absoluto, na constituição desta sociedade porosa, apesar de todas as barreiras, que era o Rio de Janeiro neste final do século XVIII.

---

<sup>11</sup> HIGGS, David. O Santo Ofício da Inquisição de Lisboa e a "Luciferina Assembleia" do Rio de Janeiro na década de 1790. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 162 (412), jul/set. 2001.

## Capítulo 1: Breve panorama da Conjuração Carioca

*A que mandou proceder o Ilustríssimo e Excelentíssimo Vice-Rei do Estado do Brasil para se descobrirem por ela as pessoas que, com escandalosa liberdade, se atreviam a envolver em seus discursos matérias ofensivas da religião e falar nos negócios públicos da Europa com louvor e aprovação do sistema atual da França, e para conhecer-se se entre as mesmas pessoas havia alguns que, além dos ditos escandalosos discursos, se adiantassem a formar ou insinuar algum plano de sedição.*

*Ano de 1794*

*Juiz: O Desembargador-Chanceler Antônio Diniz da Cruz e Silva  
Escrivão da dita diligência: O Desembargador  
João Manoel Guerreiro de Amorim Pereira<sup>12</sup>*

Estas são as palavras de abertura para o processo de devassa iniciado no Rio de Janeiro, em dezembro de 1794, contra os membros da Sociedade Literária. Letrados que mantiveram reuniões particulares e foram alvos de investigação da justiça régia, pelas mãos do vice-rei D. José Luís de Castro.

O interesse específico desta pesquisa é retomar esse episódio da prisão dos letrados fluminenses - já bastante investigado pela historiografia - procurando, no entanto, abordar alguns aspectos particulares. A aposta deste trabalho é a de que voltar a olhar para esse evento, ainda uma vez, pode ajudar a lançar alguma luz sobre a história da cidade, sobretudo na perspectiva do historiador interessado nas dinâmicas urbanas e no tema das sociabilidades. O objetivo é fazer uma cartografia da cidade do Rio de Janeiro, explorando quais os espaços urbanos que esses suspeitos - investigados na Devassa de 1794 - preencheram com seus encontros e reuniões e, afinal, com suas ideias e discussões. A partir da história desses homens, e daquilo que foi levantado nos interrogatórios, a ideia é investigar os múltiplos ambientes urbanos, procurando contribuir para uma melhor compreensão da sociabilidade letrada no Rio de Janeiro setecentista e dos usos que esses grupos fizeram do espaço em que habitavam.

Esse capítulo procurará apresentar os principais dados conhecidos sobre os eventos que acabaram por desembocar na Devassa, fazendo, ainda, um breve percurso pela historiografia sobre a chamada Inconfidência Carioca, de maneira a estabelecer uma base

---

<sup>12</sup> LUCAS, Fábio. (coord.). **Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 69.

para a investigação que essa pesquisa pretende realizar, voltada, sobretudo, e como já foi reafirmado aqui, para a temática das sociabilidades letradas e do espaço urbano.

### 1.1 - A Devassa e os suspeitos

No ano de 1794, chegaram aos ouvidos do Vice-Rei conde de Resende boatos sobre um grupo de letrados residentes da cidade do Rio de Janeiro: este grupo de homens semanalmente realizava reuniões privadas para discutirem temas de caráter político e religioso. Nestas conversas, seriam debatidos livros proibidos pelo seu caráter jacobino, e também estariam sendo tecidas críticas sobre a legitimidade dos monarcas, a credibilidade dos dogmas católicos e a hierarquia da Igreja. Além de elogios às ações perpetradas pelos revolucionários franceses e seu novo governo. Agravante para esta situação era o fato de estes indivíduos possuírem educação universitária na Europa. Portanto, quando D. José Luís de Castro foi informado a respeito do comportamento desse grupo, que estaria se reunindo secretamente para ler e debater as obras de Voltaire, por exemplo, dentre outros autores considerados revolucionários, imediatamente ele ordenou que se investigassem esses rumores.

O grupo que realizava estas reuniões era conhecido por ser formado, em sua maior parte, por membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, que consistiu numa iniciativa de produção e promoção principalmente de saberes e valores científicos de seu tempo. A Sociedade foi estabelecida no ano de 1786, durante o governo do vice-rei de Luís de Vasconcelos e Sousa. Segundo o 24º artigo de seu estatuto, seu principal objetivo era a repartição das “*luzes científicas*” entre seus membros, de modo que pudessem cultivar seus interesses e projetos.<sup>13</sup>

A Sociedade Literária não foi a primeira agremiação criada para estes fins na capital da colônia. Anos antes, durante o governo do vice-rei marquês do Lavradio, fora fundada a Academia Científica do Rio de Janeiro, que contava entre seus membros, principalmente, com médicos, cirurgiões, estudiosos de história natural e química. Para além destes campos que tanto a Academia como a Sociedade promoveram, também faziam parte do âmbito de interesses as Matemáticas, a Física, a História Geral, a História de Portugal, a Geografia e as Belas Letras. Durante o seu período de funcionamento, a

---

<sup>13</sup> Estatutos da Sociedade Literária do Rio de Janeiro estabelecida no ano do governo do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luís de Vasconcelos e Souza Vice-Rei do Estado - 1786. In: LUCAS, Fábio. (coord.). **Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 323.

Sociedade Literária cumpriu com o objetivo de ser um chamariz para aqueles indivíduos que haviam estudado em universidades da Europa e que, agora residentes na colônia, buscavam reproduzir nas Américas o ambiente acadêmico que vivenciaram nas metrópoles. Dentre estes estava o químico e médico Vicente Coelho de Seabra da Silva Teles, que em 1788 publicou e dedicou à Sociedade sua obra *Elementos de Química oferecidos à Sociedade Literária do Rio de Janeiro para uso do seu curso de Química*. Editado e publicado pela Universidade de Coimbra, seu livro de pretensões didáticas e instrutivas buscava contribuir com os empreendimentos literários de seus compatriotas.<sup>14</sup> Vê-se, pois, que tanto os termos "científica" como "literária" – usados nos nomes das academias – ainda possuíam uma acepção bastante ampla, e anterior às compartimentações que ambos viriam a ganhar no século seguinte.

Quando em 1790 o conde de Resende assumiu o cargo de Vice-Rei, foram encerradas as atividades da Sociedade Literária. Apesar de ser uma iniciativa que poderíamos chamar de privada, assim como a Academia Científica previamente, era preciso o aval e o apoio das autoridades régias para que o empreendimento pudesse persistir. Tanto o marquês do Lavradio como Vasconcelos foram vice-reis que incentivaram os residentes da colônia que se engajaram em empreendimentos científicos, especialmente aqueles que pudessem vir a ter um retorno econômico vantajoso, sobretudo na lógica da metrópole. Porém, D. José Luís de Castro se deparou com um cenário político que o levou a tomar medidas de controle mais severas em relação aos letrados.

Em 1789, foi denunciado às autoridades de Vila Rica que um grupo de homens da elite da capitania estaria planejando secretamente uma conspiração para derrubar o governo. Entre os boatos que corriam, os conspiradores teriam a intenção de proclamar um governo local (uma *república*, nas múltiplas acepções que a palavra tinha na época) e contariam com o apoio de tropas do Rio de Janeiro para tal fim. D. José Luís de Castro,

---

<sup>14</sup> "Vicente Coelho de Seabra da Silva Teles, nascido em Congonhas no ano de 1764, foi um médico, químico e filósofo formado pela Universidade de Coimbra. Foi professor da dita universidade e membro da Academia Real das Ciências de Lisboa". Ver ARAÚJO, A. C. Vicente Coelho de Seabra Silva Teles e a reforma dos cemitérios. **Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 229–243, 2020. Disponível em: <http://seer.unirio.br/revistam/article/view/9299>. Acesso em: 6 ago. 2021. Quando da publicação de sua obra *Elementos de Química oferecidos à Sociedade Literária do Rio de Janeiro para uso do seu curso de Química*, Vicente da Silva Teles dedicou-a à Sociedade: "A quem poderia eu melhor dedicar esse meu *Compêndio de Química*, do que uma *Corporação de Patriotas iluminados*, que se destinam, unindo em um só corpo as suas forças dispersas, servir ao seu Rei, instruindo a sua Pátria? Patriota, como vós, ilustres Sábios, ainda que arredado dos meus lares, desejo, quanto cabe em minhas forças, concorrer para tão louvável empresa". TELES, Vicente Coelho de Seabra da Silva. **Elementos de química, oferecidos a Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro para uso do seu curso de Chimica**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1788. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2319>. Acesso em: 29 jun. 2021.

recém-chegado ao Brasil, teve a responsabilidade de concluir o sentenciamento dos conjurados mineiros, de executar a pena daqueles que foram degredados e, em 1792, proceder com o enforcamento de Tiradentes. Com o conhecimento dos atos de insubordinação atribuídos aos mineiros, Resende avaliou como perigosa para a manutenção da autoridade portuguesa nas Américas que um outro grupo de homens letrados, desta vez na capital da colônia, mantivesse suas reuniões e atividades.

Porém, quatro anos após o encerramento desta primeira etapa de existência da Sociedade Literária, um dos seus membros decidiu pela reabertura do grupo, realizando as reuniões em sua própria casa. Manoel Inácio da Silva Alvarenga, poeta, advogado formado em Coimbra e professor régio de retórica alugou um sobrado na Rua do Cano - atual Rua Sete de Setembro, no centro do Rio de Janeiro - para que num andar se dessem as reuniões e no outro ele mesmo pudesse viver. Foi em sua casa que teriam ocorrido as falas perigosas, cujas opiniões a respeito da Revolução Francesa e da religião católica preocuparam o vice-rei, que buscou averiguar se entre estes boatos não haveria também planos de sedição contra a Coroa portuguesa.

Essa segunda etapa da existência da Sociedade Literária durou poucos meses. Um indivíduo chamado José Bernardo da Silveira Frade, um rábula que frequentou alguns dos encontros na casa de Silva Alvarenga, proveu D. José Luís de Castro com a delação necessária para ele emitir a ordem de prisão contra os membros da Sociedade:

Pela ordem, que me deu o Exmo. Sr. Vice-Rei para lhe expor o mais que fosse lembrado respeito aos conventículos e mais ideias dos réus presos [...] lembrou-me que, na noite em que lhes ouvi o que já expus, falando Manoel Inácio sobre a liberdade, depois de haverem lido alguns discursos na língua francesa contra a Soberania dos Monarcas, disseram que o nosso reino estava entregue a frades [...]. Que indo eu a casa de Manuel Inácio da Silva Alvarenga [...] ouvi fazerem discursos contra a pessoa e o governo do Exmo. Sr. Vice-Rei e, com liberdade, e dizendo-lhe eu que se abstivessem, se enfureceram e o trataram, dizendo que não governava bem, que ficava com os dinheiros das obras pias, que tinha interesse nas fazendas, quando as não havia.<sup>15</sup>

Se eram verdadeiras as opiniões e falas dos membros da Sociedade que José Bernardo denunciou, elas eram acintosas. Não apenas estes homens questionavam a qualidade do governo do vice-rei conde de Resende, mas taxavam-no de ser movido por

---

<sup>15</sup> Depoimento de José Bernardo da Silveira Frade, Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1794. In: LUCAS, Fábio. (coord.). **Autos da devassa**: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 72 e 74.

interesses próprios. Possuíam, liam e debatiam livros proibidos, apropriando-se de discursos políticos contrários às autoridades e assim afrontavam as bases da sociedade de antigo regime em que viviam. Para julgá-los, o conde de Resende convocou o mesmo desembargador responsável pelo julgamento dos conjurados mineiros: Antônio Diniz da Cruz e Silva, que também era poeta. Após dada a voz de prisão, onze indivíduos foram levados para o cárcere na Fortaleza da Conceição:

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Formação e ocupação</b>
Manoel Inácio da Silva Alvarenga	46 anos	Solteiro	Vila Rica	Formado em Direito e professor régio de retórica
João Marques Pinto	43 anos	Solteiro	Coimbra (Portugal)	Professor de grego
Mariano José Pereira	22 anos	Solteiro	Rio de Janeiro	Bacharel em filosofia
Jacinto José da Silva	44 anos	Solteiro	Guimarães (Portugal)	Médico
Gervásio Ferreira	54 anos	Casado	Rio de Janeiro	Cirurgião
Francisco Coelho Solano	45 anos	Solteiro	Rio de Janeiro	Vivia de seus bens
João da Silva Antunes	60 anos	Casado	Nossa Senhora da Assunção (Portugal)	Marceneiro
Francisco Antônio Lisboa	51 anos	Solteiro	Lisboa (Portugal)	Entalhador
Antônio Gonçalves dos Santos	35 anos	Casado	São Tiago de Fontearcada (Portugal)	Ourives
João de Sá da Conceição	67 anos	Casado	Chaves (Portugal)	Sapateiro
José Antônio de Almeida	21 anos	Solteiro	Santa Catarina	Estudante de filosofia

Algumas características merecem ser destacadas. Em primeiro lugar, há uma equilibrada presença de reinóis e colonos entre os presos, dos quais seis são portugueses e os demais naturais da América Portuguesa. Apesar de haver dois jovens, José Antônio de Almeida (implicado por ser aluno de Silva Alvarenga) e Mariano José Pereira, a maioria dos acusados compõe um perfil de homens solteiros e de idade madura. Outro aspecto a ser observado é a ocupação dos ditos acusados: quatro possuem formação universitária na Europa, porém os demais são, em sua maioria, artesãos e, portanto, não exerciam um ofício letrado.

Para além dos onze acusados, 65 pessoas foram ouvidas na qualidade de testemunhas, das quais 40 eram portugueses, 23 eram nascidos no Brasil, a maioria fluminenses, e duas testemunhas eram francesas. A partir dos dados coletados pelas investigações da Devassa, também é possível fazer um levantamento das idades, estados civis e ocupações das ditas testemunhas. A maioria dos depoentes, assim como os acusados, salvo algumas exceções, não pertenciam às camadas mais elevadas da sociedade.<sup>16</sup>

A partir destes dados é possível ter uma ideia do perfil desses envolvidos, entre os quais circulavam as ideias perniciosas que o conde de Resende buscou averiguar e impedir: homens livres, de maioria branca (embora o principal suspeito, o poeta e professor régio Manoel Inácio da Silva Alvarenga, fosse filho de uma mulher negra), e membros das camadas médias urbanas. Tanto os acusados, quanto aquelas pessoas arroladas como testemunhas, não pertenciam aos dois grupos que marcaram e definiram - em extremos opostos - a sociedade brasileira até as últimas décadas do século XIX: os escravizados e os senhores de terras.

Manoel Inácio da Silva Alvarenga, aquele que pode ser tido como o líder e principal articulador da segunda fase de existência da Sociedade Literária, foi interrogado oito vezes entre os dias 4 de julho de 1795 e 2 de setembro do mesmo ano. Além disso, foi acareado duas vezes, a primeira vez no dia 12 de agosto de 1795, com seu denunciante José Bernardo da Silveira Frade. Sua segunda acareação ocorreu no dia 14 de setembro. Outros membros da Sociedade, como Mariano José Pereira, Jacinto José da Silva e João

---

<sup>16</sup> Para um perfil socioprofissional das testemunhas, ver SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **No Rascunho da Nação: Inconfidência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992, p. 87 e 88.

Marques Pinto não foram tantas vezes inquiridos e confrontados, tal como sofreu Silva Alvarenga.

Mariano José Pereira foi interrogado duas vezes e passou por três acareações, entre os meses de agosto e setembro de 1795. Jacinto José da Silva esteve em interrogatório por cinco ocasiões e foi confrontado numa única oportunidade com o testemunho de José Bernardo da Silveira Frade. João Marques Pinto foi interrogado somente em dois momentos e também foi acareado uma vez com o testemunho do mesmo Silveira Frade.

Apesar de todas as inquirições sofridas pelos acusados, as autoridades régias não foram capazes de concluir se os membros da Sociedade Literária estavam de fato planejando uma sedição, aos moldes do julgamento que recebeu a conjuração mineira. Papéis e documentos foram confiscados na casa de Silva Alvarenga, e de outros membros, além de alguns livros proibidos, que aumentaram muito as suspeitas daqueles incumbidos de julgá-los. Silva Alvarenga era detentor de uma biblioteca invejável, até mesmo para parâmetros europeus de sua época. Seu acervo pessoal de livros era composto por 1576 volumes, dos mais variados temas, mas, predominantemente, obras jurídicas e de filosofia.<sup>17</sup> Saltaram aos olhos do desembargador Antônio Diniz da Cruz e Silva e de D. José Luís de Castro alguns livros de autores censurados como Voltaire e Abade Raynal, que intensificaram suas desconfianças em relação ao conteúdo que o professor de retórica ajudava a difundir junto aos seus alunos e aos membros da Sociedade.

Os acusados foram presos preventivamente em dezembro de 1794, foram interrogados, mas não tiveram um julgamento devido e permaneceram encarcerados até meados de 1797, sem que as autoridades os culpassem formalmente de crime algum. Pouco se sabe a respeito dos rumos que cada um dos acusados tomou após terem passado mais de dois anos na prisão. Manoel Inácio da Silva Alvarenga continuou a escrever e compor suas poesias, publicando sua obra mais famosa, *Glaura*, após o período que passou enclausurado, editada em 1799, em Lisboa.

Após se encontrarem em liberdade, João Marques Pinto e Manuel Inácio da Silva Alvarenga chegaram a enviar duas representações ao secretário de estado marinha e ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, agradecendo por seu papel na soltura deles, a segunda carta é datada do dia quatro de maio de 1799. Expuseram também nas mesmas missivas as condições em que se encontravam os estudos régios na cidade do Rio de

---

<sup>17</sup> CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2015, p. 211.

Janeiro, rogando à rainha que fosse feita alguma interferência e que uma graça ou hábito fosse conferido aos professores daquela capitania.<sup>18</sup> No dia vinte e oito de julho de 1804, o Conselho Ultramarino escreveu ao príncipe regente D. João sobre um requerimento dos professores régios no qual eles pediam que lhes fossem pagos os seus ordenados atrasados, devido ao tempo em que ficaram presos a partir da denúncia feita por José Bernardo da Silveira Frade.<sup>19</sup>

Mariano José Pereira, que era filho de um comerciante conhecido, deu continuidade aos negócios do pai e, após a chegada da Corte, em 1808, tornou-se deputado e cresceu em notoriedade, recebendo o título de marquês de Maricá. Mesmo com o trauma de um aprisionamento, tais indivíduos seguiram com suas vidas pessoais em meio à sociedade de seu tempo.

## 1.2 - Visões historiográficas sobre a Conjuração Carioca

A prisão dos letrados da Sociedade Literária do Rio de Janeiro é um tema que já foi muito visitado pela historiografia brasileira, especialmente nas últimas décadas do século XX. O historiador Américo Jacobina Lacombe, no capítulo "A conjuração no Rio de Janeiro", que escreveu para a *História Geral da Civilização Brasileira*, obra organizada por Sérgio Buarque de Holanda, descreveu a conjuração carioca da seguinte maneira:

A Conjuração do Rio de Janeiro, de todos os movimentos conspiratórios precursores da Independência, foi o mais inofensivo do ponto de vista da ameaça à ordem estabelecida. Não se conseguiu apurar nenhuma medida de ordem prática, sequer esboçada. Tudo ficou numa série de conversas entre intelectuais que purgaram na longa prisão os possíveis desabafos contra as autoridades [...]. Não houve martírios, nem grandes heroísmos na Conjuração Fluminense. Foi um mero sintoma da generalização do pensamento liberal que vai explodir na geração seguinte.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> AHU - Caixa: 171. Doc. 10.656 - Ofício do professor régio de língua grega, João Marques Pinto, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho], agradecendo a sua interferência para que ele fosse posto em liberdade depois de ter estado mais de dois anos preso, em virtude de injustiças e calúnias feitas e ditas contra ele; solicitando atenção `representação que fez com o professor de Retórica, em que pediam providências para a melhoria dos estudos de Humanidades; sobre a necessidade de receberem os ditos professores uma graça ou um hábito que os distingua, Rio de Janeiro, 04 de maio de 1799.

<sup>19</sup> AHU - Caixa: 220. Doc. 15.147 - Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João, sobre o requerimento dos professores régios da capitania do Rio de Janeiro, João Marques Pinto e Manoel Inácio da Silva Alvarenga, solicitando o pagamento dos seus ordenados do tempo em que estiveram presos por causa de uma denúncia de crime de Estado feita por José Bernardo da Silveira Frade, Lisboa, 28 de julho de 1804.

<sup>20</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. A conjuração no Rio de Janeiro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, t. 1, v. 2, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 451 e 455, 2003.

O critério utilizado para a qualificação do evento, como o próprio autor admite, é o da perturbação da ordem vigente. Tendo em vista que a Conjuração Carioca foi pouco perigosa para as autoridades metropolitanas, pois não chegou a elaborar um plano que visasse abalá-las, ela foi colocada numa prateleira abaixo das duas outras grandes conjurações que teriam sido suprimidas nas duas últimas décadas do século XVIII: a mineira e a baiana. Ao levantar a ausência de penas capitais por parte dos fluminenses, diferentemente do que houve com Tiradentes (os demais foram indultados) e com os réus baianos, o autor estabelece uma superioridade das conjurações mineira e baiana perante a fluminense, ressaltando assim o grande impacto que as duas primeiras causaram.

Afonso Carlos Marques dos Santos foi o primeiro historiador a desenvolver uma pesquisa de maior fôlego integralmente voltada para a história da prisão dos membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, concluindo sua tese de doutorado sobre o evento em 1982. Defendida na USP, sua tese *Ideologia e poder no rascunho da nação: Anos 1790*<sup>21</sup>, renovou os estudos sobre a conjuração carioca ao iluminá-la sob a luz dos conflitos internacionais gerados pela proliferação das ideias iluministas. Marques dos Santos insere a repressão empreendida pela coroa portuguesa na colônia dentro do explosivo contexto que havia se firmado no ocidente após a guerra de independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa de 1789. É importante ressaltar o papel inovador da pesquisa realizada por Marques dos Santos, pois o historiador procurou romper com uma interpretação da prisão dos letrados do Rio de Janeiro limitada pelo contexto colonial e pelas fronteiras nacionais.

Em *No Rascunho da Nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*, o livro que teve origem em sua tese, Marques dos Santos busca ultrapassar aquilo que ele chama de “*o mito da história nacional*”, afastando-se de uma narrativa linear que, a partir da perspectiva única dos vencedores, esquece de outras instâncias da vida social.<sup>22</sup> Para transpor os limites de uma história que em sua concepção estaria circunscrita pelas fronteiras nacionais e limitada teleologicamente pelo advento do regime republicano, o autor traz à tona uma disputa entre dois projetos de nação que, no final do século XVIII, teriam sido postos à prova um pelo outro: um regional autonomista e outro que seria a vertente do Estado. Tal

---

<sup>21</sup> SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; **Ideologia e poder no rascunho da nação**: Rio de Janeiro (anos 1790). 1982. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

<sup>22</sup> SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **No Rascunho da Nação**: Inconfidência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Esportes, 1992, p. 22.

dicotomia, que culminou com a vitória do projeto estatal do Império sobre os projetos autonomistas, é o eixo central da obra de Marques dos Santos.

A partir da reação das autoridades portuguesas em conter os movimentos de inconfidência, Marques dos Santos busca determinar o empenho dos envolvidos em intentos separatistas. É no esforço de compreender as ações coercitivas das autoridades contra os letrados da Sociedade Literária que olha para o cenário internacional do final do século XVIII e foca no personagem enviado pela coroa portuguesa para ser o responsável pela administração da colônia neste final de século, o conde de Resende.

Baseando-se em uma carta anônima encontrada na Biblioteca Nacional Marques dos Santos procura reconstruir o perfil de D. José Luís de Castro como um administrador avesso às letras e às artes, autor de ordens arbitrárias e que conferiu privilégios a monopolistas comerciantes de sal. Através desta carta, a *“personalidade de Resende é pintada com cores fortes, arrebatada por ‘paixões e caprichos’ que o levavam a desrespeitar os direitos dos proprietários locais, violando o direito de propriedade e tranquila posse do que é seu.”*<sup>23</sup>

A suspeita levantada é a de que no dia 11 de junho de 1794, o Conde de Resende tinha dois objetivos quando oficiou ao chanceler do Tribunal da Relação, o desembargador Antônio Diniz da Cruz e Silva, ordenando que fosse aberta a Devassa contra os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Um primeiro preventivo, buscando evitar um escândalo nos moldes da conjuração planejada pelos letrados de Vila Rica em 1789, mas também serviria para desviar a atenção das autoridades lisboetas de suas irregularidades administrativas.

Marques dos Santos afirma reiteradamente que não vê as conjurações mineira, carioca e baiana como movimentos precursores da independência nacional de 1822. Segundo ele, faltava aos conjurados, de cada uma das capitanias, um entendimento mais alargado da ideia de nação. O sentimento de pertencimento à terra destes indivíduos se restringia às capitanias em que viviam, por conta de vários fatores, especialmente devido à precária comunicação que havia entre os territórios componentes do Brasil. Além disso, a estratificação social marcada pela escravidão também fazia com que a compreensão da cidadania não se estendesse para todos os membros da sociedade colonial.

Não somente os colonos se demonstraram incapazes de construir uma visão nacional, não havendo a união entre os projetos autonomistas manifestados por algumas

---

<sup>23</sup> *Id. Ibid.*, p. 33.

das capitâneas que se sublevaram no final do século XVIII, como foi o "Estado imperial" centrado em Lisboa, que articulou uma compreensão total da colônia. Para o autor, a ideia de um Império luso-brasileiro foi o que fulminou os projetos autonomistas desenvolvidos pelos colonos. Quando as elites coloniais foram elevadas à condição de administradoras do próprio território, mesmo que ainda dentro de um plano nascido na Metrópole, seus desejos de sedição cessaram. Os projetos autonomistas são derrotados tanto pela violência da opressão estatal, eficiente em desbaratar os ânimos dos insatisfeitos, quanto pela formação social da colônia, cujo escravismo limitava a consciência dos letrados brasileiros a apreender o ideário liberal, bloqueando a sua percepção do conjunto espacial da colônia. *"No Brasil, o Estado, mais do que em qualquer outra parte da América, antecede a Nação. Esta, por sua vez, assim como a nacionalidade, se constituirá em projeto dos estadistas e intelectuais."*<sup>24</sup> Para Marques dos Santos, afinal, a repressão estabelecida pelo conde de Resende construiu um clima geral de medo e assim o vice-rei foi administrando através dele os anos de crise que o Império Ultramarino português enfrentava, chacoalhado pelos ecos das revoluções que estouraram pelo ocidente.

Em obra recente, *Ser republicano no Brasil colônia: a história de uma tradição esquecida*<sup>25</sup>, publicada em 2018, a historiadora Heloisa Murgel Starling realizou um exame da conjuração carioca. A autora traça a trajetória do conceito de república na América portuguesa, procurando examinar as maneiras como os colonos e metropolitanos que aqui viveram compreenderam, articularam e fizeram uso do conceito. A narrativa inicia-se no século XVII, explorando uma ampla janela temporal que se estende até poucos anos antes da proclamação da independência do Brasil.

Os documentos utilizados por Heloisa Starling para o estabelecimento de sua narrativa foram aqueles que privilegiam a fala pública dos colonos e das autoridades régias, sendo analisados discursos, relatórios, atas de câmaras municipais, mas também memórias, relatos de viagens, panfletos e autos de devassas. Ela faz uso destes documentos porque seu objetivo é conseguir encontrar os vestígios da formação do que considera uma linguagem republicana, que tinha a sua especificidade no ambiente em que foi apreendida: a América portuguesa.

Segundo a autora, após desembarcar no Brasil ainda no século XVII, o conceito de "República" se aclimatou no ambiente político da América portuguesa e foi se

---

<sup>24</sup> *Id., Ibid.*, p. 142

<sup>25</sup> STARLING, Heloísa Murgel. **Ser republicano no Brasil colônia: a história de uma tradição quase esquecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

desenvolvendo a tal ponto que, ao final do século XVIII, era uma palavra que estava associada a ideais de liberdade, fornecendo sentido para a “*lógica da ação política revolucionária*”. A história do enraizamento deste conceito culminaria em quatro momentos da história política colonial: as conjurações mineira, carioca e baiana, além da revolução de 1817, ocorrida em Pernambuco. Os colonos que se sublevaram nestes episódios teriam se apropriado de argumentos, conceitos, teorias e formas de linguagem cosmopolitas, oriundos de matrizes intelectuais inglesa, francesa e norte-americana, estas duas últimas as mais influentes para os revoltosos da América portuguesa do final do século XVIII.

Os questionamentos que direcionam as pesquisas de Afonso Carlos Marques dos Santos e Heloisa M. Starling são similares, em certos aspectos. Marques dos Santos está interessado em saber o porquê de o Brasil ter virado um Império no começo do século XIX. Enquanto M. Starling busca compreender por que a América portuguesa não veio abaixo no final do século XVIII, uma vez que teria chegado tão perto disso, em sua visão.<sup>26</sup> Sua obra está organizada cronologicamente, cada capítulo abordando progressivamente os eventos que alimentam a narrativa da apreensão da tradição republicana pelos colonos e sua materialização na sociedade colonial.

Assim como no estudo de Marques dos Santos, a conjuração carioca é apresentada por Heloisa Starling dentro do contexto de repressão política em que viveram os fluminenses após a conjuração mineira e o teatro repressivo armado pelo vice-rei para a execução pública de Tiradentes. A importância do espetáculo punitivo realizado pelas autoridades é justificada pela desconfiança que elas sentiam em relação à população do Rio de Janeiro. À época do enforcamento de Joaquim José da Silva Xavier, a Revolução Francesa e a revolta dos escravizados africanos na colônia de São Domingos aterrorizaram as autoridades metropolitanas de Lisboa, seu temor era o de que ocorresse a proliferação das ideias perigosas de igualdade e liberdade em território colonial. Buscando arrefecer os ânimos daqueles colonos insatisfeitos dispostos a intentos de desobediência, D. José Luís de Castro preparou cuidadosamente a execução da pena de morte do alferes para ser uma ode ao domínio lusitano nas Américas.

---

<sup>26</sup> “A América portuguesa não veio abaixo no final do século XVIII, mas quase. Os colonos estavam cheios de ideias: combinaram princípios, noções e conceitos que revelavam um jeito diferente de abordar os problemas do cotidiano e materializavam uma nova maneira de explicar e dar sentido ao mundo em que viviam.” STARLING, Heloisa M. *Op. cit.*, p. 17.

A partir da leitura dos depoimentos coletados pela devassa de 1794, nos quais algumas boticas da cidade surgem como locais de ocorrência das conversações que foram denunciadas ao vice-rei conde de Resende, Heloisa Starling identifica nas boticas os espaços dispersores das ideias fomentadas nas reuniões da Sociedade Literária. Segundo a autora, pela importância que as boticas tinham para a própria cidade, por serem os únicos estabelecimentos que podiam manipular remédios, haveria um grande fluxo de pessoas que diariamente precisariam passar por esses locais de comércio. A proposta de produção de saber científico, tanto da Academia de 1772, quanto da Sociedade de 1786, incluía os boticários como potenciais membros. Além disso, os boticários eram um dos grupos profissionais mais conectados com o comércio internacional e com os órgãos metropolitanos reguladores do setor, uma vez que boa parte dos medicamentos e fármacos, além de muitos ingredientes para a preparação local dos mesmos, necessariamente precisavam chegar ao Rio de Janeiro via comércio com Lisboa.

Para Starling, era a partir do balcão das boticas que as ideias ganhavam as ruas, para difundirem-se e tornarem-se rumores públicos, adquirindo a capacidade de interferir na opinião de seus habitantes. Uma vez que pessoas que não se conheciam, por meio desses estabelecimentos, poderiam engajar-se em conversas sobre os fatos políticos da França revolucionária, ponderar criticamente e tecer suas opiniões a respeito deles. Segundo ela, tais conversas possibilitaram que a ideia de “República” adquirisse concretude, a partir da sintonização das pessoas comuns com o vocabulário republicano cosmopolita do final do século XVIII, utilizando-o para seus próprios assuntos cotidianos e interesses imediatos frutos de sua realidade colonial.

O historiador Luiz Carlos Villalta se voltou em sua análise para as falas e contestações que os conjurados do Rio de Janeiro proferiram, identificando nelas objeções ao lugar de privilégio ocupado pela religião cristã, à legitimidade da Igreja, dos reis e dos dogmas católicos; críticas que abalavam as bases do velho sistema colonial.<sup>27</sup> Para Villalta, princípios de liberdade, igualdade, república e da religião, que são encontrados nas falas e opiniões dos presumidos inconfidentes, demonstram a amplitude que os horizontes destes questionadores alcançaram. Nos seus posicionamentos críticos ao fanatismo religioso, que eles identificavam no clero e nos costumes de sua sociedade marcada pela fé católica, e no

---

<sup>27</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. Rio de Janeiro, 1794: a utopia entre a “República do Tageaí” e o “Ano de 2440”, *In: 1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 89.

regalismo que exalava de suas opiniões políticas, Villalta compreende que “já se esboçava uma rejeição ao lugar privilegiado da religião cristã na Sociedade do Antigo Regime.”<sup>28</sup>

Segundo Villalta, a liberdade era o princípio que orientava a visão crítica dos letrados sobre os dogmas católicos, a hierarquia da Igreja, as práticas de expiação espiritual exigidas aos fiéis e sobre as instituições e agentes da Coroa. Em uma das vezes que Manoel Inácio da Silva Alvarenga foi acareado, o processo ocorreu perante o testemunho de um de seus alunos das aulas de retórica. Seu nome era José Antônio de Almeida, era natural de Santa Catarina e tinha 21 anos. O motivo da acareação era para confrontar Silva Alvarenga com o conteúdo de uma oração redigida pelo estudante durante uma aula no mês de outubro, a partir de cujos versos os investigadores questionaram:

com que razão se atrevera ele, respondente, a escrever e proferir umas poucas proposições inteiramente contrárias às leis e ao governo debaixo do qual vivia, como eram sustentar que o valor consistia em não reconhecer superior; que nenhum homem tem autoridade e poder sobre outro homem, nem algum indivíduo se dever sujeitar a outro<sup>29</sup>.

O estudante José Antônio de Almeida se defendeu dizendo que as afirmações contidas nos versos da oração ali estavam unicamente para compor um exercício de retórica, que ele não professava de fato tais ideias manifestas.<sup>30</sup> Contudo, a identificação de defesa de princípios de maior liberdade por parte daqueles que deveriam demonstrar total sujeição às autoridades, já era suficiente para fazer os investigadores levantarem suspeitas. Francisco Antônio Lisboa, entalhador de 51 anos, um dos presos pela devassa em 1794, foi levado a interrogatório por ter sido diversas vezes citado por testemunhas tendo tomado partido em prol dos franceses e de sua revolução em conversas em boticas:

Foi instado que ele, respondente, faltava à verdade enquanto tinha respondido, porquanto constava que ele, respondente, em todas as conversações em que se achava, era um acérrimo defensor dos franceses, dizendo que o que eles obravam era justo, que o mesmo se deverá cá praticar, que os reis eram uns ladrões que não cuidavam em saber como haviam governar os povos, mas sim em lhes tirar o que eles possuíam, e muitas outras proposições igualmente bárbaras [...]<sup>31</sup>.

---

<sup>28</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *Op. cit.*, p. 89.

<sup>29</sup> Auto de perguntas feitas a José Antônio de Almeida. In: LUCAS, Fábio. (coord.). **Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 231.

<sup>30</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 234.

<sup>31</sup> Auto de perguntas feitas ao preso Francisco Antônio. In: LUCAS, Fábio (coord.). **Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 292.

Luiz Carlos Villalta alega que a principal característica da conjuração carioca foi sua capacidade de estender, para uma parcela das camadas subalternas urbanas, contestações limitadas às ideias.<sup>32</sup> Outro historiador que contribuiu para uma compreensão mais profunda do tema do delito de "ideias" na sociedade colonial da América portuguesa foi Gustavo Pereira, ainda que em sentido diverso daquele que pesou sobre os suspeitos de conjuração. A partir da reação do ouvidor de São Salvador dos Campos dos Goytacazes à homilia de um padre durante a missa de celebração do dia de São Pedro, no dia 9 de setembro de 1770, analisa os efeitos e consequências do contínuo ouvir e recontar da sociedade colonial na segunda metade do XVIII.<sup>33</sup> O sermão do padre Manoel Furtado de Mendonça foi considerado temerário pelo ouvidor José Ribeiro de Guimarães Ataídes, e por outras autoridades régias e eclesiásticas da região.

Segundo o historiador, o ouvidor, ferrenho adepto do regalismo pombalista, articulou e dirigiu a prisão do sacerdote após este defender no púlpito a supremacia das Leis de Deus sobre as Leis dos Príncipes, que o que se ordenava nos Santuários deveria ser confirmado nos Palácios e após proferir que o único digno de ser respeitado era somente Cristo.<sup>34</sup> Por fim, Pereira argumenta que a prisão do padre Furtado de Mendonça revela a dimensão que alcançaram as políticas regalistas, a partir do ministério de Pombal, ao ponto de interferir no aprisionamento de um clérigo, após a percepção que o ouvidor teve de seu sermão durante uma celebração.

Uma pesquisadora que também se debruçou sobre a história da conjuração carioca, procurando inseri-la no âmbito dos movimentos de inconfidência no ultramar português, foi Anita Correia de Lima Almeida, que realizou um estudo comparativo entre as inconfidências de Goa, de 1787, e a do Rio de Janeiro, de 1794.<sup>35</sup> Segundo ela, apesar de espacialmente muito distantes, é possível justapor esses movimentos, pois o mesmo descontentamento com a metrópole, fruto da desilusão com as promessas não realizadas do reformismo pombalino, levou goeses e fluminenses a se sublevarem ou, pelo menos, a terem ideias contrárias à metrópole.

---

<sup>32</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. Rio de Janeiro, 1794: a utopia entre a “República do Tageaí” e o “Ano de 2440”, in **1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 92

<sup>33</sup> PEREIRA, Gustavo. Murmuração, dissimulação, condenação: os imbróglis em torno de um padre pregador e o regalismo do ouvidor do Espírito Santo. **Revista Ars Histórica**, n. 8, Anais da VIII Jornada Discente do PPGHIS/UFRJ - 2013, p. 159-181.

<sup>34</sup> *Id.*, *Ibid.*, 2013, p. 178.

<sup>35</sup> ALMEIDA, Anita Correia de Lima. **Inconfidência no Império: Goa 1787 e Rio de Janeiro 1794**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

Os historiadores Lorelai Brilhante Kury e Oswaldo Munteal Filho buscaram concorrer para um entendimento mais agudo do lugar que a ciência ocupou na cultura letrada no Brasil no final do século XVIII. Segundo eles, a Sociedade Literária constituiu um espaço privilegiado para que pudesse ser estabelecida, no Rio de Janeiro, uma cultura científica ao mesmo tempo local e cosmopolita potencialmente crítica ao sistema e à ordem política de seu tempo. A Sociedade também teria favorecido a criação de uma identidade americana e tropical, a partir de seus estudos sobre as especificidades da natureza brasileira, os quais seriam carregados de sentimentos de busca pela sua valorização.<sup>36</sup> Brilhante Kury, em diálogo com o trabalho de Maria Odila da Silva Dias, Aspectos da Ilustração no Brasil<sup>37</sup> circunscreve a ilustração luso-brasileira num contexto de um esforço por reconhecimento internacional, inspirando-se no modelo franco-britânico do fazer científico para se enquadrar nos parâmetros de seu tempo. Contudo, apesar dos esforços em desenvolver instituições como a Real Academia de Ciências de Lisboa, o estabelecimento de redes de circulação de textos, ideias e saberes, além da formação de intelectuais acadêmicos especialistas, a autora reconhece que tal processo não ocorreu sistematicamente no Brasil e que este não foi acompanhado por transformações “*profundas e amplas nas esferas da administração, das sociabilidades, das instituições, da economia e da cultura*”.<sup>38</sup>

Gustavo Henrique Tuna e Júnior César Pereira são historiadores que se empenharam em estudar a formação intelectual e acadêmica de Silva Alvarenga, além de sua trajetória pessoal. Henrique Tuna desenvolveu sua tese de doutoramento buscando compreender em que medida Manoel Inácio da Silva Alvarenga pode ser tido como um representante do ideário ilustrado na América portuguesa, a partir da análise de suas obras, sua trajetória e projetos pessoais.<sup>39</sup> Os pesquisadores concordam em ter no poeta árcade de Vila Rica um homem de letras e de “*incomensurável valor*”<sup>40</sup>, pela sua formação acadêmica em Cânones, sua vasta biblioteca pessoal, pelos seus ofícios de professor de

---

<sup>36</sup> KURY, Lorelai Brilhante; FILHO, Oswaldo Munteal. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 8, nº 1-2. jan/dez 1995, p. 117.

<sup>37</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. Rio de Janeiro, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 278, p. 157-222, jan/mar 1968.

<sup>38</sup> KURY, Lorelai Brilhante. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.11, supl.1, p.109-129, 2004.

<sup>39</sup> TUNA, Gustavo Henrique. **Silva Alvarenga, representante das Luzes na América portuguesa**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

<sup>40</sup> PEREIRA, Júnior César. Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814): breve olhar sobre sua trajetória. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.8, nº 15, jul-dez, 2018.

retórica e por ter tomado parte em iniciativas que buscavam incentivar o progresso das Luzes na colônia, tal como a Sociedade Literária, da qual foi seu principal organizador. Francisco Topa inventariou os textos e publicações de Silva Alvarenga, aqueles publicados por ele e até mesmo aqueles que lhes foram atribuídos. Seu trabalho possibilitou que pesquisadores como Henrique Tuna conjecturassem sobre os horizontes de leitura de Silva Alvarenga, com quais conceitos políticos ele estaria operando e realizassem questionamentos mais profundos acerca da formação e interesses do poeta.<sup>41</sup>

José Damião Rodrigues e Maria Beatriz Nizza da Silva tomam como ponto de partida para suas análises as políticas reformistas empreendidas por marquês de Pombal, o primeiro ministro plenipotenciário durante o reinado de D. José I. Sebastião José de Carvalho e Melo, servindo ao monarca D. José I e aproveitando-se das ideias econômicas liberais promovidas por pensadores iluministas, especialmente da França, teria modernizado o Estado aumentando a receita, mas sem diminuir o caráter absoluto do mesmo.

Uma das principais medidas reformadoras empreendidas por Pombal enquanto primeiro-ministro foi a reforma do ensino da Universidade de Coimbra. O objetivo da reforma tinha dupla pretensão: formar funcionários régios leais à coroa e melhor capacitá-los para servi-la. Para concretizar a reforma foi preciso tirar do controle dos ultramontanos jesuítas o ensino da universidade, ao mesmo tempo filtrar os novos conhecimentos a serem lecionados pelos cursos de Filosofia, Leis e Cânones para que não fossem perigosos demais à autoridade monárquica, aumentando a vigilância “*sobre as leituras e a circulação de livros e ideias, procurando proteger a monarquia e o reino do vírus representado pelos pensamentos mais 'revolucionários' da época*”.<sup>42</sup>

Os jesuítas eram os maiores representantes de um pensamento presente tanto na sociedade quanto na Igreja, o qual consistia na recusa em aceitar a autoridade de monarcas perante o clero. Reformar a universidade coimbreense foi uma das providências tomadas para que a Cora aumentasse seu controle sobre os membros da Igreja, em Portugal. No dia

---

<sup>41</sup> TOPA, Francisco. **Para uma edição crítica da obra do árcade brasileiro Silva Alvarenga - Inventário sistemático dos seus textos e publicações de novas versões, dispersos e inéditos**. Porto: Helvética, 1998.

<sup>42</sup> RODRIGUES, José Damião. Horizontes de reformas e luzes: uma leitura historiográfica a partir da América portuguesa. In: GODOY, Scarlett O'Phelan; GARCÍA, Margarita Eva Rodríguez. *El ocaso del Antiguo Régimen en los Imperios Ibéricos*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Peru, Fondo Editorial, 2017, p. 167.

25 de setembro de 1771, a Universidade de Coimbra foi fechada para a realização da reforma, sendo reaberta após o edital do dia 5 de outubro de 1772.<sup>43</sup>

Quando um aluno de Coimbra se graduava em Cânones ou em Leis, poderia realizar o processo da Leitura, que não era um pré-requisito para a obtenção do diploma, porém somente os aprovados poderiam seguir para a magistratura. Nem todos eram qualificados neste exame e era comum que alguns nem mesmo o realizassem. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, esta carreira era a que mais desenraizava os naturais do Brasil que estudavam em Coimbra. Pois, uma vez qualificados na Leitura, poderiam ser alocados em diferentes funções administrativas ou jurídicas em qualquer parte do Império Ultramarino. Somente em caso de serem designados para ocuparem um cargo em suas terras de origem, é que os magistrados oriundos do Brasil teriam a oportunidade de retornar. A partir de dados levantados por Arno e Maria José Wehling, Nizza da Silva afirma que entre 1750 e 1800, o número de naturais da América portuguesa aprovados no exame da Leitura elevou-se a 187.<sup>44</sup>

Manoel Inácio da Silva Alvarenga, o personagem principal da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, na sua reformulação de 1794, vivenciou intensamente a reforma de ensino da Universidade de Coimbra. Tendo se matriculado no curso de Cânones em 1768, prosseguiu com seus estudos até julho de 1771. Após o fechamento da Universidade para a implementação da reforma, seguindo suas novas determinações curriculares, tendo passagem pelo curso jurídico, ele se formou em Cânones em junho de 1776, passando oito anos na Universidade.<sup>45</sup>

Para Gustavo Henrique Tuna, o percurso individual de Silva Alvarenga precisa ser compreendido a partir da reforma de ensino da Universidade de Coimbra, pois é a partir da educação que recebeu em Portugal que ele pode ser compreendido como representante das luzes no mundo lusófono naquele período. Silva Alvarenga, os membros da Academia Científica do Rio de Janeiro, de 1772, e os demais integrantes da Sociedade Literária de 1786, eram indivíduos que não pertenciam ao quadro de funcionários régios, não eram

---

<sup>43</sup> PEREIRA, Júnior César. Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814): breve olhar sobre sua trajetória. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.8, nº 15, jul-dez, 2018, p. 148.

<sup>44</sup> “A ‘leitura’ no Desembargo do Paço consistia numa prova sobre um tema indicado pelos examinadores a partir de uma lista de pontos. O bacharel dispunha de 24 horas para pesquisar sobre o assunto e, se fosse bem-sucedido no exame, este lhe abria a porta à carreira, podendo concorrer aos chamados ‘lugares de letras’, que não abundavam no Brasil.” SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura letrada e Cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis**. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 116.

<sup>45</sup> TUNA, Gustavo Henrique. A construção de diferenças: Silva Alvarenga (1749-1814) e os limites de sua condição de fiel vassalo de Sua Majestade. **História (São Paulo)**, UNESP, São Paulo, v. 36, e. 25, 2017, p. 3

servidores diretos da Coroa. Contudo, por serem indivíduos leais à mesma pela educação recebida do ensino coimbrese reformado, suas iniciativas e pesquisas científicas foram incentivadas por serem consideradas benéficas para a própria monarquia portuguesa.

Para Maria Beatriz Nizza da Silva, o letrado mineiro sustentava e servia à monarquia promovendo as luzes onde antes sem sua iniciativa não existiriam, no caso, na colônia. A principal característica do vassalo letrado, para ela, era justamente o enciclopedismo, que encontramos em Silva Alvarenga.<sup>46</sup>

Além da formação acadêmica que Silva Alvarenga teve na Europa e de suas iniciativas com a Sociedade Literária, Henrique Tuna vê na sua vasta biblioteca um reflexo do enciclopedismo identificado por Nizza da Silva. O letrado que encontrou algum solo fértil na sociedade colonial brasileira seria um polímata que, a partir de seus esforços pessoais e intelectuais, buscava contribuir com o projeto do Império Ultramarino português.

Enquanto autores como Heloisa M. Starling e Afonso Carlos Marques dos Santos analisaram a conjuntura internacional do final do setecentos, buscando compreender de que forma essa afetou as dinâmicas internas da colônia portuguesa nas Américas, outros pesquisadores questionaram-se a respeito do caráter iluminista da formação dos letrados luso-brasileiros deste período. Para isso, se voltaram para as maneiras pelas quais a monarquia portuguesa reagiu às ideias iluministas que se espalharam pela Europa durante o século XVIII, concentrando seus esforços em compreender as trajetórias individuais daqueles indivíduos, colonos e reinóis, reconhecidos como letrados, mas, ao mesmo tempo, não perdendo de vista os estreitos limites da penetração do ideário iluminista na metrópole e em suas possessões.

O historiador Guilherme Pereira das Neves, tal como o já mencionado Gustavo Henrique Tuna faria mais tarde, também se debruçou sobre a trajetória pessoal de indivíduos diretamente afetados pelas reformas pombalinas, especialmente a reforma de ensino de Coimbra. Enquanto Henrique Tuna empenhou-se em investigar a carreira de Manoel Inácio da Silva Alvarenga, Pereira das Neves se voltou sobre a trajetória de Mariano José Pereira.

---

<sup>46</sup> “No Rio de Janeiro de então, o vassalo ilustrado não era tanto o universitário que se formara em Coimbra e que encontrava o seu nicho profissional na administração colonial, como aquele que afinara suas capacidades intelectuais com uma constante observação do mundo natural e conseguira suprir suas deficiências de formação com o uso da razão e da leitura. Era esse que deveria ser incentivado e premiado para continuar numa trilha útil ao Estado.” SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis**. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 319.

Mariano José Pereira fora enviado pelo pai muito jovem para estudar em Portugal, contudo, após o falecimento deste, retornou ao Rio de Janeiro em 1794 para dar continuidade aos negócios da família. Logo que chegou, se envolveu com a reabertura da Sociedade Literária e juntamente com os demais membros foi preso. Após sofrer nas mãos da administração régia, aproximou-se dela servindo como secretário ao vice-rei Fernando José de Portugal. Mariano José Pereira teve uma carreira de sucesso, tornando-se deputado e censor durante o período joanino, além de ministro e senador no primeiro reinado, o que lhe rendeu o título de marquês de Maricá.<sup>47</sup>

Guilherme Pereira das Neves analisou os eventos referentes à conjuração carioca estando interessado em, primeiramente, discutir a tradição historiográfica que a entendia como uma das etapas precursoras da independência de 1822. Em segundo lugar, interessou-se por compreender melhor os universos mentais daqueles que compunham a elite letrada ou daqueles que estavam à sua margem.<sup>48</sup> De acordo com Pereira das Neves, o processo de deterioração do Antigo Regime, especialmente nos moldes ocorridos na França, não se deu da mesma maneira na América portuguesa. Para ele, a cidade do Rio de Janeiro estava em sintonia com o restante do contexto colonial, no qual *“nem opiniões originais, nem descolamento do indivíduo da massa anônima, nem tolerância, nem secularização, nem, quiçá, cristianização parecem ter-se introduzido com alguma força, [...]”*<sup>49</sup>.

Para Pereira das Neves, seja pelos autos da devassa de 1794, seja por outros documentos que dialoguem com o episódio, como o Sumário encontrado por David Higgs ou os Estatutos da Sociedade Literária, é remota a possibilidade de avançar na hipótese de elaboração de um movimento rebelde ou da implementação de um governo autônomo na capitania, como temeram as autoridades à época. A maior dificuldade reside em precisar o que os episódios que envolvem a conjuração carioca significaram naquele tempo.<sup>50</sup> Perseguindo este esforço, Pereira das Neves estabelece um diálogo com as ideias expostas por Reinhart Koselleck em *Crítica e Crise*, no qual o historiador alemão, diante do processo de dissolução da percepção conceitual do mundo das sociedades tradicionais, religiosa e litúrgica, perante a ascensão de uma visão de mundo burguesa e secular, o considera envolvendo duas dimensões fundamentais: uma moral e outra política.

---

<sup>47</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. O Rio de Janeiro de 1794 no tribunal das Luzes de R. Koselleck. **História, teoria e variações**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Companhia das Índias, 2011, p. 274.

<sup>48</sup> *Id., Ibid., p. 256.*

<sup>49</sup> *Id., Ibid., p. 265.*

<sup>50</sup> *Id., Ibid., p. 271.*

Após o período de guerras civis e religiosas que ocorreram na Europa, o Estado absolutista surgiu como o mantenedor da paz e como a garantia de uma consciência moral individual, contudo, este mesmo Estado reservou para si a dimensão política. No longo prazo, essa separação entre as esferas privada e pública da vida humana levou ao desenvolvimento do que Koselleck chama de “o segredo”. Segredo este que passou a representar uma proteção da sociedade em relação ao Estado. Os encontros passaram a se dar em cafés, academias científicas e outras formas de associação, pois os indivíduos estavam excluídos dos círculos de poder pelo próprio poder. Contudo, a partir das Luzes, esta situação se tornou uma espécie de incoerência, pois a realização política do homem passou a ser um imperativo para os frequentadores desses espaços, a partir dos quais passaram a reclamar sua parcela de participação no poder. A partir de espaços apolíticos reclamaram participação política.

Por este diálogo estabelecido com Koselleck, Pereira das Neves vê o itinerário pessoal de Mariano José Pereira como um reflexo do contexto da sociedade colonial da América portuguesa daquele tempo. Tendo sido agraciado com o título de marquês de Maricá e ao final de sua vida um defensor da monarquia em detrimento da república, para o historiador a trajetória do marquês evidencia que, no ambiente luso-brasileiro, o segredo “*não serviu para proteger a sociedade do Estado, a fim de viabilizar que o homem se realizasse politicamente como homem. Serviu, sim, para proteger o próprio Estado da sociedade, [...]*”<sup>51</sup>. Pereira das Neves aponta, afinal, para a relevância de perceber a especificidade que esses processos tiveram, nessas últimas décadas do século XVIII, no Brasil colonial.

### **1.3 - As conversas ouvidas nas ruas e boticas**

A cerimônia do enforcamento de Tiradentes desejava varrer do espaço público ideias que tinham, de alguma forma, atravessado o Atlântico e desembarcado na colônia, e é provável que antes de se espalharem, alcançando as Minas, tenham passado pelo porto do Rio de Janeiro, o mais movimentado em cargas e pessoas da colônia. Acompanhando esse intenso fluxo de bens e indivíduos, remessas de livros clandestinos e notícias chegavam à cidade se aproveitando de instâncias legais (e ilegais) para adentrarem nas terras coloniais, por mais que as autoridades tentassem impedi-las. O desamparo sentido pelo reino perante

---

<sup>51</sup> *Id., Ibid., p. 278.*

o avanço que os chamados ideais revolucionários franceses andavam tendo pela Europa chegou ao continente americano, revelando a vulnerabilidade do espaço colonial, o que justificava a presença física e visível do vice-rei durante a cerimônia de execução de Tiradentes.<sup>52</sup> As obras literárias e periódicos que reproduziam os pensamentos de autores como Voltaire, Rousseau, D'Alembert, Diderot, dentre outros que alimentavam o arcabouço teórico e fundamentavam as ações dos revolucionários franceses, as chamadas *francesias*, tinham chegado às possessões coloniais.

Em algumas falas presentes nos interrogatórios e acareações sofridas pelos suspeitos na Devassa, é possível perceber a dispersão alcançada pelas ideias desenvolvidas nas reuniões da Sociedade Literária:

E perguntado ele, testemunha, pelo conteúdo no auto da devassa e mais papéis a elas juntos, disse que, em uma ocasião, indo ele, testemunha, a despachar um requerimento em palácio, vira juntos às bancas do peixe no cais um ajuntamento de gente, que estavam disputando, e um João da Silva Antunes estava discorrendo a favor da revolução dos franceses, dizendo publicamente, em vozes altas, que eles haviam feito muito bem em matar o rei, pois como os povos eram os mesmos que os faziam e levantavam, os podiam também matar<sup>53</sup>.

Pelos depoimentos das testemunhas, as conversas realizadas no sobrado alugado por Silva Alvarenga teriam extravasado para o nível das ruas. Relatos de discursos acalorados, disputas verbais em lugares públicos e estabelecimentos comerciais da cidade tomam as denúncias daqueles que desejam delatar os membros da Sociedade Literária.

Os historiadores David Higgs<sup>54</sup>, Donald Ramos<sup>55</sup> e Guilherme Pereira das Neves<sup>56</sup> salientam o importante papel que as murmurações desempenharam na sociabilidade vivida pelos habitantes do Rio de Janeiro. Segundo a perspectiva adotada por eles, o principal aspecto desses rumores que circulavam pelos espaços públicos e privados da urbe carioca

---

<sup>52</sup> Sobre a construção da imagem do rei e de sua autoridade na colônia: OLIVEIRA, Pablo Menezes e. As casas de câmara e a construção da imagem do Rei e do Estado nas Minas: breves notas. **Cadernos de História**, UFOP, Ouro Preto, v. 8, n. 1, jul. 2013; FARIA, Breno Marques Ribeiro de. A projeção de uma imagem do rei: D. José I de Portugal. **Revista de História da Arte e da Cultura**, UNICAMP, Campinas, v. 1, n. 2, jul/dez, 2020.

<sup>53</sup> Depoimento de João Veloso do Carmo. In: LUCAS, Fábio. (coord.). **Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 125.

<sup>54</sup> HIGGS, David. Linguagem perigosa e a defesa da religião no Brasil na segunda metade do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Estampa, 1995.

<sup>55</sup> RAMOS, Donald. A “voz popular” e a cultura popular no Brasil do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Estampa, 1995.

<sup>56</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. Murmuração. In: VAINFAS, Ronaldo (ed.). **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 416 e 417.

era sua irreverência diante das “ofensivas normatizadoras da Igreja, como a Inquisição e as visitas pastorais.”<sup>57</sup> Irreverência esta que também se refletia em relação às autoridades metropolitanas, especialmente para com o vice-rei, e que se traduzia nos discursos na forma de escárnio.

Segundo Guilherme Pereira das Neves, “o segredo, no ambiente luso-brasileiro não serviu para proteger a sociedade do Estado, a fim de viabilizar que o homem se realizasse ‘politicamente como homem’”. Ao reunirem-se em instâncias particulares aquém do poder, imbuídos do espírito reformador pombalino e desejosos de contribuir com os esforços do Império português, por conta da educação recebida no reino, estes homens não teriam ameaçado diretamente as bases do poder e do controle da monarquia sobre as terras americanas. Além disso, o fato de serem secretas não as blindou das ações coercitivas perpetradas pelos agentes da Coroa, apesar de lhes ter proporcionado um ambiente para o livre pensar e para debater.

Assim, o objetivo primeiro destas associações que existiram no Rio de Janeiro, tal como a Sociedade Literária, não era serem espaços para reclamarem participação na tomada de decisões políticas e econômicas que dissessem respeito à colônia, mesmo se dispendo a discutirem assuntos de filosofia e da política de seu tempo; ou pelo menos não no sentido de participação como criação de um destino independente, com rompimento com a metrópole. Mas o que o estrato citado acima mostra é que as falas desafiadoras, as *francesias*, longe de estarem concentradas entre os membros das sociedades de letrados, elas pareciam amplamente enraizadas no tecido da cidade. No dia a dia da vida urbana, era pelas murmurações que os fluminenses encontravam os meios para transgredir, até certo ponto, as diretrizes que impunham o que falar e pensar a respeito daqueles que lhes regulavam.<sup>58</sup> Numa sociedade marcadamente oral, como era o caso da sociedade colonial brasileira no século XVIII, a transmissão de conhecimento, de todos os elementos que compõem o arcabouço cultural de uma população, se dá através da fala, da transmissão e da assimilação oral entre indivíduos. O ato de conversar é altamente capaz de estabelecer versões, interpretações e criar significado para os eventos do cotidiano, sendo justamente a partir da experimentação dos fatos que ocorrem ordinariamente, e compartilhando com os

---

<sup>57</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. O Rio de Janeiro de 1794 no tribunal das Luzes de R. Koselleck. *In: História, teoria e variações*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Companhia das Índias, 2011, p. 262.

<sup>58</sup> RAMOS, Donald. A “voz popular” e a cultura popular no Brasil do século XVIII. *In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 154.

demais as percepções, que era possível construir sentido sobre a própria realidade ou questioná-la.<sup>59</sup>

A vida na cidade colonial portuguesa era marcada pela presença de igrejas e mosteiros de ordens religiosas e irmandades de leigos, casas de câmara e cadeia, pelourinhos e fortalezas, unindo a força da Igreja e da Coroa. O badalar dos sinos desses templos e de outros edifícios de caráter religioso marcava para os moradores do Rio de Janeiro a presença constante da Igreja, lembrando-os das festas e horas litúrgicas. Para o historiador Ronald Raminelli, em concordância com Pereira das Neves, David Higgs e Donald Ramos, a presença viva desses símbolos nas urbes coloniais das Américas demonstra a relevância destes para a continuidade e funcionamento do empreendimento colonizador na totalidade, pois sem eles teria sido impraticável a ocupação de um território vasto e diverso tal como era a América portuguesa.<sup>60</sup>

A presença das alçadas administrativas ultramarinas nas cidades as tornava focos de migração temporária, nas quais pessoas circulavam por elas na medida em que necessitavam do aparelho governamental para intermediar algum conflito, fosse uma disputa local entre indivíduos ou com as próprias instâncias oficiais do poder. A vida política, econômica e cultural das colônias tinha nos núcleos urbanos um palco importante para a realização de tais trocas pessoais, cuja integração proporcionava a geração e propagação de boatos, mexericos e informações de maneira intensa.<sup>61</sup> Em outras palavras, as cidades proporcionam às pessoas os espaços para ficarem sabendo dos acontecimentos do próprio núcleo urbano, de outras regiões da colônia e da vida de outros indivíduos.

As boticas, citadas em diversos depoimentos de testemunhas na Devassa, foram analisadas por Heloisa Starling e outros autores por serem um tipo de estabelecimento comercial pelo qual, virtualmente, toda a população fluminense precisaria passar. A botica também ocupou um lugar central no *Sumário* da Inquisição, a documentação revelada por

---

<sup>59</sup> “Ao decantar a experiência do dia-a-dia, o mexerico estabelece grupos e sub-grupos, de fronteiras variáveis e elásticas, que tendem a mapear o território em que os indivíduos se movem no trabalho, no lar e nas demais instâncias de sociabilidade. E ao combinar essas duas perspectivas que se pode compreender o lugar da murmuração nas sociedades do Antigo Regime, inclusive na América Portuguesa. Ainda que nelas crescentemente se introduzissem o letrado e o pároco, os valores do grupo continuavam predominantemente guardados pela memória social coletiva encarnada nos anciãos, e a única forma de conservá-la e transmiti-la, assegurando a identidade do conjunto e delimitando os espaços que cada membro ocupava, era através da palavra oral. Ou seja, da fala, da conversa, da fofoca... da murmuração.” NEVES, Guilherme Pereira das. Murmuração. In: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 417.

<sup>60</sup> RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do espaço urbano colonial. In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1992, p. 172.

<sup>61</sup> RAMINELLI, Ronald. *Op. cit.*, p. 173.

David Higgs. Nos relatos coletados pelas autoridades durante a Devassa, há cinco boticários mencionados de maneira relevante, seja por suas boticas terem sido palco de conversas que algumas testemunhas consideraram pertinente delatar, ou por eles próprios terem sido chamados a depor. Seus nomes eram: José Luís Mendes, José Pereira Amarante, Agostinho Martins da Silva, Vitorino José de Souza, e Luís José da Silva.

Duas boticas possuem uma descrição de sua localização detalhada: a de José Luís Mendes, de frente para a capela da Ordem dos Terceiros do Carmo, e a de José Pereira Amarante, de frente para o Convento do Carmo, ambas na rua Direita e estando em pontos nobres e muito movimentados da cidade. Sobre as boticas de Vitorino José de Souza e Agostinho Martins da Silva é possível saber as ruas em que se localizavam - rua do Cano e rua dos Ourives, respectivamente. Já a botica de Luís José da Silva é a que possui o detalhamento mais vago das mencionadas, estando no Campo da Lampadosa. Entre os estabelecimentos citados era a que estava mais distante das ruas principais e do cais da cidade, por onde chegavam as notícias e informações. Contudo, devia estar próximo ao local onde Tiradentes havia sido enforcado dois anos antes.

A botica de Vitorino José de Souza, na Rua do Cano, partilhava o logradouro com o sobrado alugado por Manoel Inácio da Silva Alvarenga, onde vivia e também se davam as reuniões da Sociedade Literária. Conhecida hoje em dia por Sete de Setembro, seu nome atual, a Rua do Cano, juntamente com a Rua Direita - hoje Primeiro de Março - formavam um dos locais mais movimentados do Rio de Janeiro. Por elas passavam as duas mais importantes procissões religiosas católicas da cidade, além de abrigarem a alfândega, trapiches, a provedoria e grandes casas comerciais.<sup>62</sup>

Segundo o relato de um marceneiro português, chamado Manuel Pereira Landim, a botica de José Pereira Amarante seria o local de assembleias constantes, cujo presidente seria o professor de grego João Marques Pinto e seus assistentes o médico Jacinto José da Silva e seu irmão João Pedro. Tais reuniões em sua botica ocorriam à noite e que nelas “se falava com toda a liberdade na religião e governo, e que nela se decidiam todos os casos e dúvidas”. Ainda segundo o próprio Manuel Landim, um ourives de nome José de Oliveira

---

<sup>62</sup> *"Com a 7 de Setembro, nesse grupo das transversais do eixo da Misericórdia - 1o de Março, deu-se algo de curioso, porque em vez de subir da praia para o campo, desceu do campo para a praia, no caminho aberto para um cano de pedra destinado a trazer para o mar as águas estagnadas dos restos da Lagoa de Santo Antônio. Por isso mesmo ficou sempre, na nomenclatura oficial e popular, como Rua do Cano até ser batizada como 7 de Setembro, em 1856, [...] Mas o seu morador mais identificado com as nossas velhas tradições foi, certo, o poeta e professor de retórica Manuel Inácio da Silva Alvarenga, em cuja casa se reunia o clube literário e político mandado fechar pelo Conde de Resende [...]". GERSON, Brasil. **História das Ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p. 39 e 40.*

lhe teria dito que, ao passar pela botica do Vitorino José de Souza, teria ouvido um homem, o qual conhecia por ser entalhador, “*proferir que a lei dos franceses era boa e que cá se devia praticar o mesmo, e que o que os ditos franceses haviam fazer era vir arrasar esta terra*”.<sup>63</sup>

Através do documento da Inquisição (1796) publicado por David Higgs na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sabemos que o boticário José Luís Mendes além de depor na devassa de 1794, por sua botica na rua Direita ter sido delatada enquanto um local no qual Mariano José Pereira fazia leituras públicas de *francesias*, ele próprio foi alvo dessa nova investigação dois anos depois. O documento consiste no *Sumário* de um inquérito da Inquisição, no Rio de Janeiro, em que o principal implicado era o próprio José Luís Mendes. As acusações desta segunda ocasião em que o boticário se viu investigado eram de caráter moral e religioso. O delator, um sapateiro chamado Manuel de Jesus, escandalizou-se com a liberdade que se tinha em falar mal dos dogmas católicos, pondo em xeque sua veracidade, questionando as autoridades eclesiásticas e a hierarquia da Igreja. E a botica é o lugar citado onde os suspeitos, segundo a denúncia, proferiam seus discursos. Além de Mariano José Pereira, João Marques Pinto também apareceu citado repetidas vezes no Sumário de 1796. Ambos, por ocasião das investigações da Inquisição, encontravam-se presos pelo processo aberto em 1794.<sup>64</sup>

Retornando para o processo de 1794, quando da ocasião do depoimento prestado por José Luís Mendes, ele confirmou que Mariano José Pereira estivera algumas vezes em sua botica, na qual fez leituras do periódico *Correios da Europa*, que carregava consigo. Contudo, negou que o suspeito fosse apaixonado pela França, relatando que Mariano Pereira dissera uma vez que os franceses estariam fadados a sucumbir, por mais que alcançassem algumas vantagens.<sup>65</sup>

David Higgs, com base na leitura do documento a respeito das "luciferinas assembleias" de 1796 e da devassa de 1794, conclui que no Rio de Janeiro do final do século XVIII havia três níveis sociais envolvidos em conversas e discussões públicas a respeito de acontecimentos e ideias políticas. No primeiro grupo estariam os membros da Sociedade Literária, alguns dos quais possuíam formação nas universidades europeias e

---

<sup>63</sup> Depoimento de Manoel Pereira Landim. In: LUCAS, Fábio. (Coord.). **Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 94.

<sup>64</sup> HIGGS, David. O Santo Ofício da Inquisição de Lisboa e a “Luciferina Assembleia” do Rio de Janeiro na década de 1790. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 162 (412) 239-384, jul./set. 2001.

<sup>65</sup> Depoimento de José Luís Mendes. In: LUCAS, Fábio. (coord.). **Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 149.

eram capazes de estabelecer debates mais profundos acerca das ideias disseminadas pelas *francesias* e livros de conteúdo censurado. Em um segundo plano estariam indivíduos que vinham de origem sociais das mais variadas possíveis e que frequentavam alguns ambientes de caráter público, como as boticas mencionadas na devassa, para discutirem especialmente questões da interferência da religião e da Igreja em suas vidas. Em um terceiro e último nível estariam aquelas pessoas que foram delatadas estando em ambientes públicos, como junto às escadarias do hospício, junto à praia de Dom Manuel ou no Largo do Carmo, tecendo piadas e conversando de forma irreverente a respeito das autoridades eclesiásticas e metropolitanas.<sup>66</sup>

A dispersão que as falas irreverentes e ideias perigosas alcançaram no Rio de Janeiro do final do século XVIII parecem revelar que, apesar das amarras das severas normas e regras vigentes, os fluminenses encontravam seus meios para navegar pelos limites do que era possível perante tantas proibições, como o controle sobre publicações, livros e periódicos, que a Coroa exercia proibindo a existência de imprensa na colônia e ao fiscalizar a entrada das remessas comerciais que chegavam pelo porto. Contudo, para evitar a propagação de ideias, era preciso fazer calar aqueles que falassem alto demais. Segundo David Higgs:

A 'Inconfidência Carioca' não passou de uma fantasia, talvez mais viva nas mentes do vice-rei e dos religiosos do que no espírito dos homens que frequentavam as boticas e tascas do Rio. Esses indivíduos situavam-se na fronteira entre os homens verdadeiramente cultos, com graus obtidos em Coimbra, e os autodidatas ou até mesmo os ignorantes, mas que, não obstante, tinham opiniões a manifestar sobre o sagrado e o profano.<sup>67</sup>

A comunicação oral, no entanto, se retroalimenta à medida que mais pessoas se envolvem em discussões e debates, informações são acrescentadas, passadas para frente e reapropriadas segundo a individualidade intelectual de cada um. O perigo para o conde de Resende jazia justamente na velocidade com que as palavras se disseminavam em sua cidade, por isso empenhou-se tão prontamente em silenciar o falatório que ele temeu poder derivar em conjuração. Mas o que acima de tudo se procura apreender aqui não é propriamente o conteúdo dessas ideias perigosas, mas a espacialidade desse fluxo pela

---

<sup>66</sup> HIGGS, David. O Santo Ofício da Inquisição de Lisboa e a “Luciferina Assembleia” do Rio de Janeiro na década de 1790. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 162 (412) 239-384, jul./set. 2001, p. 248.

<sup>67</sup> HIGGS, David. *Op. cit.*, p. 249.

cidade, tanto de proposições formais, de homens letrados, como também das murmurações, com o seu auditório ampliado.

## Capítulo 2:

### O Rio de Janeiro setecentista e os espaços de poder da Coroa e da Igreja

*Imagine, leitor, o que é estar diante de uma imensa porção de água, circundada por 30 milhas de esplendorosa floresta e por majestosas montanhas, montanhas cujos cumes, elevados e disformes, se ocultam nas nuvens e assumem uma coloração ora azul, ora púrpura. Imagine o que é ver essa porção de água alargar-se gradualmente por 12 ou 14 milhas, a contar da estreita entrada do porto e formar um imenso lago coberto por inúmeras pequenas ilhas de diferentes formatos, todos revestidos por abundante, variada e colorida vegetação e por belos arbustos honoríficos, semeadas em grande quantidade pela própria natureza. Imagine, ainda, essa bela porção de água emoldurada, de ambos os lados, por verdes colinas de altura média - que se elevam umas acima das outras conformando uma espécie de anfiteatro -, em meio às quais pode-se avistar ao longe numerosas angras deliciosos Vales e murmurantes riachos. Imagine, enfim, leitor, uma sequência de montes Edgcombes ao redor de um lago com pelo menos cem milhas de circunferência, localizado numa região onde a primavera é eterna. Imagine tudo isso, e ainda assim não terá senão uma idéia imperfeita do magnífico quadro que a baía do Rio de Janeiro oferece aos olhos.<sup>68</sup>*

O relato acima foi feito por um membro da comitiva diplomática britânica que passou pelo Rio de Janeiro no final de 1792. John Barrow, na qualidade de intendente da delegação, navegou junto ao embaixador inglês George Macartney rumo à China em missão diplomática e comercial. Sua frota entrou na Baía de Guanabara no dia 30 de novembro do dito ano, aportou no Rio para abastecer a comitiva e permaneceu na cidade até o dia 17 de dezembro.

Escolhi esse longo trecho do relato de Barrow como epígrafe para este capítulo porque proporciona à imaginação a formação de um retrato da entrada do porto do Rio de Janeiro no final do século XVIII. Uma cidade cujas construções não escondiam os maciços e florestas que a rodeiam, tal como hoje. E, mais importante, introduz o que será apresentado neste capítulo: a cidade do Rio de Janeiro e seus nexos de conexão com o mundo. Neste capítulo será perseguido o esforço de desenvolver um panorama de uma cidade que, desde sua fundação, foi pensada e planejada pela Coroa portuguesa segundo sua vocação portuária, embora a história da cidade sempre tenha sido marcada por uma tensão entre as facilidades de conexão, mas também os perigos que a vida portuária representava para o poder metropolitano.

---

<sup>68</sup> FRANÇA, Jean Marcel (Org.). **Visões do Rio de Janeiro colonial**: antologia de textos (1531-1800). Rio de Janeiro, José Olympio, 2008, p. 290.

A fim de apontar as ligações da cidade com a metrópole, mas também com outras nações, será preciso salientar o processo de construção da cidade enquanto eixo articulador de forças da região centro-sul da América portuguesa. Processo que envolve o estabelecimento de uma elite açucareira no recôncavo da Guanabara, o triângulo comercial entre Luanda, Rio de Janeiro e Buenos Aires, o estabelecimento da colônia de Sacramento, e a descoberta do ouro mineiro na virada dos seiscentos para os setecentos.

Nomes da historiografia, como Maria Fernanda Bicalho, Maria de Fátima Gouvêa e Russel-Wood, reconhecem nestes episódios momentos que revelam o crescimento em notoriedade e relevância do Rio de Janeiro dentro do Ultramar português. É preciso fazer esse largo retrospecto temporal e de eventos para se conhecer a agitada cidade que, ao final do século XVIII - somente dois anos após a visita da embaixada britânica do lorde Macartney, a qual John Barrow integrou - teve suas ruas e espaços públicos preenchidos por murmurações de cunho libertino e que tanto preocuparam as autoridades metropolitanas.

## **2.1 - A fundação da cidade, o urbanismo e a praça colonial**

No início da empreitada ultramarina portuguesa, a Coroa precisou contar com a participação de indivíduos e grupos particulares que contribuíram pessoal e financeiramente com a ocupação dos novos territórios achados. A esses foram concedidos poderes e privilégios para tornar efetiva a presença e a administração lusitana na América, nos entrepostos na África e na Ásia, especialmente na Índia. Diante do conflito com os franceses pelo controle da região da Guanabara na primeira metade do século XVI, o Rio de Janeiro foi fundado enquanto uma praça fortificada.

A estratégia militar para melhor assegurar o controle da baía foi o que orientou a escolha de Estácio de Sá para estabelecer o primeiro arraial no sopé do morro Cara de Cão, onde hoje está o bairro da Urca. Junto à abertura da baía, os primeiros ocupantes portugueses das terras fluminenses poderiam vigiar e controlar toda a orla marítima e a entrada de embarcações. Após a morte de Estácio de Sá, seu sobrinho transferiu a cidade para o alto de um morro que também se erguia próximo ao mar. Este acidente geográfico, originalmente denominado Morro do Descanso, onde finalmente os lusitanos puderam repousar soberanos após terem derrotado os franceses, ficou conhecido pelos séculos seguintes como Morro do Castelo, em consequência de Mem de Sá ter ordenado a

construção da fortaleza de São Sebastião do Castelo. Os critérios para se estabelecer uma ocupação permanente nas Américas seguiam, portanto, uma orientação militar. O terreno a ser escolhido deveria favorecer o mando português sobre a região ao facilitar a vigilância da mesma e dificultar o assalto de inimigos. Erguer o Rio de Janeiro sobre um morro foi uma primeira forma de se apropriar do espaço e orientá-lo para que se perpetuasse a autoridade metropolitana.

Maurício Abreu, a partir de um documento datado de 11 de março de 1567, no qual o tesoureiro e ouvidor do rei presidiu o ato de fiança do tabelião do público e do judicial da cidade, traçou duas conclusões acerca da nova fundação do Rio de Janeiro:

A primeira é que o lugar escolhido apresentou inegáveis vantagens para o estabelecimento de uma cidade; com efeito, se a decisão de transferir a urbe foi coletiva e se o lugar acordado impôs tanto trabalho aos povoadores, notadamente de desmatamento, só mesmo a existência de vantagens locacionais poderosas justificaria a escolha feita. A segunda conclusão é que, ao contrário da Cidade Velha, a nova cidade foi, desde o início, pensada para ser definitiva, em razão pela qual logo surgiram ali, erguidos com maior apuro, os símbolos do Estado e da Igreja. Materialização, enfim, na paisagem, das vozes que chamavam há tanto tempo, pela imposição definitiva da autoridade portuguesa sobre as terras da Guanabara.<sup>69</sup>

As escolhas de local de Estácio e Mem de Sá para estabelecer o Rio de Janeiro seguiram o exemplo de Tomé de Souza quando este fundou Salvador, pois já era tradição portuguesa que cidades fossem fundadas em terrenos elevados para a facilitação da defesa<sup>70</sup>. Para além da escolha de um lugar onde fosse possível erguer uma cidade fortificada, este deveria apresentar ares salubres, água em abundância e bom porto<sup>71</sup>, estabelecendo critérios logísticos objetivos para a escolha do local de fundação de uma nova cidade no Ultramar. Pelas planícies entre o Morro do Castelo e a Baía de Guanabara corriam rios que tornavam fácil o acesso à água na região, dentre os quais o rio Carioca se configurou como a primeira fonte de água potável que os habitantes do Rio de Janeiro utilizaram.<sup>72</sup> É preciso discorrer sobre os aspectos geográficos do terreno onde cresceu a

---

<sup>69</sup> ABREU, Maurício de Almeida. A conquista da Guanabara. In: **Geografia Histórica do Rio de Janeiro**, Volume 1. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson, 2010, p. 149.

<sup>70</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 149 e segs.

<sup>71</sup> CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015, p. 26.

<sup>72</sup> SCHLEE, M. B.; CAVALCANTI, N. O.; TAMMINGA, K. As transformações da paisagem na bacia do rio Carioca. **Paisagem e Ambiente**, n. 24, 2007, p. 267. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/86346>. Acesso em: 21 nov. 2021.

cidade, pois estes delimitaram as condições pelas quais a cidade pode crescer pelos séculos seguintes.

Enquanto uma praça fortificada sobre o Morro do Castelo, houve planos para erguer uma muralha delimitando o perímetro original da cidade, concentrando dentro de suas paredes aqueles órgãos da Metrópole e da Igreja que dominaram a paisagem colonial fluminense. Símbolos da autoridade e responsáveis pela administração metropolitana: a casa de Câmara e a Sé. Contudo, tanto para acessar as águas do rio Carioca, quanto para a própria circulação de pessoas pelo continente, caminhos foram abertos ligando o Morro do Castelo às planícies que o circundavam. O primeiro caminho a ser aberto, que ligava a cidade alta ao porto, tornou-se a primeira via pública da cidade, a ladeira da Misericórdia. Quando da instalação dos monges beneditinos em outro morro nas cercanias do Castelo, novas e importantes passagens foram talhadas.

Entre as últimas décadas do século XVI e as primeiras do XVII, os morros ao redor do Castelo foram ocupados pelas primeiras ordens religiosas católicas que chegaram à cidade. Com a fundação da cidade vieram os jesuítas, que se estabeleceram no Castelo com seu colégio. Em 1590 os beneditinos ocuparam o outeiro no qual se encontram até hoje, no ano seguinte os frades carmelitas se estabeleceram no morro de Santo Antônio, os quais repassaram a posse do mesmo para os frades franciscanos em 1607. A partir de uma malha básica de caminhos abertos, estabelecendo conexão entre os morros ocupados, a população do Rio de Janeiro se espalhou pelas várzeas, o que deu início ao processo orgânico de crescimento da cidade. Afirma Nelson Omegna que a cidade colonial é “*um fenômeno natural da ecologia do continente nôvo*”, podendo ser compreendido que, apesar das ordenanças e limites estabelecidos pela Coroa portuguesa, na tentativa de orquestrar a consolidação da urbe colonial, sua concretização é fruto das interações entre indivíduos que a realizaram e destes com o ambiente que os circundava.<sup>73</sup> Na medida em que os habitantes avançaram pelas planícies limitadas pelos morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição, as próprias instituições metropolitanas se viram obrigadas a acompanhar o fluxo populacional que seguia em direção aos mangues e brejos das baixadas. Efeito disso foi a construção de uma nova casa de Câmara e Cadeia na parte baixa da cidade, em 1637.<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> OMEGNA, Nelson. A alma e fisionomia da cidade colonial. In: **A cidade colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961, p. 6. Disponível em: <https://archive.org/details/no-acc/page/n7/mode/1up?view=theater>. Acesso em: 21 nov. 2021.

<sup>74</sup> CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015, p. 32.

Em decorrência da expulsão dos franceses e após a fundação do Rio de Janeiro, lotes de terras, sesmarias foram doadas àqueles que se envolveram diretamente com a conquista do território da Guanabara, à Casa de Câmara e aos jesuítas. Estas terras foram doadas pelo próprio Estácio de Sá na qualidade de governador da capitania, que, em nome do monarca português, estendendo sua autoridade às Américas, detinha o direito de doação de sesmarias.<sup>75</sup> Entre os anos de 1567 e 1575, os indivíduos que receberam lotes de terras de grandes extensões eram conquistadores poderosos e prestigiosos da região guanabarina, ou autoridades do Reino.<sup>76</sup> As áreas que hoje correspondem a toda a baixada de Jacarepaguá, desde a Joatinga até o pontal de Sernambetiba, até os atuais bairros de Deodoro e Cascadura, pertenceram à família dos Correia de Sá desde 1569, quando da sua apropriação pelo governador Salvador Correia de Sá. Tais posses permaneceram inalteradas até a segunda metade do século XVII.<sup>77</sup> Grandes propriedades de terra e fazendas de pequeno e médio porte foram contemporâneas, durante os anos iniciais da ocupação das terras fluminenses. Foi necessário que os primeiros governadores da capitania incentivassem os colonos a estabelecer engenhos que enriqueceram a terra, motivo este que explica o porquê da garantia do acesso a recursos hídricos e madeireiros aos indivíduos que tinham maiores recursos.<sup>78</sup>

A respeito do planejamento de cidades coloniais, Sérgio Buarque de Holanda em sua análise sobre a ocupação ibérica das Américas, estabeleceu uma hierarquia entre os projetos espanhol e português, inferiorizando os esforços destes últimos em relação aos dos castelhanos.

Já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõem-lhe antes o acento voluntário da linha reta.<sup>79</sup>

---

<sup>75</sup> SCHLEE, M. B.; CAVALCANTI, N. O.; TAMMINGA, K. *Op. cit.*, p. 270. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/86346>. Acesso em: 21 nov. 2021.

<sup>76</sup> Dom Miguel de Moura, secretário particular do rei Dom Sebastião, que nunca veio ao Rio de Janeiro, recebeu do governador Mem de Sá em 25 de outubro de 1567 uma sesmaria no vale do rio Macacu que tinha 9900m de testada e 26400m de sertão. Estas terras estavam fora do perímetro em que os portugueses poderiam se estabelecer com segurança, devido a presença indígena no recôncavo da Guanabara, constituindo o que seria parte do fundo territorial da capitania, isto é, terras fronteiriças que formavam um estoque para serem apropriadas futuramente. Segundo Maurício de Almeida Abreu, esse caso envolvendo Dom Miguel de Moura constitui “*um exemplo inequívoco de bajulação*”. ABREU, Maurício de Almeida. A concessão de sesmarias e expansão do povoamento. In: **Geografia Histórica do Rio de Janeiro**, Volume 1. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson, 2010, p. 220.

<sup>77</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 221 e 222.

<sup>78</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 223.

<sup>79</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. O sementeiro e o ladrilhador. In: **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 164 e 165.

A análise de Buarque de Holanda estabelece uma metáfora para as maneiras pelas quais os espanhóis e portugueses se apropriaram dos territórios do novo mundo. Tal como um ladrilhador, os espanhóis teriam imposto sua vontade ordenada sobre o espaço e os corpos do novo continente, traduzindo isso na organização retilínea e padronizada das cidades espanholas erguidas nas Américas. Na sua visão, os espanhóis teriam em suas colônias uma extensão orgânica de sua pátria, ao contrário dos portugueses, para os quais suas conquistas cumpririam finalidade unicamente comerciais. Os esforços em construir universidades com os mesmos privilégios, isenções e limitações que as do reino, como a Universidade de São Marcos, do ano de 1551, em Lima, são tidos por Buarque de Holanda como evidências dos empenhos dos castelhanos em tornar as colônias moradias definitivas. Na mesma medida, a falta de tais diligências por parte dos lusitanos evidenciaria o caráter unicamente exploratório de seus domínios.

Para além de inferiorizar o projeto urbanístico português para as Américas em relação ao espanhol, Buarque de Holanda enxerga no campo o eixo central do poder metropolitano enquanto lugar de geração de riquezas a partir dos engenhos. Na sua análise, as cidades da América portuguesa teriam exercido papel mais periférico de administração da empresa colonizadora, sem alterar a balança de poder entre campo e cidade.<sup>80</sup>

Os esforços lusos em estabelecer critérios tangíveis e coerentes que fossem cumpridos em diferentes partes do Ultramar, no entanto, demonstram que os núcleos urbanos coloniais americanos não foram tão espontâneos quanto Buarque de Holanda sugeriu. Para o arquiteto Manuel C. Teixeira, as cidades portuguesas articulam igualmente morfologias urbanas orgânicas, menos planejadas, e regulares, que adotam padrões geométricos e eruditos. Segundo o autor, essa harmonia entre duas formas de se conceber o planejamento urbano tornou a cidade portuguesa adaptável e maleável às diferentes circunstâncias geográficas e geológicas, permitindo a adequação da cidade a uma amplitude de lugares. O fato de os traços urbanos lusos não serem precisamente

---

<sup>80</sup> “Mas ainda assim não devia ser muito favorável às cidades a comparação entre a vida urbana e a rural por essa época, se é certo o que dizia o conde de Cunha, primeiro vice-rei do Brasil, em carta escrita ao rei de Portugal em 1767, onde se descreve o Rio de Janeiro como só habitado de oficiais mecânicos, pescadores, marinheiros, mulatos, pretos boçais e nus, e alguns homens de negócios, dos quais muito poucos podem ter esse nome, sem haver quem pudesse servir de vereador, nem servir cargo autorizado, pois as pessoas de casas nobres e distintas viviam retiradas em suas fazendas e engenhos. [...] A pujança dos domínios rurais, comparada à mesquinhez urbana, representa o fenômeno que se instalou aqui com os colonos portugueses, desde que se fixaram à terra.” HOLANDA, Sérgio Buarque de. Herança rural. In: **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 148 e 149.

geométricos se justifica pela sua adaptação à topografia, hidrografia e ao ambiente físico nos quais se estabeleceram.<sup>81</sup>

Quando do despacho de uma petição de concessão de sesmarias na várzea do morro do Castelo, em 30 de setembro de 1567, Mem de Sá ordenou a Nuno Garcia, mestre de obras da cidade e responsável pela medição de terras, pelo alinhamento das ruas e pelas construções de edifícios e fortificações, que ele fizesse o informe do requerimento. Pouco após o estabelecimento da cidade no morro do Castelo, as planícies que o circundavam passaram a ser ocupadas pela população fluminense, e os despachos emitidos pelo capitão Mem de Sá e seus sucessores respeitavam um conjunto de critérios que visavam a retidão e a uniformidade das vias. A rua que mais tarde passou a ser chamada de rua Direita era o eixo estruturante, dela partiam as travessas que cortavam o espaço em direção ao interior, todas invariavelmente com 30 palmos de largo.<sup>82</sup>

A historiadora Roberta Marx Delson, no primeiro capítulo de sua obra *Novas Vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*, identifica três perspectivas analíticas que, segundo sua visão, resultam em perspectivas insuficientes para pensar as cidades coloniais. Em um primeiro plano, haveria aqueles pesquisadores que veem as cidades brasileiras como recriações dos núcleos urbanos medievais portugueses. A segunda perspectiva se estabeleceria em oposição dicotômica em relação a este posicionamento, exaltando a espontaneidade do traçado urbano não retilíneo português perante a configuração em xadrez de outras cidades, tal qual das cidades castelhanas nas Américas. Em uma posição intermediária entre essas colocações, haveria aqueles que, apesar de reconhecerem a funcionalidade administrativa das cidades, consideram-nas carentes de um “*plano diretor*”. Contudo, Marx Delson estabelece uma postura crítica em relação às três perspectivas, especialmente no período da virada do século XVII para o

---

<sup>81</sup> “A cidade especificamente portuguesa, que está presente em todos os tempos históricos, é uma cidade que foi construída segundo um plano ou com base em uma regularidade subjacente a seu traçado, ainda que nem centro de uma forma explícita, mas que leva em consideração as particularidades do sítio e as explora, nomeadamente por meio da definição das principais vias estruturantes sobre as linhas naturais do território e da criteriosa localização dos edifícios notáveis em posições dominantes.” TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012, p. 14.

<sup>82</sup> “Ao invés de se enlaçarem na linha da paisagem sem qualquer rigor ou método, esses logradouros foram abertos com critério, resultando desse esforço não um plano urbano rigidamente ortogonal, como aconteceu com tantas cidades da América espanhola, mas um plano que se aproximou bastante de um traçado regular, que só não foi plenamente obtido devido ao arqueamento da praia, à natureza do sítio escolhido (bordado de outeiros, que impuseram ângulos a alguns logradouros) e à fiscalização dos séculos seguintes, nem sempre tão rigorosa quanto gostariam os corregedores da Câmara. Os chãos, por sua vez, foram cordeados e arruados por mestres pedreiros à medida que as construções iam sendo erguidas.” ABREU, Maurício de Almeida. Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião. In: **Geografia histórica do Rio de Janeiro**, Volume 2. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2010, p. 250.

XVIII, quando a descoberta do ouro no interior levou a metrópole portuguesa a fundar sistematicamente vilas e cidades para melhor explorar e administrar as novas riquezas minerais encontradas.

Segundo a autora, os portugueses colonizadores buscaram ampliar seu controle sobre as terras da região das minas através de dois artifícios: otimizando a distribuição de terras a partir de um sistema racional e combinando-o com a construção supervisionada de vilas.<sup>83</sup> Para Marx Delson, diante da necessidade de otimização da exploração do ouro mineiro, o que demandaria um alto grau de organização e controle, os portugueses não poderiam, e não o fizeram, se dar o luxo de não terem um sistema de exploração e traçado urbano ordenados para este fim. Para tanto, seu ímpeto organizador preparou as cidades segundo os critérios retilíneos do Barroco, aprimorando o planejamento do espaço urbano para este objetivo.

Para além de Marx Delson, outros autores buscaram contribuir com os estudos acerca do urbanismo e das cidades coloniais. Em obra mais recente organizada pelos historiadores Gefferson Ramos Rodrigues e Jorun Poettering - em cujos capítulos e sob diferentes abordagens as obras urbanas são utilizadas como ferramenta de investigação das sociedades coloniais nas Américas - acerca do planejamento das cidades, Poettering afirma que estas foram construídas buscando corrigir e compensar as falhas existentes nas urbes metropolitanas.<sup>84</sup> Segundo essa perspectiva, é conferido à cidade colonial um protagonismo maior que aquele atribuído por Buarque de Holanda. Quando a Coroa portuguesa decide efetivamente estabelecer assentamentos na América, sob o sistema de concessão de capitânicas a terceiros, a cidade se configurou como eixo articulador e dispersor da colonização. A partir dos municípios, São Vicente, Salvador, Rio de Janeiro, que os sertões puderam vir a ser empossados pelos engenhos de açúcar de demais atividades.<sup>85</sup> A cidade

---

<sup>83</sup> DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília, ALVA-CIORD, 1997, p. 4.

<sup>84</sup> “Embora várias cidades fossem montadas em lugares onde já existiam núcleos urbanos antes da chegada dos colonizadores, sempre integravam componentes cruciais do entendimento Urbano europeu: remetiam, mesmo que imperfeitamente, a uma organização política baseada no modelo comunal e prometi um modo de vida requintado. Essas características eram materializadas por elementos arquitetônicos e espaciais, como a casa da câmara, um sistema de praças e ruas, dispositivos de segurança que pode incluir fortes e muralhas, infraestruturas como chafarizes, pontes, cais e matadouros, instituições de previdência social como igrejas, misericórdia, hospitais e cemitérios. Em geral, os planejadores das urbes coloniais orientaram-se um tipo de cidade desenvolvido segundo os conceitos mais avançados do seu tempo, mas também eram fortemente influenciados pelas tradições das suas terras de origem.” POETTERING, Jorun. Introdução: as obras urbanas como meio heurístico para a exploração da sociedade colonial, in POETTERING, Jorun; RODRIGUES, Gefferson Ramos (org.). **“Em Benefício do Povo”**. Obras, governo e sociedade na cidade colonial. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p. 19.

<sup>85</sup> CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelson. A cidade na América colonial portuguesa. **Estudos Ibero-Americanos**, PUC-RS, v. 22, n. 1, jun. 1996, p. 128 e 129.

colonial portuguesa, portanto, teria um papel de destaque para a empresa colonizadora desde seu princípio, operando enquanto um baluarte da civilização europeia na conquista do novo continente.<sup>86</sup> Com base na escolha geográfica de um ponto estratégico que pudesse favorecer a proteção da costa, que proporcionasse a oportunidade de explorar o interior a partir da navegação de rios, e de se inserir nas rotas comerciais do Atlântico Sul e do caminho das Índias, Portugal estabeleceu critérios para onde se deveria estabelecer cidades na América.

Para a historiadora Júnia Marques Caldeira, que elaborou estudos sobre o desenvolvimento da praça colonial brasileira enquanto elemento constitutivo do urbanismo português nas Américas, em sintonia com as ideias de Manuel C. Teixeira, a diversidade de traçados urbanos procede do fato de as cidades portuguesas terem sido planejadas e projetadas atendendo às características específicas dos territórios em que se ergueram.<sup>87</sup> Segundo Marques Caldeira, o modelo de praça que foi implementado pelos portugueses nas Américas foi fruto de uma inovação na concepção do espaço público em Portugal, ao final do século XV. Essa modernização levou a praça a se tornar o centro da estrutura urbana através de obras, intervenções públicas e palco da vida social. A praça foi remodelada para comportar os edifícios que executavam funções de destaque no funcionamento da cidade, tornando-se o centro em torno do qual girava a vida civil, comercial e religiosa.

A Praça da Câmara da cidade de Salvador, quadrangular, voltada para o mar, concentrando a Casa de Câmara, o Paço do Governador, o Tribunal da Relação e a Alfândega, constituiu-se enquanto modelo de praça para as demais cidades da América portuguesa.<sup>88</sup> Tal modelo foi reproduzido pelo Rio de Janeiro no Largo do Carmo. Originado a partir da formação da Rua Direita, com a construção do Convento do Carmo em 1619, junto à antiga ermida de Nossa Senhora do Ó, configurou-se um espaço marcado pelo poder religioso.<sup>89</sup> Porém, à medida que o Rio de Janeiro cresceu em importância

---

<sup>86</sup> “Urbanity, with its specific architecture and political organization, was a central part of the identity of European settlers in America. As solid material testimony accessible for everybody to see, the city also represented the nonmaterial culture spread by the Europeans and vaunted as their own.” POETTERING, Jorun. Water and the Struggle for Public Space: Social Negotiations in the usage of Colonial Rio de Janeiro’s Waterworks. **Brasiliana - Journal for Brazilian Studies**, King’s College London, Londres, v. 5, n. 2, 2017, p. 158.

<sup>87</sup> CALDEIRA, Junia Marques. A praça colonial brasileira. **Universitas: Arquitetura e Comunicação Social**, CEUB, Brasília, v. 7, n. 1, jan./jun. 2010, p. 22.

<sup>88</sup> CALDEIRA, Junia Marques, *Op. cit.*, p. 28.

<sup>89</sup> Característica marcante no urbanismo português é a multiplicidade de praças dentro de um mesmo núcleo urbano, comumente existem as praças ligadas ao poder político e aquelas ligadas ao poder religioso. Acerca do formato das praças, ele está associado ao processo que deu origem à própria praça. O Largo do Carmo, no

administrativa perante o Ultramar português, a cidade, conseqüentemente o Largo do Carmo enquanto *locus* central, tornou-se igualmente sede do poder da metrópole. Processo marcado pela instalação da Casa da Moeda, em 1699 e, certamente, com a construção da Casa dos Governadores e Armazéns do Rei, em 1743, que se tornou a residência dos vice-reis, após 1763.<sup>90</sup>

Com o estabelecimento destas instituições no Largo do Carmo, a praça passou a concentrar sobre seu chão a vida política da cidade. Contudo, esse já era o espaço privilegiado do comércio de bens, víveres e escoadouro das riquezas oriundas das Minas Gerais. Como consequência das interações econômicas proporcionadas pelo porto, o Largo do Carmo configurou-se como um dos mais importantes espaços de trocas culturais e de dinamismo da vida social. O estabelecimento de um chafariz no centro da praça, sob a ordem do governador Gomes Freire de Andrade, em 1750, foi uma das principais intervenções da metrópole no espaço urbano do Rio de Janeiro durante o século XVIII. Sendo o segundo a ser construído na cidade, abastecido por um cano que trazia água do chafariz da Carioca, a edificação da fonte do Largo do Carmo obedeceu à dinâmica das relações sociais da cidade, ao mesmo tempo que as deu impulso, reforçando-as.<sup>91</sup>

Desde a escolha do local para a fundação de uma cidade, seguindo critérios militares de otimização da defesa do território, a qual ganhava concretude com o trabalho de engenheiros militares, até as interferências urbanas práticas, como a construção de chafarizes e outras obras públicas, as cidades coloniais portuguesas foram devidamente planejadas. A empresa colonizadora portuguesa movimentou uma imensa quantidade de recursos humanos, financeiros, técnicos e tecnológicos para um mesmo fim: a exploração dos recursos naturais das colônias e a geração de novas receitas para a Coroa. As cidades coloniais nasceram com o propósito de reger no Ultramar as variadas instâncias dessa empresa: funcionários régios, colonos, escravizados, companhias de comércio, instituições administrativas e outras que poderiam ser citadas. Esses núcleos urbanos tiveram de ser devidamente planejados e estruturados para que os diferentes interesses particulares que se

---

Rio de Janeiro, seguiu o padrão de largos de outras cidades lusas que se formaram junto ao mar. *“Elas resultavam normalmente do cruzamento da primeira via longitudinal traçada ao longo da Costa com uma das principais vias transversais. Foi nessas praças que, ao longo do tempo, foram se concentrando edifícios e funções centrais, em articulação com os quais as Praças se estruturaram formalmente, adquirindo, em muitos casos, o estatuto de Praças principais da cidade.”* TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012, p. 113.

<sup>90</sup> FERREZ, Gilberto. **A Praça XV de novembro. Antigo Largo do Carmo**. Rio de Janeiro: Riotur, 1978, p. 10.

<sup>91</sup> FERREZ, Gilberto. *Op. cit.*, p. 11.

entrecruzaram com os da Coroa convergissem para o objetivo último da Metrópole para com suas colônias: seu enriquecimento e engrandecimento perante as demais Coroas europeias de seu tempo. O estabelecimento de fortalezas, igrejas e conventos no alto de morros como dispositivos vigilantes, e talvez fosse possível dizer, panópticos, a determinação de distritos específicos a serem habitados por certos grupos de profissionais a fim de melhor vigiar seus trabalhos, são maneiras de orientar e educar espacialmente os corpos dos moradores das cidades. Ensinar as maneiras que cada um pode transitar pelas ruas, os espaços a serem preenchidos por cada extrato, impondo de cima os limites, as fronteiras para a navegação social de cada indivíduo dentro do perímetro urbano. E na medida em que o Rio de Janeiro cresceu em importância dentro do Ultramar português, sofreu cada vez mais interferências em seu espaço urbano.

## **2.2 - O protagonismo crescente do Rio de Janeiro e seus espaços de poder no Setecentos**

No mundo colonial português, a fundação de cidades era uma prerrogativa da Coroa, porém as vilas poderiam vir a ser elevadas ao patamar de cidades, segundo critérios e necessidades da metrópole. As cidades e as vilas possuíam um grande diferencial em relação aos arraiais, que seriam núcleos de povoamento menores e espontâneos<sup>92</sup>: o Senado da Câmara. Este era o órgão representativo dos cidadãos perante o império português,<sup>93</sup> do qual fizeram uso por diversas vezes para negociar e fazer valer suas reivindicações. O Rio de Janeiro nasceu sob a égide oficial da Coroa com o status de cidade.

As Câmaras das cidades coloniais portuguesas, durante os séculos XVI e XVII, usufruíram de grande autonomia gerenciando o comércio da praça, administrando a defesa militar, levantando fundos e as rendas da metrópole.<sup>94</sup> Especialmente em relação à defesa da cidade, agiram inúmeras vezes estabelecendo taxas e cotas de doações para a construção ou reparo de fortalezas e outras medidas que visavam a integridade da colônia. Para financiar essas obras, as Câmaras tinham que recorrer à fonte de renda local, arrecadando fundos a partir de impostos sobre os colonos. Para subsidiar o reparo, manutenção ou a

---

<sup>92</sup> ABREU, Maurício de Almeida. A conquista da Guanabara. In: **Geografia Histórica do Rio de Janeiro**, Volume 1. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson, 2010, p. 131.

<sup>93</sup> WOOD, A. J. R. Russel. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, 1998, p. 17.

<sup>94</sup> BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, 1998, p. 2.

realização de obras públicas novas, se utilizavam de fintas e tributos igualmente extraordinários ao empreendimento que estivessem buscando realizar. Os impostos e cobranças eram aplicados segundo a necessidade do momento, sendo justificados perante a população de acordo com a sua urgência.<sup>95</sup>

Durante todo o período de ocupação neerlandesa no Nordeste, os moradores da cidade do Rio de Janeiro foram convocados a contribuir com a defesa e a reconquista das praças invadidas, enviando pessoas e mantimentos. Impostos e recursos financeiros foram por diversas vezes arrecadados na capital fluminense para serem utilizados na reconquista do Nordeste.<sup>96</sup> Em 1648, um imposto adicional sobre o açúcar fluminense exportado, cuja finalidade era custear uma esquadra metropolitana que rumou em socorro da Bahia, chegou a ser abolido após uma série de reclamações dos moradores do Rio de Janeiro. A alocação de recursos provenientes do Rio de Janeiro em outras áreas que não na capital fluminense foi motivo de descontentamento e inúmeras negociações entre a câmara e a metrópole.<sup>97</sup>

Na virada do século XVI para o XVII, a cidade se beneficiou com o comércio com a região platina, a partir de Buenos Aires. Comerciantes naturais do Reino e da América portuguesa estabelecidos na capital fluminense, fornecendo grande variedade de produtos coloniais, mas especialmente mão de obra escravizada africana, conseguiram abocar parte da prata de Potosí que era escoada pelo estuário do rio da Prata. Isso foi possível durante o período da União Ibérica (1580-1640), quando os dois reinos da península estiveram unidos sob a monarquia espanhola. O rei espanhol conferiu a comerciantes portugueses, que eram influentes na Corte de Madri, o direito de *asiento* no fornecimento de mão de obra escravizada africana para as Américas hispânicas. Isto é, concederam a estes indivíduos o privilégio de um monopólio comercial. Neste contexto, Angola, mais especificamente o porto de Luanda, se tornou o principal local de embarque dos africanos que chegavam aos portos de Cartagena e Vera Cruz, atuais Colômbia e México, respectivamente.<sup>98</sup>

---

<sup>95</sup> FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Império de pedra e cal. Obras públicas, política e bem comum no Brasil, séculos XVII e XVIII, in POETTERING, Jorun; RODRIGUES, Gefferson Ramos (org.). **“Em Benefício do Povo”**. Obras, governo e sociedade na cidade colonial. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p. 93.

<sup>96</sup> BICALHO, Maria Fernanda. A cidade do Rio de Janeiro e a articulação da região em torno do atlântico-sul: séculos XVII e XVIII. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, 1998, p. 15.

<sup>97</sup> BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 309.

<sup>98</sup> “*Cifras mais restritas, relativas à Cartagena (atual Colômbia) e Vera Cruz (México), deixam entrever o impacto da pilhagem na África Central Porto Cartagena viu aportar nos anos 1597- 1601 dois terços das naus assentistas. Desse contingente, 43,5% dos indivíduos vinham da área Congo-Angola. Para os anos 1604-22, os números se referem a Vera Cruz, destino de três quintos dos navios do Asiento: 84,3% dos*

O escoamento das abundantes riquezas minerais retiradas das minas de Potosí, no coração das terras sob posse espanhola na América do Sul, se dava por um caminho longo e complicado. Os carregamentos de prata seguiam por terra até as cidades de Arica ou Lima, no Peru, embarcavam no Pacífico em direção à Cidade do Panamá, para mais uma vez serem levadas por terra até o porto de Nombre de Dios, no Atlântico, onde poderiam seguir rumo a Sevilha. A dificuldade para o deslocamento dessas valiosas cargas, em decorrência do caminho, tornava seu transporte caro. Nesse contexto, a rota que passava pelo caminho real ligando Potosí a Tucumã e ao rio da Prata, configurou-se como uma opção alternativa, pois as remessas minerais poderiam ser escoadas diretamente pelo Atlântico, barateando o seu traslado. Contudo, o barateamento dos fretes entraria em choque com os interesses comerciais que já haviam se estabelecido no Peru e em Sevilha, a partir da rota tradicional.<sup>99</sup>

Apesar de Buenos Aires não ter sido escolhida para escoar oficialmente a prata vinda de Potosí, isso não impediu que redes de contrabando surgissem e que fossem, por vezes, comandadas por comerciantes portugueses. O comerciante português Francisco Soares relatou ao seu irmão por meio de uma carta o funcionamento do comércio entre Buenos Aires e a cidade do Rio de Janeiro, ao final do século XVI, no ano de 1596.

Segundo seu relato, a cada três ou quatro meses partiam do Rio de Janeiro barcos de 30 e 40 toneladas, carregados de açúcar, arroz, tafetás, chapéus e diversas mercadorias da terra em direção ao porto platino; dali, as mercadorias eram enviadas ao “Peru”. Regressavam depois de quatro ou cinco meses “trazendo daqueles lugares não mais mercadorias, mas dinheiro”.<sup>100</sup>

Diante do tráfico crescente no porto de Buenos Aires, os comerciantes de Lima pressionaram a Coroa espanhola para que medidas a seu favor fossem tomadas. Em 1591, o porto platino foi fechado oficialmente para o trato comercial e em 1594, Felipe II proibiu qualquer intercâmbio entre a cidade portenha e o Brasil. Contudo, diante da demanda por mão de obra que vivia a região do altiplano andino, pois as populações andinas não estavam conseguindo suprir as necessidades dos exploradores, o monarca concedeu ao

---

*escravos também foram embarcados em Luanda. [...] Assim, o número de deportados através de Luanda atinge provavelmente o ápice registrado na região ao longo de três séculos de tráfico: de 12 mil a 13 mil pessoas carregadas cada ano durante a primeira década do Seiscentos.*” ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Lisboa, capital negreira do Ocidente, in **O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 99.

<sup>99</sup> ABREU, Maurício de Almeida. A inserção do Rio de Janeiro na economia-mundo. In: **Geografia histórica do Rio de Janeiro**, Volume 2. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson, 2010, p. 21

<sup>100</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 22.

*asentista* português Pedro Gomes Reynel a autorização para navegar diretamente de Angola para Buenos Aires, introduzindo anualmente 600 escravos no rio da Prata.<sup>101</sup>

Apesar de novas sucessivas investidas dos comerciantes de Lima na busca pela manutenção de seus privilégios, que resultaram em novas medidas coercitivas por parte da Coroa espanhola, visando minar o tráfico, as quatro primeiras décadas do século XVII foram um período de grande prosperidade para a capital fluminense, devido ao lucrativo comércio triangular com Angola e Buenos Aires. O Rio de Janeiro, cuja base da economia era a monocultura escravista da cana-de-açúcar, mas que também era uma região produtora de gêneros alimentícios e outros víveres importantes no comércio, estando a meia distância de Angola e do rio da Prata, configurou-se como ponto crucial de parada para os comerciantes negreiros vindos da África. O largo uso da mão de obra escrava africana nos engenhos do Rio de Janeiro acobertava a ilegalidade daqueles negreiros que seguiam rumo à praça platina. Esse comércio só poderia se dar sob não só a conivência, mas a participação ativa das autoridades metropolitanas portuguesas no Rio de Janeiro, especialmente durante o governo dos Correia de Sá.<sup>102</sup>

A partir do tráfico de escravizados africanos, foi estabelecida uma rede comercial entre Luanda, Rio de Janeiro e a América hispânica, especialmente com a cidade de Buenos Aires, na qual negreiros oriundos do Reino e da América portuguesa forneciam aos colonos espanhóis a mão de obra negra africana e outros produtos agrícolas. Quando se deu a conquista neerlandesa do Nordeste e de Angola, os interesses comerciais desses negreiros foram profundamente afetados com a tomada de Luanda e dos demais portos fornecedores de mão de obra escravizada. Para reaver o controle da praça africana e dar continuidade a tão lucrativo comércio, o Conselho Ultramarino decidiu que uma frota armada deveria sair do Rio de Janeiro rumo à capital angolana para combater os inimigos batavos e de lá definitivamente expulsá-los.<sup>103</sup> A força composta por 15 navios e 1200 homens foi custeada pelos negreiros e senhores de engenho fluminenses<sup>104</sup> e comandada por Salvador Correia de Sá e Benevides, nomeado em 1647 governador do Rio de Janeiro e capitão-geral de Angola.<sup>105</sup>

---

<sup>101</sup> *Id., Ibid.*, p. 24.

<sup>102</sup> *Id., Ibid.*, p. 26.

<sup>103</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. cit., p. 232.

<sup>104</sup> Estes dois grupos da elite senhorial e escravista fluminense foram responsáveis por cerca de 70% dos fundos coletados para custear a frota que conquistou Angola dos neerlandeses. *Id., Ibid.*, p. 234.

<sup>105</sup> Não somente por ele ser o funcionário diretamente responsável pela defesa e administração da capitania, também das demais que estavam sob a jurisdição fluminense, Sá e Benevides era pessoalmente fruto da política que estabeleceu o triângulo comercial entre Luanda, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Seu pai e seu avô

Salvador Correia de Sá e Benevides foi escolhido para exercer os cargos de governador do Rio de Janeiro e capitão-geral de Angola porque pertencia a uma família poderosa, com fortes laços familiares e econômicos nas regiões platina e fluminense e com o tráfico negreiro. Enquanto possuidor de terras e engenhos no interior da capitania do Rio de Janeiro, Sá e Benevides fazia parte da rede de homens de negócios que conectava os dois lados do Atlântico sul português à América hispânica por meio do tráfico negreiro.

Outro episódio que marcou o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro enquanto centro nevrálgico do Atlântico sul português foi o estabelecimento de um assentamento luso no Rio da Prata. Em 1680, o recém nomeado governador da capitania do Rio de Janeiro D. Manuel Lobo, foi incumbido da função de fundar no estuário da região platina a colônia de Sacramento, abrindo uma nova frente de ampliação do Império português. Coube a ele erigir um porto fortificado, à sua capitania a jurisdição e a segurança daquele assentamento.<sup>106</sup>

A colônia de Sacramento, na banda oriental do rio, foi estabelecida numa busca por suprir a carência de prata que, ao longo de toda a segunda metade do século XVII, prejudicou muito financeiramente a economia de Portugal.<sup>107</sup> A metrópole ordenou que fosse estabelecido um porto fortificado na outra margem fluvial paralelo à Buenos Aires com o objetivo de proteger os navios luso-brasileiros que navegavam na região. Em meio às crises diplomáticas e guerras na Europa, que repercutiram no continente americano, coube ao Rio de Janeiro manter e socorrer a colônia de Sacramento enquanto ela resistiu às pressões do cabildo de Buenos Aires e do Império espanhol.

Com a descoberta do ouro na virada do século XVII para o XVIII, o porto do Rio de Janeiro se tornou entrada para colonos e portugueses que migraram para a região das minas para explorar o metal. A cidade passou a ser a principal receptora de escravizados provenientes da África e de mercadorias vindas da Europa, cuja boa parte tinha como

---

havia sido governadores da capitania do Rio antes dele, sua mãe era espanhola e filha do governador de Cádiz. Ele exerceu cargos importantes na região do Rio da Prata, onde serviu como coronel no Paraguai. Casou-se com uma viúva cujo tio era vice-rei do Peru e primo era governador do Paraguai. *Id., Ibid.*, p. 200.

<sup>106</sup> GOUVÊA, M. de F.; BICALHO, M. F. A construção política do território centro-sul da América portuguesa (1668-1777). **História, histórias**, Brasília, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10706>, p. 26. Acesso em: 4 nov. 2021.

<sup>107</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro. A centralidade da periferia. Prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806). **História, histórias**, Brasília, v. 1, n. 1, 2013, p. 8.

destino final as cidades mineradoras, especialmente Vila Rica. Nesse contexto, o Rio de Janeiro se tornou o maior escoadouro das riquezas coloniais.<sup>108</sup>

Durante a primeira metade do século XVIII, a figura do governador geral da capitania passou a abarcar sob sua jurisdição uma amplitude cada vez maior de territórios. A habilidade política pessoal do mais longo governador da capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, de 1733 até sua morte em 1763, foi vital para esse processo de concentração de poder na função do governador fluminense.<sup>109</sup> Durante sua administração, progressivamente acumulou o cargo de governador de Minas Gerais, para o qual foi conferida autoridade sobre o governo de Goiás. Em decorrência das disputas entre Portugal e Espanha pelo controle do estuário do rio da Prata, a colônia de Sacramento, entre os anos de 1735 e 1737, sofreu um bloqueio de tropas castelhanas provenientes de Buenos Aires.<sup>110</sup> Contudo, somente com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, após novas represálias militares hispânicas, nas quais capturaram a ilha de Santa Catarina em 1777, atual Florianópolis, as disputas territoriais na região do Prata entre Portugal e Espanha chegariam ao fim. A partir da assinatura do armistício, Portugal foi obrigado a abandonar suas pretensões com Sacramento, gerando a oportunidade de ocupar mais sistematicamente as regiões do Rio Grande de São Pedro e de Santa Catarina. Territórios os quais também ficaram sob a jurisdição do governador do Rio de Janeiro.

João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho discutem a ideia de Antigo Regime no Ultramar português. A partir da política de concessão de mercês proveniente das guerras de reconquista na Península Ibérica, tais práticas teriam cruzado o Atlântico e sido as bases de formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro. O monopólio da concessão de terras, cargos, privilégios comerciais pelo monarca, formou em torno dos reis portugueses uma elite dependente dos favores reais ou dos rendimentos obtidos pelas mercês atribuídas. Agraciar com postos e cargos oficiais àqueles que se engajaram nas conquistas ultramarinas foi a forma de cooptar tais indivíduos a realizarem os interesses da Coroa em todo o Ultramar português.<sup>111</sup>

---

<sup>108</sup> GOUVÊA, M. de F.; BICALHO, M. F. A construção política do território centro-sul da América portuguesa (1668-1777). **História, histórias**, Brasília, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10706>, p. 31. Acesso em: 4 nov. 2021.

<sup>109</sup> GOUVÊA, M. de F.; BICALHO, M. F. *Op. cit.*, p. 35.

<sup>110</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro. A centralidade da periferia. Prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806). **História, histórias**, Brasília, v. 1, n. 1, 2013, p. 12.

<sup>111</sup> “*Vigoravam na Ásia, por exemplo, as liberdades da Índia, ou seja, o direito de transportar gratuitamente mercadorias privadas nas embarcações da coroa. Neste sentido, o capitão-mor de Málaca possuía, como mercê real no século XVI, o monopólio de determinadas rotas asiáticas. Já em Angola, o governador Henrique Jacques Magalhães, em 1695, solicitava o mesmo privilégio usufruído por seus antecessores - que*

Após a descoberta das primeiras jazidas de ouro nas Minas Gerais, o então governador do Rio de Janeiro foi enviado para o interior, em 1709, com o objetivo de impor um melhor controle judicial, fiscal e administrativo na região. Entre as suas incumbências estava o estabelecimento de Câmaras municipais e estimular a mineração do ouro, as quais fez a partir da concessão de títulos, como os de capitão e guarda-mor, e direitos exclusivos de exploração aos mineradores que tinham obtido maior sucesso.<sup>112</sup>

O fato de a pessoa no cargo de governador do Rio de Janeiro ter sido a incumbida de prover uma solução para as contendas de Minas Gerais demonstra a importância que a capitania e a elite administrativa fluminense adquiriram, especialmente durante o século XVIII. Como explicitado anteriormente, refletiram-se no planejamento das cidades portuguesas nas Américas, mais evidente naquelas fundadas nos interiores após a descoberta do ouro, processo descrito por Roberta Marx Delson, os esforços de controle e planejamento da metrópole sobre sua colônia e as riquezas derivadas dela. Se sucedeu ao achamento dos preciosos minérios de Minas Gerais um processo em que progressivamente os funcionários régios cresceram em autoridade e poder sobre as instâncias administrativas locais, especialmente sobre as Câmaras. Governadores, ouvidores e juizes de fora nomeados pela Metrópole por diversas vezes foram empecilhos e barreiras aos interesses das elites políticas camarárias. Em 1730, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro escreveu ao monarca Dom João V pedindo que os representantes do poder central na colônia não se intrometessem nas eleições para os cargos de vereador. Pediram também, com base em legislações definidas por alvarás em 1611 e 1643, que o governador observasse a “qualidade” da origem dos indivíduos a serem nomeados aos postos de prestígio, como capitães e coronéis das Ordenanças, os quais deveriam ser reservados aos “melhores da terra.”<sup>113</sup>

A base argumentativa destes homens se baseava na valorização do esforço que seus antepassados teriam feito na conquista daquela terra, seja por serem descendentes dos ocupantes originários, estabelecendo quase que uma narrativa mitológica de gênese do Rio de Janeiro, ou por terem contribuído com a manutenção dessa conquista. Após as invasões

---

*lhe permitiria retirar sem ônus 600 cabeças (escravos), e navegar marfim sem o constrangimento dos contratadores.*” FRAGOSO, João. A economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no Império português (séculos XVI e XVII). **Dimensões**, Vitória, jul/dez, 2001, p. 16.

<sup>112</sup> WOOD, A. J. R. Russel. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. **Revista de História**, USP, v. 55, n. 109, 1977, p. 33.

<sup>113</sup> BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, 1998, p. 10.

de corsários franceses em 1710 e 1711<sup>114</sup>, durante as quais os cidadãos e moradores tiveram de contribuir pesadamente com as despesas da defesa e reconstrução da cidade, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro fez uma série de representações ao monarca, reclamando privilégios e mercês em troca das demonstrações de fidelidade. Esse compromisso forjado entre o rei e seus súditos no Ultramar, através das Câmaras, operou tal como:

Desta forma, ou indivíduo ou grupo que requeria uma mercê ou um bem ao Rei, reafirmava a obediência devida, alertando para a legitimidade da troca de favores e, portanto, da obrigatoriedade de sua retribuição. Ao retribuir os feitos de seus súditos ultramarinos, o monarca reconhecia o simples colono como vassalo, identificando-o a metrópole e a si próprio, estreitando os laços e reafirmando pacto político sobre o qual se forjava soberania portuguesa nos quatro cantos do mundo.<sup>115</sup>

Ao contrário do que se pode crer pela relação entre Metrópole e colônia, a segunda nunca esteve sob o pleno controle da primeira. A distância, as dificuldades de comunicação, os interesses locais arraigados às condições específicas de cada localidade tornavam a total interferência e submissão à Metrópole virtualmente impraticáveis. A maneira pela qual a Coroa portuguesa fez para que os escolhidos para ocupar cargos administrativos na colônia agissem de acordo com seus planos foi proporcioná-los com oportunidades de privilégios e emolumentos sobre esses mesmos cargos. Convergirem os interesses pessoais daqueles agentes que ajudaram a fazer funcionar a empresa colonizadora com os da Coroa não foi tarefa simples. A complexidade desse jogo de interesses é exemplificada pelas disputas entre os senados das câmaras municipais e os funcionários interventores metropolitanos, como juizes de fora e outros mais mencionados neste capítulo.

Apesar de durante o século XVIII as diferentes periferias do Império terem experimentado um aumento do controle exercido pelas instâncias representativas do poder central, estas mesmas periferias foram eficientes em explorar as fragilidades e brechas do

---

<sup>114</sup> Em setembro de 1710, o corsário Jean-François Duclerc chegou com sua frota de 6 navios ao largo da baía de Guanabara, com o intuito de pilhar o Rio de Janeiro. Apesar de sua força naval, seu ataque foi repellido com sucesso pelas defesas da cidade, que fez até mesmo prisioneiros muitos franceses. Um ano após o ataque fracassado, o corsário René Duguay-Trouin atravessou a barra da fortaleza de São João e Santa Cruz com sua esquadra de 18 navios. Neste segundo ataque, a cidade do Rio de Janeiro foi pega completamente desprevenida. Os franceses pilharam as casas sequestrando os bens da população, sobre os quais exigiram um resgate de 600 mil cruzados para que fossem devolvidos. Tal resgate foi inteiramente financiado às custas da população, obrigadas a atender as demandas dos invasores sob ameaças de bombardeios de canhão. BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 277.

<sup>115</sup> FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**, Lisboa, n. 23, 2000, p. 79.

próprio sistema implementado pela Metrópole para brigar por suas demandas.<sup>116</sup> A partir de uma economia política de privilégios, Portugal condicionou a prática administrativa colonial à lógica do Antigo Regime, o que estabeleceu as bases para as elites que ocupavam os cargos de gerência das conquistas fazerem valer suas exigências.

Essa política de concessão de títulos e cargos no Reino e no Ultramar formou nas cidades coloniais uma elite, uma nobreza da terra, que a partir da gestão do bem público acumulou fortunas, poder e status. Ocupar os assentos nas Câmaras municipais era a chave para o acesso ao conjunto de privilégios que a Coroa proporcionava àqueles que serviam à administração colonial. Na sociedade de Antigo Regime, a cidadania era um dos privilégios conferidos aos que exerciam tais cargos administrativos, portanto, a nobreza das terras coloniais era uma nobreza também política<sup>117</sup>.

Contudo, no Rio de Janeiro, durante o século XVIII, a tradicional forma de acúmulo de riquezas baseada na exploração da terra por meio da monocultura açucareira escravista deu lugar a uma nova forma de acumular posses e fortunas, ligada ao capital mercantil. A noção de um período colonial tardio defendida por João Fragoso e Manolo Florentino não prioriza tanto questões de recuperação econômica

mas principalmente, um período de consolidação de novas formas de acumulação econômica do Sudeste-Sul escravista, formas essas coincidentes com o domínio do capital mercantil e, pois, com a hegemonia de uma nova elite econômica. A elite, nesse caso, seria constituída pela comunidade de comerciantes de grosso trato residente na praça mercantil do Rio de Janeiro.<sup>118</sup>

Segundo os historiadores, esteve intimamente ligado a esse processo de ascensão de uma nova elite regional no Rio de Janeiro a transformação econômica vivida pela cidade ao longo do século XVIII, tornando-se a principal praça do Atlântico Sul português, abrigando em seus circuitos-mercantis o comércio de importação e exportação, a redistribuição dos produtos importados europeus, africanos e asiáticos, além de concentrar o comércio colonial interno do Sudeste-Sul.<sup>119</sup> Os indivíduos que ascenderam ao patamar de grandes comerciantes na praça do Rio de Janeiro eram muitas vezes reinóis, cujas

---

<sup>116</sup> WOOD, A. J. R. Russel. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, 1998, p. 31.

<sup>117</sup> FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. Op. cit., p. 76.

<sup>118</sup> FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. A integração do Rio de Janeiro ao sistema atlântico português. In: **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 84 e 85.

<sup>119</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 86.

relações familiares, de amizades e de negócios proporcionaram a eles as oportunidades para se consolidarem na capital fluminense como grandes tratantes.

Esses homens, a partir de sua influência econômica, eram capazes de estender sua influência sobre a própria malha urbana do Rio de Janeiro. A partir da avaliação de inventários *post-mortem* de comerciantes da praça mercantil da capital fluminense, João Fragoso e Manolo Florentino puderam fazer um levantamento da porcentagem de participação das atividades e dos bens econômicos destes tratantes. Segundo os historiadores, prédios urbanos representavam mais de 30% dentre as opções de entesouramento presente nos inventários, o que seria um reflexo do intenso processo de urbanização que viveu a capitania durante os setecentos.<sup>120</sup>

Entre os portugueses que vieram para o Brasil buscando enriquecer através de sua participação nas redes de comércio da região Sudeste-Sul colonial, concentradas na praça do Rio de Janeiro, estava Elias Antônio Lopes, nascido no dia 20 de julho de 1756, numa freguesia da cidade do Porto. Há um consenso na historiografia que ele migrou para o Rio de Janeiro em algum momento durante a década de 1770, contudo, não há uma concordância para o ano exato de sua imigração. Segundo a historiadora Nilza Lícia Braga, Antônio Lopes surge mencionado nos Almanques da cidade do Rio de Janeiro de 1792 e 1794 como sendo um dos negociantes instalados na rua Direita e comerciante de atacado. Apesar de aparecer no Almanque de 1799 como negociante com lojas, embarcações, importações e engenhos, a historiadora afirma que em seus inventários, apesar da variedade de propriedades urbanas e chácaras, não há engenhos.<sup>121</sup> Portanto, a fonte da riqueza acumulada por Antônio Lopes estava no comércio mercantil, não estando vinculada diretamente à atividade agrícola.

A partir do inventário de documentos e cartas presentes no inventário de Elias Antônio Lopes, cujos remetentes estavam entre os maiores comerciantes de outras praças mercantis do Atlântico português e ligados ao tráfico negreiro, como Porto, Benguela, Luanda, Rio de Janeiro e Bahia, Lícia Braga afirma que Elias Antônio Lopes operava nos dois lados do oceano. O lusitano natural do Porto e radicado no Rio de Janeiro estava ligado ao comércio de cabotagem com outras regiões da América portuguesa, a importação de produtos manufaturados metropolitanos e europeus e a compra de escravos na costa

---

<sup>120</sup> Ver gráfico 11: Participação (%) e bens econômicos nos inventários post-mortem da praça mercantil do Rio de Janeiro, 1797-1840. In: FRAGOSO, João, FLORENTINO, Manolo. *Id., Ibid.*, p. 170.

<sup>121</sup> BRAGA, Nilza Lícia Xavier Silveira. A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XVIII: o estabelecimento do portuense Elias Antonio Lopes no Rio de Janeiro. *Angelus Novus*, n. 6, 2014, p. 101. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/88883>. Acesso em: 10 jul. 2022.

africana.<sup>122</sup> Um de seus remetentes, Frutuoso José da Cruz, um comerciante natural do Rio de Janeiro, era um dos maiores negreiros em Benguela no final do século XVIII e atuava como agente das casas comerciais cariocas. Para Lícia Braga, comprovante de sua relação pessoal e comercial com José da Cruz, para além das correspondências era a presença de escravos de Benguela no inventário de Antônio Lopes.<sup>123</sup>

Apesar de muitos comerciantes oriundos de Portugal retornarem para seu país após atingirem seus objetivos de enriquecimento nas terras americanas, muitos outros ficaram na colônia, angariando espaço na nobreza local. Elias Antônio Lopes foi um dos maiores tratantes a permanecer na colônia, vinculando seu status mercantil e social às terras fluminenses com a patente militar de Capitão do Rebelim do Moinho de Vento, da Fortaleza da Ilha das Cobras, concedida pelo vice-rei conde de Resende em 1790; e após ingressar como irmão na Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em 1794.<sup>124</sup> Elias Antônio Lopes construiu para si na Freguesia do Engenho Velho, onde hoje é o bairro de São Cristóvão, uma das maiores residências particulares da cidade, marcando assim a sua presença no espaço urbano, alargado para o que então eram arredores do centro. A chácara, quando da ocasião da chegada da Corte, em 1808, foi doada por ele ao príncipe regente dom João VI e sua família, para que nela morassem. Após a doação de sua casa, Elias Antônio Lopes foi agraciado com uma série de mercês, entre elas a Comenda da Ordem de Cristo.<sup>125</sup> O Palácio de São Cristóvão, como ficou conhecida a residência a partir do estabelecimento da família real, foi alterado e expandido ao longo do século XIX, servindo de estância da monarquia até 1889.

Essa nova elite mercantil, que se formou no Rio de Janeiro a partir do crescimento comercial da praça carioca, instalou materialmente sua presença na malha urbana da cidade a partir da compra de lojas e armazéns na região central, ou pela construção de residências luxuosas, tal como Elias Antônio Lopes. O poder e influência que esses homens exerciam na sociedade colonial fluminense e em outras capitanias se traduziam de forma tangível por meio das suas intervenções na cidade, orientando e hierarquizando o espaço urbano.

Como foi apontado anteriormente, os missionários jesuítas foram os primeiros sacerdotes católicos a se assentarem nas terras fluminenses. Com a escolha do Morro do Castelo como *locus* embrionário da cidade, tiveram um privilegiado local para erguerem

---

<sup>122</sup> *Id., Ibid.*, p. 104.

<sup>123</sup> *Id., Ibid.*, p. 107.

<sup>124</sup> *Id., Ibid.*, p. 109.

<sup>125</sup> *Id., Ibid.*, p. 111.

seu colégio. Posteriormente, os morros de São Bento, de Santo Antônio e o da Conceição também foram ocupados por ordens ou instituições religiosas católicas. Na circunscrição original da cidade, contida entre tais acidentes geográficos, até meados do século XVIII, foram erguidos 44 templos religiosos, dos quais 24 por iniciativas de Ordens Terceiras e Irmandades, além de conventos e seminários.<sup>126</sup> Uma oferta considerável de igrejas, para uma cidade cuja população atingiria marca próxima aos cinquenta mil habitantes somente na virada para o século XIX. As ordens terceiras presentes no Rio de Janeiro eram relacionadas a três congregações religiosas principais: os franciscanos, os carmelitas e os dominicanos. As irmandades, segundo os historiadores Fania Fridman e Valter L. Macedo, eram uma herança de tradições medievais portuguesas, oriunda de antigas representações de corporações de ofício, que proliferaram na América portuguesa.<sup>127</sup>



<sup>126</sup> TEIXEIRA, Claudia Barbosa. A territorialidade das ordens leigas e a configuração urbana do centro da cidade do Rio de Janeiro no século XVIII. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 37, 2015, p. 180.

<sup>127</sup> FRIDMAN, F.; MACEDO, V. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635109>. Acesso em: 6 abr. 2022.

Mapa 1: Principais edifícios religiosos, no Rio de Janeiro, em 1794. Mapa construído a partir da base de dados do Projeto imagineRio<sup>128</sup>.

Este mapa realça os edifícios de caráter religioso no perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro, delimitado pelos morros do Castelo, do São Bento, de Santo Antônio e da Conceição no ano de 1794. A ampla presença de instituições católicas demonstra a profusão de locais marcados pelo poder religioso na cidade do Rio de Janeiro.

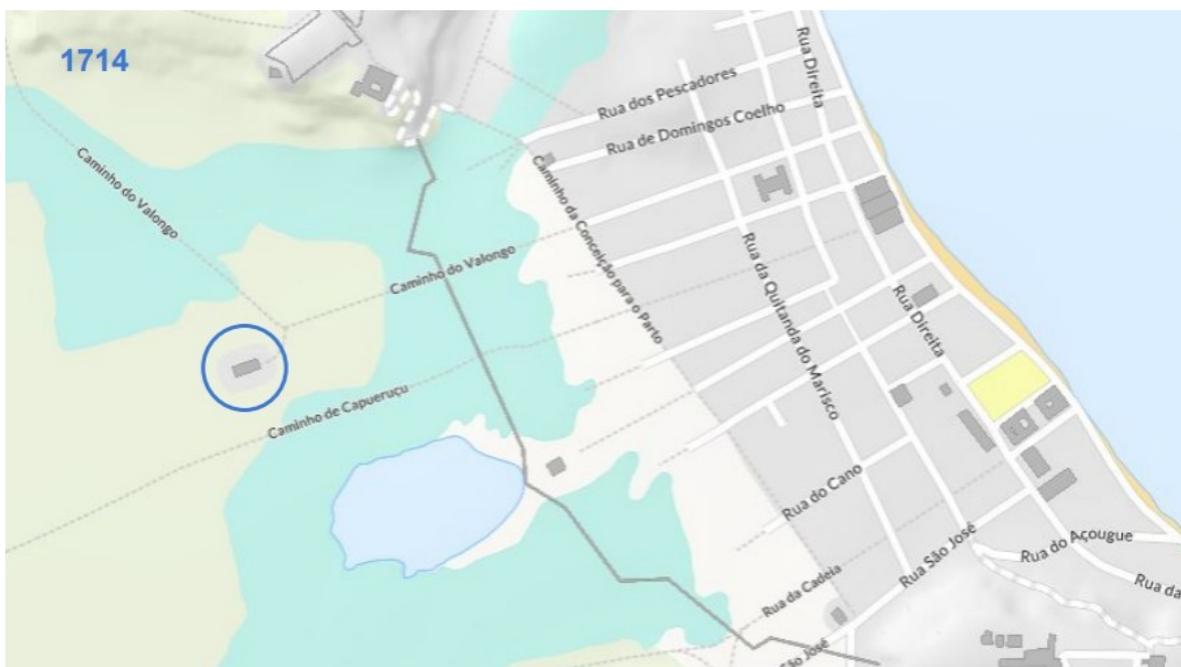
Tanto as irmandades de leigos quanto as ordens religiosas desempenharam um papel fundamental na urbanização da cidade. Foi dito que a primeira rua a ser construída foi a rua da Misericórdia, que conectava os morros do Castelo e do São Bento, porém o papel de tais instituições foi muito mais profundo no processo de desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro.

Nos primeiros anos do século XVIII, as irmandades de São Domingos de Gusmão e de Santana construíram suas igrejas no que era conhecido como Campo da Cidade. Essa parte da cidade, à época pouco explorada, era ocupada pelo Mangue de São Diogo. Porém, a partir da construção dos templos dessas duas irmandades, que passaram a atrair uma multidão de fiéis para suas procissões e festas de devoção aos seus santos padroeiros, catalisou-se o processo de urbanização das terras encharcadas e lodosas do mangue. Esse processo é descrito pela arquiteta e historiadora Claudia Barbosa Teixeira, segundo a qual a construção de uma igreja proporcionava o estabelecimento de um *território religioso*, ou seja, uma porção de espaço urbano sob a intervenção direta de uma instituição católica específica, no caso da colônia portuguesa nas Américas. Instituição esta que teria a capacidade de influenciar não somente o comportamento daqueles que frequentassem sua rotina de práticas e festas, mas de outros moradores do Rio de Janeiro e das próprias autoridades. As extensões à volta das igrejas dessas irmandades passaram a ser nomeadas como Campo de São Domingos e Campo de Santana e, a partir da edificação dos mesmos, gradativamente novos quarteirões foram implementados em torno dos templos, viabilizando o acesso às edificações religiosas e a construção de novas casas e edifícios.<sup>129</sup>

---

<sup>128</sup> Mapa elaborado a partir da base de dados do site <https://www.imagnerio.org/map>. O imagineRio é um atlas digital e interativo que ilustra a evolução urbana e social da cidade do Rio de Janeiro desde os primeiros séculos da colonização portuguesa nas Américas até os dias atuais, com informações atualizadas sobre o ano de 2022. Foi desenvolvido pelos professores Farès el-Dahdah e Alida C. Metcalf em colaboração com a Axis Maps e o Laboratório de Estudos Espaciais do Centro de Pesquisa em Computação da Rice University e está integrado ao acervo fotográfico do Instituto Moreira Salles.

<sup>129</sup> TEIXEIRA, Claudia Barbosa. A territorialidade das ordens leigas e a configuração urbana do centro da cidade do Rio de Janeiro no século XVIII. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 37, 2015, p. 188.



Mapa 2: Mapa assinalando, com um círculo azul, a Capela da Irmandade de São Domingos, em 1714. Mapa construído a partir da base de dados do Projeto imagineRio.<sup>130</sup>

O mapa acima destaca parte do perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1714. Está marcada com um círculo azul a localização da capela da irmandade de São Domingos e o terreno à sua volta está ressaltado em azul por conta do mangue de São Diogo.

A contínua realização de atos públicos de fé e devoção em um mesmo local podia provocar desdobramentos no âmbito da administração e da vida social. Primeiramente, tinha a capacidade de atrair a atenção dos poderes administrativos do Rio de Janeiro, suscitando ocasionalmente o investimento de recursos em melhoramentos para a região. Não menos importante era o seu potencial de promover a geração de um sentimento de integração e de comunidade entre os frequentadores de uma dada paróquia. Os espaços urbanos preenchidos pelas igrejas, tais como à volta da Igrejas de São Domingos e de Santana, configuraram-se como um território do poder religioso cuja identidade não se resumiu à religião, mas foram territórios de práticas sociais ativas a partir dos frequentadores e fiéis que vivenciaram tais identidades.<sup>131</sup>

<sup>130</sup> Projeto imagineRio. Disponível em: <https://www.imagerio.org/map>.

<sup>131</sup> ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: ROSENDAHL, Z e CORRÊA, R. L. **Geografia: temas sobre Cultura e Espaço**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2005, p. 195.



noviciados, puderam influenciar fortemente a mentalidade da população com suas convicções.<sup>134</sup> Também repousava sobre os ombros da Igreja, de certa forma, a responsabilidade para com a saúde dos moradores, com suas santas casas de misericórdia e hospitais, instituições de forte feição religiosa. Até mesmo o ritmo das rotinas dos moradores da cidade era marcado pelos sinos das igrejas, condicionando a partir das horas santas os horários da vida fora dos muros das igrejas.<sup>135</sup> Sofrer alguma punição por parte das autoridades religiosas, culminando com a excomunhão, poderia significar uma ampla exclusão de um indivíduo da vida social da colônia, pois as consequências poderiam se estender para a impossibilidade de usufruir de cada um dos serviços prestados pela Igrejas nas terras brasileiras.

A valorização das áreas urbanas à volta dos templos religiosos, por conta da iluminação nas vias, tinha consequências diretas para a sociabilidade nas ruas. Os lampiões de óleo de peixe que iluminavam as noites do Rio de Janeiro eram colocados em esquinas à frente de igrejas e oratórios. A movimentação pela cidade após escurecer era extremamente restrita, somente nas ocasiões das festas sacras e procissões que se poderia ver agrupamentos numerosos de transeuntes. As exceções seriam escravizados encarregados de descartar nas valas os tonéis de excrementos provenientes das valas dos seus senhores.<sup>136</sup>

Uma melhor iluminação nos espaços públicos da cidade, para além dos entornos dos templos católicos, poderia conferir a esses ambientes como ruas e praças as condições fundamentais para a ocorrência de encontros pessoais. Por um lado, a precariedade da própria iluminação dos postes a óleo de peixe e sua restrita extensão conferiam a estes espaços públicos uma inospitalidade própria da noite. De outro, a presença dos mesmos postes do lado de fora das igrejas fortalecia as propriedades de congregação de seus próprios espaços. O reduzido tráfego de pessoas após o entardecer, no Rio de Janeiro deste período, poderia acarretar numa suspeita sobre os indivíduos que transitassem pelas ruas escuras à noite.<sup>137</sup>

Outra irmandade que erigiu sua capela onde ficava o Campo da Cidade foi a Irmandade do Divino Espírito Santo, que ficava próxima à Igreja de Santana. Suas festividades durante o tempo pascal, entre o domingo de Páscoa e o domingo de

---

<sup>134</sup> *Id., Ibid.*, p. 8.

<sup>135</sup> *Id., Ibid.*, p. 6.

<sup>136</sup> *Id., Ibid.*, p. 10.

<sup>137</sup> Para as práticas do poder exercido pela municipalidade do Rio de Janeiro sobre a circulação de pessoas pelas ruas à noite, ver CHAZKEL, Amy. O lado escuro do poder municipal: a mão de obra forçada e o Toque de Recolher no Rio de Janeiro oitocentista. **Mundos do Trabalho**, UFSC, vol. 5, n. 9, 2013, p. 31- 48.

Pentecostes, duravam cerca de cinquenta dias. No Sábado de Aleluia, um grupo de rapazes saía em procissão da igreja de Santana seguidos por um menino, que deveria ter cerca de doze anos de idade e seria coroado no cortejo. A festa da coroação do imperador, papel desempenhado pelo menino escolhido, ocorria ao longo de três dias, barracas de vendas de comidas e bebidas eram instaladas ao redor do local de culto, onde se realizavam jogos e brincadeiras.<sup>138</sup> As festas na sociedade colonial desempenhavam um importante papel sobre o cotidiano dos moradores da cidade, pois rompiam a rotina do trabalho e proporcionavam momentos de lazer, que àquela época eram limitados.

Os espaços da cidade ocupados por instituições religiosas imprimiam no tecido urbano territórios marcados pelo poder religiosos, os quais tinham extensas capacidades normativas sobre a população. Continuamente realizar cortejos e festas públicas era uma necessidade de cada igreja ou irmandade, pois isso gerava oportunidades de conversão de mais fiéis, conseqüentemente um maior engajamento social daquela irmandade, o que por sua vez aumentaria sua relevância tanto sobre os irmãos propriamente, quanto perante a população geral e às autoridades. Contudo, sem presença espacial, um local para irradiar esta influência e para a realização de tais práticas, esse processo não poderia ocorrer de maneira tão intensa.<sup>139</sup>

Durante seu processo de formação do Estado, ainda no século XV, o poder secular da monarquia portuguesa foi capaz de abarcar sob sua influência o poder da Igreja Católica. Processo este que inclui uma série de fatores e que sobre o qual há uma ampla discussão historiográfica, que não se tem a intenção de retomar aqui. Os monarcas portugueses tornaram-se patronos de missões evangelizadoras católicas nas Américas, África e Ásia, decidiram pela criação de novas igrejas e dioceses demarcando suas fronteiras, indicavam candidatos à bispos, vigários e religiosos, além de cobrarem o dízimo.

A concessão dessa série de direitos, por parte das autoridades máximas da Igreja aos monarcas portugueses levaram a uma sujeição da própria Igreja ao poder secular em Portugal e nos territórios a ela submetidos. Portanto, na colônia, os espaços religiosos também foram espaços de manifestação e fortalecimento das instâncias colonizadoras. O intrincado relacionamento entre monarquia e igreja pode ser notado analisando o processo

---

<sup>138</sup> TEIXEIRA, Claudia Barbosa. A territorialidade das ordens leigas e a configuração urbana do centro da cidade do Rio de Janeiro no século XVIII. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 37, 2015, p. 188.

<sup>139</sup> Para o processo de obtenção de territórios pelo poder religioso no Rio de Janeiro, ver FRIDMAN, F.; MACEDO, V. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 1–21, 2013.

de realização de uma celebração da monarquia. O poder monárquico português na colônia, assim como o da Igreja, não somente, mas também se manifestava no espaço a partir das festas públicas. Os nascimentos, mortes e casamentos de membros da família real portuguesas eram as principais motivações para a realização de tais celebrações, tanto no reino quanto na colônia. Após o governador das Armas receber uma carta régia, caberia a ele comunicar ao bispo e ao Senado da Câmara, estes ficando encarregados de difundir pela população a notícia da ocorrência de uma festa.<sup>140</sup>

Era prática comum após o anúncio da celebração a realização de um Tríduo, três dias seguidos de missas em razão da motivação da festa, as casas da cidade durante esse período deveriam ser iluminadas à noite e caberia às instituições religiosas a realização de procissões pelas ruas. Deve ser destacado a necessidade de tradução do poder no espaço da cidade, pois a percepção da população do vigor das autoridades monárquicas deveria estar embasada na literalidade do poder, isto é, na sua capacidade de se fazer visual, sonora e fisicamente presentes nas vidas dos moradores. Em se tratando da vida na colônia, numa cidade como o Rio de Janeiro, separada de Portugal por longas distâncias, a exuberância dessas festas era importante ferramenta para as instâncias do poder. As luzes eram um dos mais importantes artificios, pois acender velas estava ao alcance de todos, promovendo engajamento e a participação de todas as camadas da sociedade colonial. A festa ocupava um espaço muito maior da cidade justamente pela iluminação, estendendo-se por toda a malha urbana, extrapolando os perímetros das ruas por onde a procissão passasse ou por onde se dessem as danças e demais atrações envolvidas descritas anteriormente.<sup>141</sup> As práticas recorrentes nas festas reais na colônia envolviam luminárias, touradas, simulações de batalhas, teatralizações, artistas performáticos e arquiteturas efêmeras, isto é, erguidas unicamente para a realização da celebração.

As touradas no Rio de Janeiro podem servir de exemplo, datadas desde meados do século XVII, quando da ocasião das celebrações em decorrência da Restauração portuguesa, a separação da coroa espanhola. As corridas se deram em uma praça de curro improvisada entre os dias 31 de março e 8 de abril de 1641 no Campo da Ajuda, terreno desocupado à época e que ficava entre o Morro do Castelo e a Lagoa do Boqueirão.<sup>142</sup> Já no século XVIII, o governador Gomes Freire de Andrade, em decorrência do casamento de

---

<sup>140</sup> FERNANDES, Cybele Vidal Neto. Festas Reais em Portugal e no Brasil colônia: organização, sentido, função social. **Artes & Ensaios**, UFRJ, Rio de Janeiro, n. 23, 2011, p. 53.

<sup>141</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 54.

<sup>142</sup> MELO, Victor Andrade de. As touradas nas festividades reais do Rio de Janeiro colonial. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 40, 2013, p. 368.

D. Maria com D. Pedro, realizou festas públicas que duraram seis dias, durante os quais ocorreram corridas de touros e de cavalos, tríduos solenes, noites de luminárias, fogos de artifícios e representações teatrais. Quando o primogênito de D. Maria I nasceu, em 1762, outras touradas foram realizadas no Campo de São Domingos em comemoração de seu nascimento.

É relevante destacar as touradas por serem eventos que congregaram muitas pessoas e demandaram a construção de estruturas que, apesar de temporárias, fossem capazes de abarcar um grande número de espectadores. A praça onde ocorriam as touradas deveria ocupar uma área de aproximadamente quatro mil metros quadrados. Na arena, os símbolos monárquicos marcavam graficamente a presença do poder real. O evento se configurava como uma oportunidade de educar os moradores do Rio de Janeiro da hierarquia pretendida pela Monarquia. Os palanques e os camarotes erguidos marcavam espacialmente a divisão que garantia a ordem naquela sociedade colonial, com base nos privilégios de nascimento.

Na tourada realizada pelo nascimento do primogênito de D. Maria I, estima-se que cerca de dez mil compareceram ao evento.<sup>143</sup> Autores debatem quanto ao local onde teriam se dado as festas pelo casamento de Dom João VI com Dona Carlota Joaquina no Rio de Janeiro, em 1786, se teriam ocorrido no Passeio Público ou no Campo de Santana. Victor Andrade de Melo, dialogando com Sílvia Hunold Lara, sugere a probabilidade de ter ocorrido neste último, pois o Campo de Santana teria abrigado a maioria das corridas até 1822.<sup>144</sup>

---

<sup>143</sup> *Id., Ibid.*, p. 369 e 370.

<sup>144</sup> *Id., Ibid.*, p. 372.



Mapa 4: Mapa assinalando com círculos azuis as Igrejas de Santana e São Domingos. O Campo de Santana se encontra realçado pelo retângulo e o Passeio Público por um círculo azul maior, em 1786. Mapa construído a partir da base de dados do Projeto imagineRio.<sup>145</sup>

Acima estão destacados os espaços públicos da cidade onde poderiam ter ocorrido as celebrações pelo casamento de Dom João e Dona Carlota Joaquina. É sugerido pelos historiadores Victor Andrade de Melo e Sílvia Hunold Lara que devido ao Passeio Público, inaugurado em 1783, ter sido pensado enquanto um local de lazer do cotidiano para as elites fluminenses, ser mais provável que corridas de animais, como touros e cavalos se dessem em outro espaço. O Campo de Santana, destacado pelo retângulo, junto à igreja homônima, teria sido o local escolhido por haver mais amplitude. Neste mesmo espaço se davam as celebrações das irmandades de Santana e de do Divino Espírito Santo.

Nota-se que os espaços privilegiados para a ocorrência desses grandes cortejos públicos de celebração da autoridade real, que promoviam sua manutenção, coincidiam com os espaços de realização de festas religiosas no século XVIII. O acontecimento destas solenidades confirma o processo de valorização dos espaços urbanos inaugurados pelas construções de igrejas como a das irmandades de São Domingos e de Santana, pois se

<sup>145</sup> Projeto imagineRio. Disponível em: <https://www.imaginerio.org/map>.

valorizaram a partir da edificação de tais templos e do processo de apropriação do território a partir da promoção da própria irmandade por seus membros.

Não somente pela utilização dos mesmos espaços da cidade para fazer valer suas autoridades, a confluência das autoridades monárquicas e religiosas se faz perceber pelo discurso. Além do seu papel de propagação de seus dogmas religiosos, as diferentes instituições católicas no Brasil também funcionaram como veículos de propagação da cultura europeia, de seus parâmetros de administração, de ética e moral, de suas visões de mundo. Coube justamente aos sacerdotes e demais integrantes da esfera religiosa na colônia a partir da exegese dos textos bíblicos e canônicos a divulgação dos valores e da hierarquia social, baseada nos critérios de nobreza pretendidos pela monarquia.<sup>146</sup>

O historiador William de Souza Martins explorou sermões de religiosos franciscanos radicados no Rio de Janeiro já no período joanino da história fluminense. Sua análise se fundamenta no exame da oratória franciscana daquele tempo.<sup>147</sup> O historiador priorizou os seguintes clérigos: Antônio de Santa Úrsula Rodovalho, Francisco de São Carlos, Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio e Joaquim de São José. Seus sermões foram publicados entre 1808 e 1821 pela Impressão Régia. Fez parte de sua avaliação também pregações do frade menor Francisco do Monte Alverne, contudo, seus sermões foram publicados em meados do século XIX, posterior ao período joanino privilegiado por ele em sua análise.

Todos os oradores franciscanos selecionados por ele estavam muito bem inseridos na dinâmica da relação entre Igreja e Estado no universo português, isto é, religiosos católicos que estavam sob a influência direta da monarquia e que se encontravam alinhados com seu projeto de poder. Antônio de Santa Úrsula Rodovalho e Francisco de Santa Teresa de Jesus e Sampaio foram eleitos pregadores régios e censores da Mesa de Consciência e Ordem, em 1808. Posteriormente assumiram outros cargos hierarquicamente mais elevados na própria administração do sagrado no Ultramar português em diferentes partes do Império. Em 1811, Francisco de São Carlos era examinador sinodal do bispado e Joaquim de São José era pregador da Capela Real. Francisco do Monte Alverne também foi nomeado pregador régio, porém somente em 1816.<sup>148</sup>

---

<sup>146</sup> DIAS, Renato Silva e ARAÚJO, Jeaneth Xavier. Igreja e Estado nas Minas Setecentistas: as festividades e a afirmação do poder régio. **OPSIS**, Catalão, v. 13, n. 2, 2013, p. 353.

<sup>147</sup> MARTINS, William de Souza. O púlpito em defesa do Antigo Regime: a oratória franciscana na Corte joanina (1808-1821). **Tempo**, UFF, Rio de Janeiro, v. 17, n. 31, 2011, p. 122.

<sup>148</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 124 e 125.

Apesar dos sermões analisados por William de Souza Martins estarem fora do período de tempo privilegiado por esta dissertação, que concentra esforços em analisar o estabelecimento dos espaços do poder e da contestação do mesmo no Rio de Janeiro do final do século XVIII, é possível trazê-los para a discussão pela proximidade temporal e por terem vivido um contexto de reafirmação da autoridade monárquica no Rio de Janeiro. O importante a ser destacado nos discursos proferidos por esses religiosos são os recursos retóricos empregados no engrandecimento e afirmação das autoridades monárquicas.

No dia 19 de dezembro de 1793, na catedral do Rio de Janeiro, em celebração ao nascimento da princesa da Beira, a primogênita de Dom João VI, D. Maria Teresa de Bragança, coube ao frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho a realização do sermão. A resistência da monarquia portuguesa, durante o explosivo período revolucionário na Europa, foi muito salientada e valorizada por diferentes pregadores. Em seu sermão, *“a existência do trono era vista como garantia do amor da pátria e da família, dos cargos e dos títulos públicos, do comércio, da agricultura, das artes e das ciências, assim como do culto divino.”*<sup>149</sup>

Rodvalho condena igualmente as filosofias que fundamentaram as revoluções de seu tempo por, em sua avaliação, provocarem um afastamento de Deus, ao cabo que a ordem hierárquica e os princípios dinásticos promoveriam uma aproximação do mesmo. No contexto da saída da família real de Lisboa e de sua vinda para o Brasil, por conta da guerra contra Napoleão, era comum o estabelecimento de sistemas simbólicos nos quais os portugueses eram assemelhados ao povo eleito do antigo testamento bíblico. Diante da dissolução de outras cortes europeias pelo exército bonapartista, em um sermão proferido por Francisco de São Carlos em 1809 no Rio de Janeiro, Dom João é comparado pessoalmente a dois patriarcas do antigo testamento: Davi e Noé. Pelo primeiro, São Carlos valorizava ao mesmo tempo sua capacidade em superar um inimigo que o excedia em força e sua piedade religiosa. Pelo segundo, o salvamento da monarquia, na própria pessoa de Dom João através da travessia para o Brasil.<sup>150</sup>

Assim como as festas reais e religiosas que tomavam conta das ruas da cidade, a execução de um condenado político exigia alto grau de teatralidade para surtir o efeito esperado nos seus espectadores, de que pode servir de exemplo a condenação de Tiradentes, ocorrida apenas dois anos antes da Devassa contra os membros da Sociedade

---

<sup>149</sup> *Id., Ibid.*, p. 135 e 136.

<sup>150</sup> *Id., Ibid.*, p. 134.

Literária. No dia 21 de abril de 1792, os regimentos da guarda responsáveis por garantir a segurança e o devido andamento do evento saíram dos seus quartéis vestindo seus uniformes de gala. Bem à frente da cadeia esteve o regimento de soldados responsável pela segurança pessoal dos vice-reis. O Regimento do Moura perfilou pelas duas bandas da rua da Cadeia, enquanto o Regimento da Artilharia deu continuidade até o Campo da Lampadosa, no qual patrulhas de soldados rondavam para organizar e conter o povo que se apinhou para testemunhar o episódio.<sup>151</sup>

No Campo da Lampadosa foi construída uma forca alta, cuja escada para acessá-la tinha mais de vinte degraus. O local estava sob a tutela e liderança de um militar de uma das mais altas patentes, o brigadeiro Pedro Álvares de Andrade, e contou com a ajuda do filho do vice-rei, também brigadeiro, D. Luís Benedito de Castro. A procissão que conduziu Tiradentes ao seu patíbulo operou enquanto um cortejo fúnebre, acompanhado de um colegiado de membros da Irmandade da Misericórdia. À frente da comitiva esteve a guarda dos vice-reis, seguidos do clero, da Irmandade e de outros religiosos que rodearam o réu. Por fim, eram seguidos pelos meirinhos, que guardavam o executor e pelo ouvidor geral da comarca e pelos ministros da justiça.<sup>152</sup>

No dia 21 de abril de 1792, Joaquim José da Silva Xavier saiu de sua cela na Casa de Câmara e Cadeia e caminhou em procissão pública até a forca onde morreria. O percurso que podemos imaginar que ele percorreu não deve ter sido demorado, possivelmente passando pela Rua da Cadeia e pela Rua do Piolho até chegar ao seu patíbulo montado em um terreno descampado, próximo aos limites da cidade, de frente para a ermida de Nossa Senhora da Lampadosa.

A Rua da Cadeia era uma das perpendiculares ao porto do Rio de Janeiro, e cruzava parte da cidade desde o cais, entre o Largo do Carmo e a Praia de D. Manuel. Caminhando da orla em direção ao interior da cidade, um transeunte passaria por detrás do Palácio dos Vice-Reis, cruzaria a Rua Direita entre o Convento do Carmo e à esquerda da Casa de Câmara e Cadeia. O trajeto percorrido por Joaquim José da Silva Xavier no dia 21 de abril de 1792 iniciou-se neste ponto da rua. Tiradentes saiu do edifício da Cadeia e caminhou em direção ao Largo da Lampadosa. Chegando no cruzamento com a Rua da Vala, seria possível enxergar o Convento de Santo Antônio. Aos pés do convento, no movimentado

---

<sup>151</sup> Frei Raimundo da Assunção Penaforte. Últimos momento dos Inconfidentes de 1789, pelo frade que os assistiu em confissão. *In: Autos de devassa da Inconfidência Mineira*. Introdução de Lafayette Luiz Doorgal de Andrada. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016, v. 9, p. 172. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/21494>.

<sup>152</sup> *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*, *op. cit.*, v. 9, p. 173.

Largo da Carioca, havia a primeira Fonte da Carioca, erguida em 1723, cujas águas eram trazidas pelo Aqueduto que canalizou os recursos do homônimo rio. A última parte do caminho seria atravessar a Rua do Piolho, paralela à Rua do Cano, até o largo onde seu patíbulo tinha sido construído.

Tiradentes foi enforcado no final da manhã, antes do meio-dia, com uma multidão como testemunha. Após a execução, seu corpo foi esquartejado, sua cabeça levada para Vila Rica, onde foi fincada em um mastro junto ao pelourinho da cidade. No caminho do Rio de Janeiro até a urbe mineira, berço da conjuração que ele e os demais envolvidos teriam planejado, foram espalhados seus membros, para que a punição exercida pela coroa fosse assimilada pelo maior número de pessoas e pela maior extensão espacial possível.<sup>153</sup>

Contudo, os atos públicos em torno de sua execução não acabaram com seu enforcamento. O conde de Resende determinou que uma procissão de oficiais e cavalaria, garbosamente trajados, guardassem as ruas percorridas pelo condenado, cuja morte foi presenciada tanto pelo povo comum quanto pelas mais altas autoridades da cidade. Os soldados, após o alferes mineiro jazer pendurado, juraram em voz alta sua lealdade à rainha D. Maria I. Também foi celebrada uma missa solene na igreja da Ordem Terceira do Carmo, para a qual o próprio vice-rei determinou o tema da homilia proferida pelo sacerdote que presidiu o sacramento. Por último, foram decretadas três noites de luminárias, e de iluminação das ruas, clareando o ambiente noturno da cidade.<sup>154</sup>

A partir das cerimônias públicas em razão da morte de Tiradentes sua execução foi intensamente explorada pelo vice-rei, empregando altos níveis de teatralidade para comemorar o prevalecimento da autoridade monárquica sobre os rebeldes das Minas Gerais. Foi um verdadeiro espetáculo punitivo público, cuja mensagem a ser transmitida para a população que testemunhou era bastante simples: o mando da metrópole sobre aquelas terras era inquestionável.

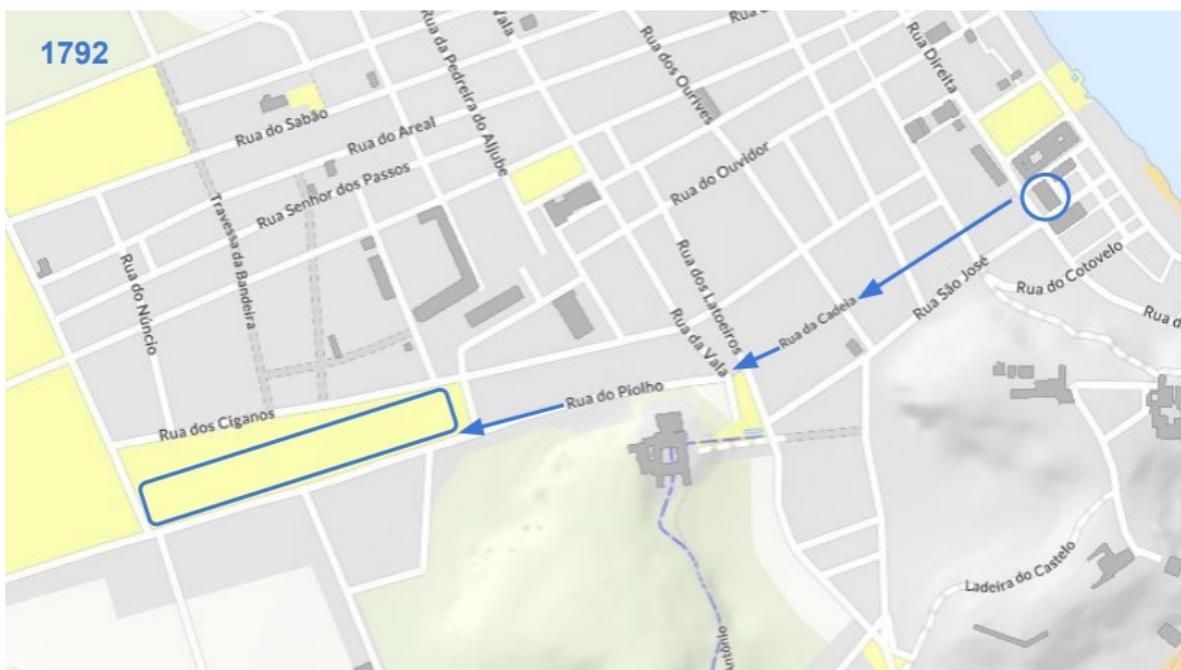
Em primeiro lugar, a procissão realizada pelo condenado percorreu a Rua da Cadeia, uma das vias que cortava a cidade desde o porto, junto ao palácio dos governadores, até os limites da urbe em direção ao Campo de Santana. Todo o cortejo preparado para acompanhar a caminhada de Tiradentes até seu patíbulo em um descampado largo pressupunha a expectativa de uma grande audiência para aquele

---

<sup>153</sup> BIASON, Mary Angela. Os festejos pelo fracasso da Inconfidência Mineira, 1792. **Revista Brasileira de Música**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 299-319, jul./dez. 2012, p. 299.

<sup>154</sup> STARLING, Heloísa Murgel. **Ser republicano no Brasil colônia**: a história de uma tradição quase esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 177 e 178.

espetáculo. Por fim, a maior autoridade lusitana nas Américas, que representava a própria vontade do monarca em terras coloniais, se fez presente durante todos os momentos da celebração.



Mapa 5: Mapa assinalando o possível caminho percorrido por Tiradentes, desde a Casa da Câmara, destacada por um círculo azul, até o Campo da Lampadosa, realçado pelo retângulo azul, no momento da aplicação de sua pena de morte, em 1792. Mapa construído a partir da base de dados do Projeto imagineRio.<sup>155</sup>

O mapa acima realça o caminho percorrido por Tiradentes, desde o edifício de Câmara e Cadeia, destacado por um círculo, que ficava por detrás do palácio dos vice-reis, passando pela Rua da Cadeia e pela Rua do Piolho, até chegar ao Campo da Lampadosa. O Campo da Lampadosa era, de certa forma, uma extensão do Campo de Santana, local preferido para a ocorrência de uma série de festividades religiosas e reais já mencionadas anteriormente.

Pelo relato do religioso franciscano frei Raimundo da Assunção Penaforte, Tiradentes teria subido com rapidez os degraus de sua forca e pedido por três vezes ao executor que se apressasse. Após fazer pendurado seu corpo, foi proferido por um dos religiosos que lá estava uma fala retirada do livro dos Eclesiastes: “*Nem por pensamentos traias a teu rei, porque as mesmas aves do céu levarão a tua voz e manifestarão teus*

<sup>155</sup> Projeto imagineRio. Disponível em: <https://www.imagerio.org/map>.

*juízos.*”<sup>156</sup> Após a fala, o brigadeiro Pedro Álvares de Andrade mandou ler um discurso de fidelidade à soberana de Portugal, Dona Maria I, engrandecendo sua clemência, piedade e justiça.

Segundo o mesmo frei Penaforte, o povo teria emoldurado a rua da Cadeia ocupando as janelas das casas para ver o condenado passar, além de ter comparecido em número ao Campo da Lampadosa para testemunhar o enforcamento. Penaforte relata também a respeito da compaixão que o povo teria sentido pela sentença sofrida por Tiradentes, oferecendo voluntariamente esmolas para que missas fossem rezadas em sufrágio da alma do alferes. O frade franciscano afirma que seria impossível que as circunstâncias da execução não tocassem os corações dos fiéis, bons e cristãos vassalos, que eles não descobrissem nelas uma particular providência e que não adorassem a soberana de Portugal.<sup>157</sup>

Sucedeu à execução a realização de uma missa solene na Capela dos Terceiros do Carmo, ocorreu um Te Deum acompanhado de cânticos e muitos instrumentos, que contou com a participação dos moradores mais ilustres da cidade, do vice-rei e de sua esposa. A igreja foi iluminada com mais de duzentas velas e, no mesmo dia da execução, uma sessão da Câmara, presidida pelo juiz de fora Baltasar da Silva Lisboa, decretou três dias de luminárias e era esperado que toda a população participasse.<sup>158</sup>

A execução de Tiradentes tomou proporções sobre o espaço do Rio de Janeiro de maneira que a cidade não havia testemunhado até aquele momento. Juntamente à condenação capital, no próprio local do enforcamento o corpo do réu seria esquartejado. Sua cabeça foi levada até Vila Rica onde foi fincada em uma lança e exposta no pelourinho. Espalhadas pelos caminhos, suas outras partes sofreram fins semelhantes, não podendo ser retiradas de seus locais de exposição até que se degradassem. A casa onde Tiradentes viveu na cidade mineira foi demolida no dia 15 de maio do mesmo ano de seu

---

<sup>156</sup> **Autos de devassa da Inconfidência Mineira**, *op. cit.*, v. 9, p. 175.

<sup>157</sup> **Autos de devassa da Inconfidência Mineira**, *op. cit.*, v. 9, p. 176.

<sup>158</sup> “*Esperamos que todos os moradores da cidade deitem luminárias por três dias, pois não esperamos ser necessário punição e pena contra os que do contrário praticarem, por ser este objeto o mais nobre dos nossos desejos: de congratularmos pela prosperidade do governo de Sua Majestade, e que felicidade que temos de termos uma Soberana que jamais igual a tem visto o mundo na excelência e virtudes que ornaram seu Trono; e que acaba de mostrar a seus vassalos o excesso de sua clemência e piedade - vassalos que sempre se distinguiram no amor e felicidade para com seus Soberanos*”. Rio de Janeiro, 21-04-1792. Senado da Câmara, presidido pelo Juiz de Fora Dr. Baltasar da Silva Lisboa - Edital do bando mandando pôr luminárias três dias (21 a 23-04) em regozijo pela clemência da Soberana e por ter o Rio ficado ileso e incontaminado pela Inconfidência Mineira. *In: Autos de devassa da Inconfidência Mineira*, *op. cit.*, v. 9, p. 93. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/21494>.

enforcamento<sup>159</sup>, obedecendo a uma prática comum no Antigo Regime, e oferecendo assim um exemplo de supressão física, no espaço da cidade, das marcas deixadas pela vida do réu.

A execução sucedida de um esquartejamento certamente surtiu diversos efeitos sobre os moradores da cidade do Rio de Janeiro que testemunharam tais atos de violência. O aparato administrativo colonial estava preparado para transmitir a sua mensagem de que o mando português nas Américas não poderia ser contestado. Tal como Roma que salgou as terras de uma Cartago arrasada, a casa de Joaquim José foi posta à baixo, constituindo o que talvez possa ser lido como um ato supremo da autoridade metropolitana com os seus sentenciados. A extensão do espetáculo punitivo tomou as ruas de duas cidades da América portuguesa, as luminárias da Capela dos Terceiros do Carmo não ficaram sozinhas tal como noutras ocasiões de celebrações da Coroa. O emprego de versículos bíblicos no púlpito, junto ao cadáver pendurado, revela uma simbiótica aproximação entre Coroa e Igreja na administração do Ultramar português, da mesma forma que William de Souza Martins demonstrou ao dissecar as estratégias argumentativas dos oradores franciscanos. Torna visível a clara união entre as instâncias do poder temporal e espiritual a presença de religiosos, de confessores e pelo engajamento de membros da Irmandade da Misericórdia. Precisar a porcentagem de espectadores que participaram do evento e cultivaram sentimentos de fidelidade e amor ou então de repulsa e ódio para com a monarquia talvez seja impossível para um historiador que se debruce sobre as fontes disponíveis. Contudo é possível dimensionar o grau de penetrabilidade que um evento como esse tinha na vida dos moradores a partir da sua presença, altamente teatralizada, nos espaços urbanos onde ele se deu.

### **2.3 - A administração régia e as sociedades de letrados**

As administrações que a cidade experimentou durante os vice-reinados de D. Luís de Almeida Portugal Soares Mascarenhas (1769-1778) e seu sucessor, D. Luís de Vasconcelos e Sousa (1778-1790), seguiram os esforços de racionalização promovida pelas políticas pombalina e posterior. A otimização na gerência do Império, na arrecadação de

---

<sup>159</sup> Vila-Rica, 15-05-1792. José Ribeiro de Carvalhais, mestre pedreiro - Conta da demolição da casa da Rua de São José onde residiu Tiradentes, propriedade do Pe. Joaquim Pereira de Magalhães, e construção do padrão de infâmia *In: Autos de devassa da Inconfidência Mineira, op. cit.*, v. 9, p. 147. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/21494>.

fundos e fomento de novas riquezas no Ultramar foram inovações implementadas pelas políticas pombalinas. Para isso tudo ser possível, Pombal criou um novo corpo de funcionários régios, burocratas educados em Coimbra, que exerceram os cargos no Reino e no Ultramar. A reforma do ensino da Universidade de Coimbra foi fundamental para a composição do quadro de funcionários ambicionado por Pombal, fornecendo-lhes a educação necessária para a realização dos projetos da Coroa.

Enquanto vice-reis do Brasil, o marquês do Lavradio e seu sucessor D. Luís de Vasconcelos e Sousa, o conde de Figueiró, foram instruídos a aplicar políticas fiscais rígidas, trabalhar para diminuir o contrabando, especialmente do ouro e do diamante, além de impulsionar as culturas agrícolas tradicionais e incentivar outras novas para o maior enriquecimento do Reino.<sup>160</sup> Nesse contexto, de busca por novas fontes de receita, Lavradio e Luís de Vasconcelos incentivaram a atividade científica de colonos letrados ao patrocinar a Academia Científica e a Sociedade Literária do Rio de Janeiro.

As ciências, naquele momento, especialmente a História Natural, que compunha um conjunto de saberes que hoje dividimos entre a química, biologia, física e outros campos, eram financiadas pelas Coroas europeias, pois a partir da exploração científica dos recursos naturais que se poderia encontrar novas fontes de riqueza.<sup>161</sup> Dentre outros esforços perseguidos, o marquês do Lavradio empenhou-se em incentivar a cultura da cochonilha, um pequeno inseto do qual é possível extrair um corante avermelhado que ao final do século XVIII era vendido a preços altos na Europa. O cientista responsável pela elaboração de estudos sobre a cochonilha, o médico português José Henriques Ferreira, fundou a Academia Científica do Rio de Janeiro (1772-1779) juntamente com o vice-rei e outros homens do saber. Tal como Ferreira, os demais membros da Academia, incentivados e patrocinados pelo vice-rei, produziram estudos sobre a fauna, flora e minérios do Rio de Janeiro visando proporcionar novas oportunidades econômicas para o Império.<sup>162</sup>

O contexto político enfrentado por Portugal na segunda metade do século XVIII foi agravado pela crise econômica colonial, provocada pela crescente diminuição das remessas de ouro e outras riquezas minerais provenientes do Brasil. Contribuíram para esse quadro

---

<sup>160</sup> WEHLING, Arno. Ilustração e política estatal no Brasil, 1750-1808. **Humanidades**: Revista de la Universidad de Montevideo, v.1, n. 1, 2001, p. 61-86.

<sup>161</sup> MARQUES, Vera Regina Beltrão. Escola de homens de ciências: Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779. **Educar**, Ed UFPR, n. 25, 2005, p. 42.

<sup>162</sup> SANTOS, Clara Braz dos; PEREIRA, Milena da Silveira. A cochonilha no mundo luso-brasileiro: o manuscrito setecentista editado por Manuel Joaquim Henriques de Paiva. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, v. 27, n. 1, jan.-mar. 2020, p. 276.

os conflitos envolvendo a colônia de Sacramento, que demandavam vultosos gastos e os inconstantes preços do açúcar no mercado internacional.<sup>163</sup>

As práticas dos vice-reis de incentivo às atividades científicas de colonos, como do médico José Henriques Ferreira, tal como as políticas pombalinas de racionalização da administração para o Reino, estabeleceram limites confusos entre o permitido e o proibido. O sistema colonial proibia o estabelecimento de instituições tal como universidades e a imprensa era rigidamente reprimida na América portuguesa. Contudo, quando se tornou nítida a necessidade de modernização em diversos setores do Império, a Coroa permitiu o estabelecimento de círculos privados de promoção do saber científico. Porém, emaranhados nesta conjuntura econômica efusiva provocada pela aurora da primeira Revolução Industrial, Portugal e todo o Ocidente foram sacudidos pelas ideias políticas oriundas das Revoluções Americana, Francesa e não se pode esquecer da Haitiana, que provocou temor nas elites proprietárias de escravizados em toda a América.

As ideias revolucionárias foram severamente censuradas e reprimidas. Foi implementado um aparato proibitivo de três instâncias com o objetivo de blindar o Reino e as possessões ultramarinas das chamadas francesias. A censura em Portugal foi estatal, inquisitorial e também da própria Igreja, chegando ao ponto da proibição por lei, em 1794, da proliferação de pensamentos ateístas, judaizantes, maometanos, politeístas, materialistas, do espinosismo e do livre pensamento.<sup>164</sup>

As Luzes em Portugal surgiram e foram sustentadas segundo as necessidades do Estado absoluto e da sociedade de Antigo Regime que era estruturante em todos os níveis das relações sociais do mundo colonial português. O nebuloso limite do que era proibido ou permitido foi sentido pelos membros da Academia Científica e da Sociedade Literária do Rio de Janeiro na medida em que de um lado sua ilustração era incentivada, sendo recompensados com benesses e graças da Coroa por seus serviços prestados.<sup>165</sup> De outro, sofriam com a ausência da imprensa e outras políticas proibitivas que dificultavam seus trabalhos e limitavam suas liberdades.

---

<sup>163</sup> WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. **Revista do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 316, jul.-set., 1977, p. 185.

<sup>164</sup> WEHLING, Arno. Ilustração e política estatal no Brasil, 1750-1808. **Humanidades: Revista de la Universidad de Montevideo**, v.1, n. 1, 2001, p. 68.

<sup>165</sup> SANTOS, Clara Braz dos; PEREIRA, Milena da Silveira. A cochonilha no mundo luso-brasileiro: o manuscrito setecentista editado por Manuel Joaquim Henriques de Paiva. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, v. 27, n. 1, jan.-mar. 2020, p. 277.

As políticas pombalinas mantiveram-se sob os contornos do despotismo esclarecido português, não provocando transformações profundas na sociedade portuguesa que continuou estamental. Pombal possibilitou, no entanto, um alargamento nas amarras sociais do Antigo Regime, que repercutiram na América portuguesa. Quando em 1770 a lei que permitia os comerciantes estabelecerem morgadios e elevou o comércio a uma atividade nobre, Pombal abriu caminho à nobilitação daqueles indivíduos da pequena burguesia portuguesa.<sup>166</sup> Através da prestação de serviços à Coroa, especialmente por meio da magistratura, jovens de famílias ricas da América portuguesa foram incorporados aos mais altos escalões da sociedade lusa. Isso foi possível porque a elite da terra daqui do Brasil se tornou admissível nas Universidades europeias, e na de Coimbra, principalmente. Os letrados da Academia Científica do Rio de Janeiro, como José Henriques Ferreira, participaram e contribuíram com o Império segundo suas faculdades. Puseram suas "ilustrações pessoais" à disposição da Coroa e esperavam ser recompensados segundo os critérios da sociedade de Antigo Regime na qual viviam. Porém, quando a Revolução Francesa estourou em 1789, o olhar da Coroa e das autoridades régias sobre estes intelectuais independentes se modificou, particularmente sobre aqueles originários ou estabelecidos na colônia americana.

Manoel Inácio da Silva Alvarenga foi membro da Sociedade Literária enquanto esta esteve sob os auspícios do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa.<sup>167</sup> Foi educado na Universidade de Coimbra reformada sob os moldes das Luzes contidas pelo pombalismo e fez parte dos círculos de debates intercontinentais entre Lisboa e Rio de Janeiro.<sup>168</sup> Por duas vezes, uma vez em 1787 e outra em 1793, Silva Alvarenga, juntamente com João

---

<sup>166</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 67.

<sup>167</sup> "O vice-rei acabaria entrando para a historiografia como protetor da sociedade literária do Rio de Janeiro é digna de nota a especial atenção que ele concedeu ao desenvolvimento dos saberes científicos na América portuguesa, acompanhando de perto a organização de um espaço destinado à preservação e estudo de material relacionado a história natural no passeio público, na Cidade do Rio de Janeiro. Com tudo, não se tem notícia durante os períodos de funcionamento da sociedade literária acerca de efetivo gestos de amparo e incentivo de Vasconcelos e Sousa à agremiação. Ainda assim, tem onde se sabe, não houve oposição a seus trabalhos até 1790, ano em que se encerra seu vice-reinado." TUNA, Gustavo Henrique. A construção de diferenças: Silva Alvarenga (1749-1814) e os limites de sua condição de fiel vassalo de Sua Majestade. **História (São Paulo)**, UNESP, São Paulo, v. 36, e. 25, 2017, p. 7.

<sup>168</sup> "Amizade de Silva Alvarenga com Basílio da Gama (que transitava pelos círculos intelectuais metropolitanos), sua estada em Portugal na época da reforma da Universidade de Coimbra (1772), a correspondência mantida com outros ilustres do reino, inclusive a troca de cartas entre Mariano da Fonseca e Domenico vandelli, permite-nos avaliar que os membros da sociedade literária do Rio de Janeiro faziam parte pessoalmente do grupo do Estado ao qual pertenciam Souza Coutinho, e tantos outros que compartilhavam dos ideais do desenvolvimento do Comércio, das Artes e da agricultura no reino e em suas conquistas." KURY, Lorelai Brilhante e FILHO, Oswaldo Munteal. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 8, nº 1-2. jan/dez 1995, p. 112.

Marques Pinto, membro da Sociedade Literária preso em 1794, fez representações junto à rainha, D. Maria I, queixando-se das condições em que se encontrava o ensino régio na colônia.<sup>169</sup> Nestas mesmas correspondências, teceram acusações aos vice-reis de prejudicarem suas aulas incentivando que os alunos fossem para os Seminários. Se utilizaram dos canais oficiais de comunicação com a Coroa para buscarem ter junto à Monarca uma intercessora e obterem justiça, segundo suas visões pessoais. As ações de Silva Alvarenga e seus pares da Sociedade Literária reforçaram os laços daquela sociedade de Antigo Regime, pois não buscaram subvertê-la ou agir à margem da mesma. Pelo contrário, buscaram percorrer os caminhos alargados pelas políticas pombalinas de enobrecimento por meio da prestação de serviços à Coroa.

Foi perseguido neste capítulo o esforço de traçar algumas linhas do processo histórico que apresentasse o contexto em que se encontrava a cidade do Rio de Janeiro na última década do século XVIII. Uma cidade cujo espaço urbano foi *imaginado*, e seria possível dizer, em certo sentido, *produzido* pela Metrópole, desde seu ato de fundação, com a escolha do sítio originário, para fazer convergirem as variadas instâncias da empresa colonizadora ao fim último de enriquecimento e engrandecimento da Coroa portuguesa.

A economia política de privilégios estruturou as relações sociais na colônia. Quando em 1730 o Senado da Câmara do Rio de Janeiro suplicou ao rei D. João V que ele seguisse os alvarás de 1611 e 1643, o fez pois seus membros sentiram-se prejudicados. Pela própria lógica da política sustentada pela Coroa, esta dependia da congruência dos interesses dos colonos com os seus. A superposição de um pelo outro afetaria o equilíbrio que garantia o bom funcionamento da empresa colonizadora. A representação dos membros da câmara do Rio de Janeiro alertou o rei para o desequilíbrio causado pelos agentes interventores metropolitanos.

Da mesma forma que os oficiais camarários esperavam o respeito da Coroa pela sua parte deste acordo entre Metrópole e colônia, letrados como Silva Alvarenga sentiam-se no direito de fazer exigências e pedir intervenções que favorecessem seus trabalhos enquanto professores régios. Diante das constantes negativas por parte da Coroa, em endossar seus pedidos para que as aulas régias fossem melhor incentivadas e das represálias às práticas de sociabilidade que haviam sido patrocinadas pelos vice-reis Marquês do Lavradio e D. Luís de Vasconcelos e Sousa, Silva Alvarenga recorreu ao sigilo

---

<sup>169</sup> *Id., Ibid.*, p. 9.

e à privacidade de seu sobrado para manter vivo algum ambiente de debate erudito tal como ele havia vivenciado na Europa.

Quando o conde de Resende proibiu a continuidade da Sociedade Literária, o fez porque sob o contexto de efusão de ideias libertinas proporcionado pela Revolução Francesa, concebeu os círculos particulares de debate erudito como potencialmente danosos à ordem social vigente. Neste trabalho busco argumentar que pode ser proveitoso analisar mais uma vez o fechamento da Sociedade Literária dando ênfase à ótica do controle espacial exercido sobre a população fluminense. Assim como mandaram ser construídas mais fontes de água para que o acesso ao recurso não se concentrasse em um único lugar, o que poderia aumentar as oportunidades de os escravizados engajarem-se em conversas sobre sua condição comum de explorados, os conventículos de letrados também foram proibidos. Não há a intenção aqui de equiparar a violência sofrida pelas pessoas escravizadas na sociedade escravista colonial com o que os letrados eruditos sofreram. Busco demonstrar que o controle dos corpos nos espaços da cidade se dava nos diferentes extratos sociais, com o grau de coerção variando de acordo com a hierarquia social por eles ocupados.

A cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XVIII era um núcleo urbano espacialmente organizado para otimizar o domínio metropolitano, e a sociedade fluminense estava estruturada segundo a lógica da economia política de privilégios do Antigo Regime português. No próximo capítulo será debatido como as práticas de socialização adotadas pelos letrados da Sociedade Literária, e pelos membros das reuniões das boticas do centro, estavam reorganizando os limites territoriais dentro do próprio perímetro urbano do Rio, gerando territórios de contestação ao poder que se sobrepuseram aos mesmos espaços em que este pretendia ser devidamente obedecido.

### Capítulo 3:

#### O espaço urbano do Rio de Janeiro e as murmurações

*E porque esta casa é de José Luís Mendes, sobrinho de minha mulher, como disse, me tenho achado assistente a esta luciferina assembleia, mas nunca sendo membro dela, só sim em contradição a eles, por palavras e por pesadas dissertações escritas, como é constante nesta cidade, defendendo, o quanto me tem sido possível, a pureza da Nossa Santa Fé e poder pontifício, do que não tenho tirado mais do que ser satirizado e descomposto destes tais libertinos.<sup>170</sup>*

No ano de 1796, o boticário José Luís Mendes se viu mais uma vez sendo obrigado a depor perante uma autoridade em consequência de uma denúncia. Segundo os delatores, novamente a sua botica na rua Direita havia sido local de conventículos e libertinagens. Contudo, ao contrário de sua menção no processo de Devassa aberto em 1794, no qual a atenção das competências seculares se voltou mais para outros denunciados, como Silva Alvarenga e João Marques Pinto, neste novo processo Luís Mendes configurou-se como o principal suspeito. Manuel de Jesus, morador do Rio de Janeiro, homem de 51 anos, sapateiro e tio de José Luís Mendes denunciou seu sobrinho à Mesa do Tribunal do Santo Ofício em dezembro de 1794, após redigir de próprio punho uma carta incriminatória. Faz parte do relato de Manuel de Jesus o trecho da epígrafe que abre este capítulo, a partir do qual será apresentado o que será debatido nas páginas subsequentes.

Manuel de Jesus apresenta para os responsáveis pela Inquisição nas terras brasileiras uma série de acusações acerca do que acontecia na botica de seu sobrinho, principalmente de opiniões heréticas proferidas por seu parente ou outrem. Segundo o sapateiro, Luís Mendes tratava como lorotas e fanatismo os sacramentos da Igreja, livros de práticas ascéticas e espirituais, verdades da fé católica como a existência de um inferno, do purgatório e da própria eternidade. Não somente, seu sobrinho não teria blasfemado sozinho. O devoto tio proveu as autoridades eclesiásticas de nomes de pessoas que teriam participado dos despautérios contra a fé católica. Dentre os quais havia o professor de grego João Marques Pinto, o qual no momento em que se iniciou a investigação sobre as assembleias na botica da rua Direita se encontrava preso por conta da devassa de 1794. A partir do documento escrito por Manuel de Jesus, os inquisidores abriram uma investigação

---

<sup>170</sup> Proposições, 1796. Libertinagens. Sumário contra José Luís Mendes, boticário, morador na cidade do Rio de Janeiro, e outros; in HIGGS, David. O Santo Ofício da Inquisição de Lisboa e a “Luciferina Assembleia” do Rio de Janeiro na década de 1790. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 162 (412), jul/set. 2001, p. 256.

no ano de 1796, ouviram inicialmente 24 testemunhas sobre o caso envolvendo os conventículos e houve 21 pessoas delatadas.

Aqueles que participaram do processo na qualidade de testemunhas o fizeram segundo critérios de serem pessoas fidedignas, de sã consciência e legais, segundo as autoridades, como ditava o costume. Para depor tiveram de fazer juramento sobre os Santos Evangelhos e era esperado que mantivessem segredo e discrição sobre sua participação nas investigações da Mesa.

O “Sumário” da investigação sofrida por José Luís Mendes, que como já foi mencionado, foi encontrado pelo historiador britânico-canadense David Higgs e publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com ineditismo em 2001, contribuiu muito com os estudos sobre a sociedade fluminense nas últimas décadas do século XVIII porque

[...] representa uma fonte de grande riqueza pelo que informa sobre a esfera do sagrado e sobre a sociedade da cidade no período da Revolução Francesa. Ele abre para os leitores de hoje uma janela bastante rara em relação às concepções mentais de várias camadas da população da capital da América portuguesa ao fim do Século das Luzes.<sup>171</sup>

Não somente, mas o “Sumário” encontrado por Higgs configura-se como umas das principais fontes a respeito da vida na colônia no século XVIII porque, a partir do relato dos acusados e das testemunhas deste processo, é possível investigar como se davam as interferências entre as esferas pública e privada, na sociedade fluminense colonial do final do século XVIII. A denúncia de um homem alerta às autoridades de atitudes repreensíveis aos olhos das mesmas. Apesar de ocorridas em um ambiente particular, o papel desempenhado por um estabelecimento como uma botica na sociedade fluminense daquele tempo, vendedor de fármacos, o tornava um espaço virtualmente público. Levando as competências responsáveis pela boa gestão da coisa pública, na dimensão espiritual, a interferir seguindo seus critérios de justiça. As autoridades eclesiásticas puniram um indivíduo porque suas falas e opiniões pessoais anticlericais adquiriram uma extensão não tolerável do ponto de vista da manutenção da ordem.

Decidi abrir este capítulo evocando este “Sumário” porque as ligações entre este documento e os autos da Devassa de 1794 são notáveis. Personagens e locais denunciados se repetem em ambos os processos. Apesar de as autoridades estarem focadas em libertinagens de cunho político na Devassa, enquanto no “Sumário” voltam-se para libelos

---

<sup>171</sup> *Id., Ibid.*, p. 240.

religiosos, sua preocupação é a mesma: restaurar um aparente equilíbrio desfeito pelas murmurações. Neste capítulo será abordada a extensão de opiniões e falas de caráter político e religioso no perímetro urbano do Rio de Janeiro, procurando-se examinar que papel os diferentes espaços da cidade desempenharam na proliferação das murmurações, boatos e vozes públicas que preocuparam o vice-rei conde de Resende em 1794 ou os inquisidores em 1796.

### **3.1 - Os lugares e as práticas de socialização**

Salta aos olhos daqueles que se debruçam sobre os registros nos autos da Devassa de 1794 a variedade de locais que são citados pelos denunciantes como lugares onde houve ocorrência de conventículos. Os lugares públicos mais citados nas delações foram a rua do Cano, o entorno do cais da cidade compreendendo o Largo do Paço, além da rua Detrás do Hospício e a praia de Dom Manuel. Na rua do Cano, Silva Alvarenga alugou o sobrado onde ocorreram as reuniões da Sociedade Literária, durante seu segundo e breve período de funcionamento. Também nela havia uma das cinco boticas que são mencionadas de maneira relevante nos relatos, cujo boticário chamava-se Vitorino José de Souza. Assim denominava-se esta via em decorrência da existência do cano de pedra que trazia as águas da Fonte da Carioca, no sopé do morro de Santo Antônio, até o chafariz do Largo do Paço.

A segunda testemunha a depor contra os letrados da Sociedade Literária foi um homem chamado Diogo Francisco Delgado. Era português, tinha 51 anos, casado, e trabalhava como ajudante do terço dos auxiliares da Candelária. Seu relato é um dos mais prolíficos em detalhes da Devassa.

Segundo Francisco Delgado, um marceneiro conhecido por Manoel Pereira Landim teria lhe contado que, um dia à noite, quando voltava para casa, ouvira conversarem junto à igreja do hospício o médico Jacinto e Manuel Inácio da Silva Alvarenga, juntamente com um homem chamado João Pedro. Durante a conversa, teriam elogiado os esforços dos franceses revolucionários e desejaram estar na França para lutar ao lado deles. Ouvira também do dito Landim, que certa vez estando ele em sua marcenaria, acompanhado de seu oficial chamado Inácio do Amaral, um ourives nominado José de Oliveira teria dito, após entrar na loja, que na praia de Dom Manuel também se falava a respeito dos franceses

com paixão e quem professava essas opiniões eram um João da Silva Antunes e um Francisco Coelho Estolano.<sup>172</sup>

O depoente afirma que Inácio do Amaral teria escutado uma outra e “larga” conversa junto à igreja do Hospício entre os mesmos Manoel Inácio, o médico Jacinto e João Pedro, além de um advogado apelidado de o França, na qual teriam proferido opiniões libertinas.<sup>173</sup> Foi por ter ouvido dizer de Pereira Landim que Francisco Delgado pôde fornecer às autoridades que investigaram os rumores da Sociedade Literária as informações que ele possuía. O mesmo Landim lhe dissera que o já referido ourives José de Oliveira ouvira na Botica do Vitorino, assistente na Rua do Cano, a um ex-soldado da artilharia, chamado Francisco Antônio repetir que a lei dos Franceses era boa e que aqui deveriam fazer o mesmo, e que os ditos franceses deveriam fazer era arrasar esta terra.

Diogo Francisco Delgado também relata que soube através de Pereira Landim que a Botica do Amarante na Rua Direita era local de Assembleia:

[...] que lhe dissera mais o dito Landim que, saindo da caldeira para o cais, já de noite e encontrando-se com um pardo chamado José Fernandes Teixeira e, perguntando ele por cousas de França, este nada lhe dissera, mas que, caminhando juntos para a rua Direita e aproximando-se à botica chamada do Amarante, lhe dissera o dito Fernandes que aquela botica era caso de assembleia, aonde todas as noites se falava em toda a qualidade de governos e na religião, e aonde se resolviam todos os casos de dúvidas sendo o mestre o professor de Grego; que as ditas conversas duravam até a meia-noite e, muitas vezes, até uma hora, que até às dez tinham as portas abertas e daí em diante as cerravam, apontando algumas pessoas entre as quais eram um José Jacinto, o já mencionado João Pedro e o filho do defunto biscoito, chamado Mariano, [...]<sup>174</sup>

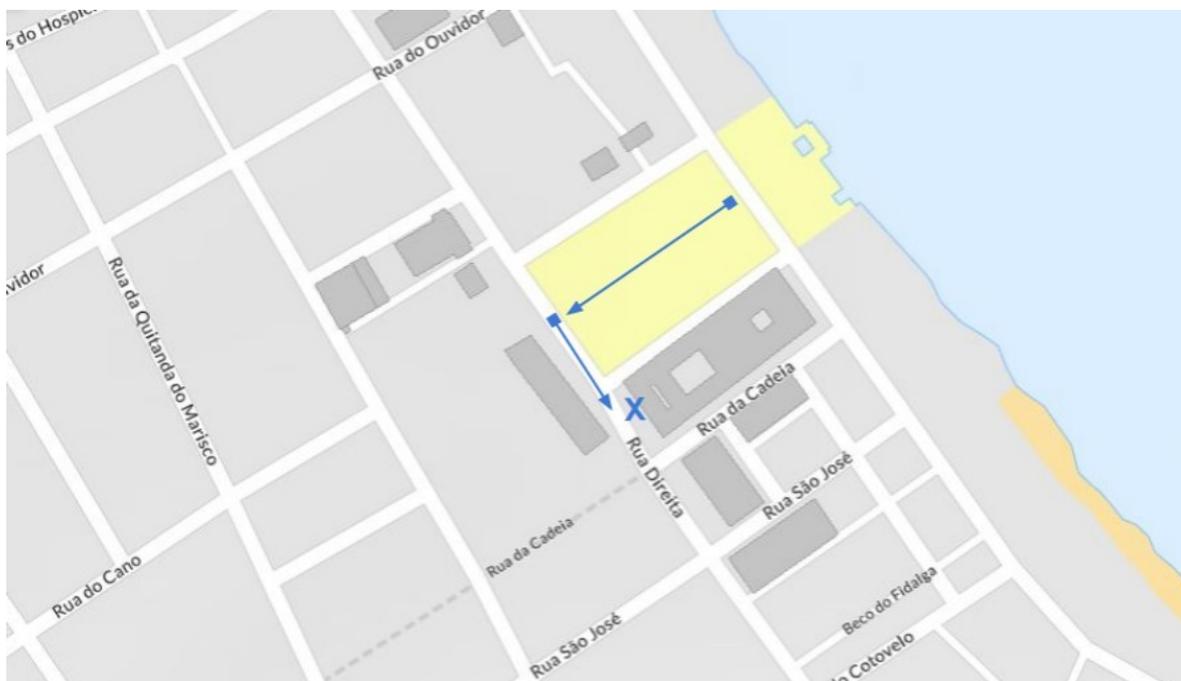
Primeiramente, é possível traçarmos o percurso da caminhada que Manoel Pereira Landim e José Fernandes Teixeira fizeram, segundo o testemunho. Caminharam na direção contrária ao cais, cruzando todo o Largo afastando-se do mar e indo em direção ao interior da cidade. Passaram por trás do chafariz, atribuído a mestre Valentim, de um lado da praça estando o Palácio dos vice-reis e do outro o Arco do Teles. Chegando ao limite do largo, de costas para a baía, dobraram à esquerda, na direção do Castelo, caminhando pela rua Direita.

---

<sup>172</sup> Depoimento de Diogo Francisco Delgado, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1794. In: LUCAS, Fábio. (Coord.). **Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 86 e 87.

<sup>173</sup> [...] e diziam que os Frades não eram necessários, clérigos alguns, e que o Santo Officio só servia para refrear alguns estudantes rapazes, e que o mesmo havia perdido, por causa de minuta, a um estudante de Coimbra, e que depois disto entraram a falar largamente em várias outras matérias respectivas a França, zombando uns com outros (segundo a inteligência do dito Inácio do Amaral) do reino de Portugal; [...]. *Id.*, *Ibid.*, p. 87.

<sup>174</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 89.



Mapa 6: Mapa assinalando o trajeto que os denunciantes, Pereira Landim e Fernandes Teixeira, dizem ter percorrido para chegarem à botica do Amarante. A possível localização da botica está realçada pela letra “X” em azul. Mapa construído a partir da base de dados do Projeto imagineRio.<sup>175</sup>

O mapa acima ilustra o trajeto que Pereira Landim e Fernandes Teixeira percorreram até chegarem à botica do Amarante no dia em que disseram testemunhar o conventículo que denunciaram. Quando Manoel Pereira Landim é convocado pelas autoridades a depor, no mesmo dia em que Francisco Delgado o fizera, confirma a conversa que tivera com José Fernandes Teixeira e que a botica do Amarante ficaria defronte para o Carmo. Do outro lado da rua, diante do convento do Carmo, entre o Largo do Paço e a rua da Cadeia, a botica do Amarante tinha uma nobre e privilegiada localização.

Em segundo lugar, o testemunho de Francisco Delgado fornece informações preciosas sobre como eram os encontros ocorridos na botica do Amarante. Apesar de não fornecer o horário exato do início das reuniões, o fato de as portas ficarem abertas diariamente até às dez horas da noite possibilita a interpretação de que aqueles que porventura passassem pela botica poderiam participar dos encontros. Uma atitude

<sup>175</sup> Projeto imagineRio. Disponível em: <https://www.imagerio.org/map>.

convidativa por parte dos membros da vespertina tertúlia. O interlocutor de Pereira Landim, José Fernandes Teixeira, foi chamado a depor no dia 19 de janeiro de 1795, sendo a vigésima oitava testemunha a participar como denunciante no processo. Seu relato fornece mais um detalhe pertinente sobre a forma de socialização perpetrada pelos acusados:

E perguntado ele, testemunha, pelo conteúdo no alto da Devassa e mais papéis a ela juntos, disse que ele, testemunha, se achou algumas vezes na botica de José Luís, que fica defronte da capela do Carmo em ocasiões que chegavam navios da Europa, e então, aí apareciam bacharel chamado Mariano, filho de um homem denominado por alcunha o Biscoito, o qual trazia o correio da Europa e aí o lia, mostrando uma grande satisfação dos progressos que os franceses faziam, louvando os de grandes homens e de grandes guerreiros, e que, como nos ditos correios da Europa se falava na liberdade da França, ele, testemunha, dizia: “que liberdade tem esses cachorros dos Franceses, se eles estão matando uns aos outros?”. Porém, que o dito Mariano se não dilatava muito na referida Botica, pois logo saía dizendo que ia para casa de Manoel Inácio Alvarenga, aonde tinham suas conversações; [...].<sup>176</sup>

A botica diretamente mencionada por Fernandes Teixeira pertencia a José Luís Mendes, o jovem boticário de 21 anos, que ao final de 1794 fora denunciado por seu tio Manoel de Jesus ao Tribunal do Santo Ofício. A localização de seu estabelecimento farmacêutico é confirmada pelo próprio Luís Mendes, quando este prestou depoimento no dia 10 de fevereiro de 1795, estando na rua Direita defronte da capela dos Terceiros do Carmo. As boticas de Luís Mendes e do Amarante ficavam muito próximas uma da outra, separadas somente pelo Largo do Paço.

---

<sup>176</sup> Depoimento de José Fernandes Teixeira, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1795. In: LUCAS, Fábio. (coord.). **Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 123 e 124.



Mapa 7: Mapa assinalando a possível localização das boticas do Amarante e de José Luís Mendes. As letras "X" em azul destacam o provável local dos estabelecimentos farmacêuticos. Os retângulos azuis marcam o Convento do Carmo e a Capela dos Terceiros do Carmo. Mapa construído a partir da base de dados do Projeto imagineRio.<sup>177</sup>

José Fernandes Teixeira, portanto, tinha conhecimento de duas boticas na rua Direita nas quais ocorriam as conversações investigadas pelo desembargador Antônio Diniz da Cruz e Silva, a mando do conde de Resende. Após a chegada de navios vindos do exterior, indivíduos como o bacharel Mariano José Pereira e o professor de grego João Marques Pinto recorreriam aos embarcações atrás de jornais, folhetos, livros e relatos pessoais vindos da Europa. O cais da cidade era a fonte das informações e notícias do exterior. A obtenção de livros por parte dos colonos não era tarefa simples, pois havia todo o aparato censor metropolitano que proibia a existência de tipografias na colônia, que censurava o conteúdo das obras e seus autores. Ser proprietário de livros, portanto, no Brasil e no reino, era um privilégio reservado às elites por conta do diminuto número de pessoas alfabetizadas. Mas não somente, algumas obras, que eram proibidas para a maioria da população, eram permitidas de serem lidas para determinado grupo de pessoas, variando de acordo com o ofício de cada indivíduo que conseguia obter junto ao monarca a

<sup>177</sup> Projeto imagineRio. Disponível em: <https://www.imagerio.org/map>.

permissão para a compra e leitura de um livro parcialmente censurado ou inteiramente proibido.<sup>178</sup>

Contudo, apesar do controle metropolitano, no Antigo Regime, sob o qual estava estruturada a sociedade colonial fluminense daquele tempo, a prática da leitura era perpassada pela oralidade. A leitura pública de libelos, jornais e obras completas como livros convivia com a leitura pessoal e silenciosa dos ambientes particulares. Como demonstra o relato de José Fernandes Teixeira, o bacharel Marino fazia a leitura pública de volantes europeus na botica de José Luís Mendes. Essa forma associativa de leitura compartilhada é própria do Antigo Regime europeu, que se reproduziu na América portuguesa segundo os contornos e limites possíveis da vida na colônia. Diante de uma maioria analfabeta, que dependia do aprendizado pela escuta, da conversa, da murmuração, a leitura pública configurou-se como a alternativa de obtenção de informações para aqueles que não tinham acesso direto aos livros ou aos seus conteúdos.<sup>179</sup>

Outra denúncia lança luz a respeito das práticas de socialização envolvendo a oralidade, a leitura pública e a propagação de notícias neste período. O português Antônio Fernandes Machado, natural do Porto, foi tenente da Fortaleza da Conceição, onde os letrados da Sociedade Literária ficaram presos. Era casado, tinha 51 anos à época de sua delação e era morador da rua Direita, estando portanto próximo às boticas do Amarante e de Luís Mendes. O Dr. Jacinto José da Silva, que fora denunciado por José Bernardo da Silveira Frade e Diogo Francisco Delgado, além de ser um dos nomes mais citados entre os denunciantes e um dos 11 presos, era médico da família de Antônio Fernandes Machado. Segundo o tenente, as conversas a respeito dos negócios ocorridos na Europa se davam principalmente após a chegada no porto da cidade de um navio vindo do Reino ou alguma outra nação. Durante essas conversas, o Dr. José da Silva “lhe engrandecia o poder da França” e demonstrava paixão pelos franceses.<sup>180</sup>

---

<sup>178</sup> “Assim, teólogos foram autorizados a ler e possuir obras proibidas de teologia, mas não os advogados, aos quais eram permitidas exclusivamente a posse a leitura de livros jurídicos defesos. A muitos beneficiados, vedava-se o contato com escritos libertinos dos filósofos ilustrados, e determinava-se a todos o armazenamento dos livros em estante fechada com chave, e rede de Arame de sorte a não serem vistos vendidos por pessoas não autorizadas posse leitura de livros proibidos, portanto, eram privilégios e fluido na privacidade, não podendo ser ostentado publicamente.” VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In NOVAIS, Fernando A. (coord.); SOUZA, Laura de Mello e. (org.). **História da vida privada do Brasil 1**, São Paulo, Companhia de Bolso, 2018, p. 354. Para esse tema na sociedade europeia, ver DARNTON, Robert. **O iluminismo como negócio**. História da publicação da “Enciclopédia” 1775-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>179</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 356.

<sup>180</sup> Depoimento de Antônio Fernandes Machado. In: LUCAS, Fábio. (coord.). **Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 114.

Fernandes Machado relata também ter presenciado um outro indivíduo defender com vigor os esforços dos revolucionários franceses. Estando ele na casa de uma outra testemunha, do sapateiro Manoel de Araújo Lemos, conversava com Jacó Munier, que assim como ele era militar, sendo alferes do Terço de Santa Rita. Jacó Munier era francês, natural de Lyon, era casado e vivia no Rio de Janeiro. Fernandes Machado relata que o alferes teria se enfurecido diante de tentativas de defesa do rei Luís XVI, argumentando que sua morte e a destruição da França eram justas porque o monarca havia sido um tirano.<sup>181</sup> Manoel Araújo Lemos, que prestou depoimento para a Devassa no dia 15 de janeiro de 1795, afirmou ser verdade as proposições proferidas em sua casa por Munier.

Diante das acusações sofridas, Jacó Munier foi chamado a depor às autoridades no dia 10 de fevereiro do mesmo ano. Confrontado por seus inquiridores com as falas daqueles que o delataram, o alferes afirmou ser verdade que

[...] entrando ele, testemunha, em uma botica que fica defronte da Capela dos terceiros do Carmo, aonde se achavam Mariano, filho do defunto Biscoito, alguns clérigos e outras pessoas conversando [cujas pessoas ele, testemunha, não sabe declarar quem sejam], alguns clérigos disseram para o referido Mariano: “este senhor é francês”; o que é, ouvindo o mesmo, entrara a falar na língua francesa com ele, testemunha, e, discorrendo sobre a revolução da França, lhe perguntar, o mesmo Mariano, se tinha visto o livro intitulado *Revolução e Estado Atual da França* que havia chegado de Lisboa. E dizendo-lhe ele, testemunha, que o livro não continha mais do que o que diziam as gazetas, então o mesmo Mariano tirara um livrinho pequeno e dera para que ele, testemunha, o visse; e que, abrindo ele, testemunha, e lendo o título que era *Instrução da Mocidade Francesa*, escrito nesta língua e impresso em Genebra; o qual ele, testemunha, tornara a entregar sem ler mais coisa alguma do que ele continha; [...]<sup>182</sup>

Os esforços das autoridades para aproximarem-se da verdade acareando as testemunhas revelam a disposição em monitorar os universos mentais dos colonos ao controlar a circulação de livros e, conseqüentemente, o que era lido. Mariano José Pereira, estudante retornado de Coimbra em decorrência do falecimento do seu pai, ajustava-se ao perfil daqueles indivíduos privilegiados pelo acesso à educação universitária e aos livros. A proximidade com o porto e a prática da compra de livros, através dos marinheiros que chegavam, ajudaram a constituir as boticas da rua Direita em espaços propícios para a oralidade e as leituras públicas. O bacharel, nessa rede de compartilhamento de informações, desempenhava uma função vital traduzindo as informações contidas nas obras dos autores ilustrados europeus para os ouvintes de suas falas e leituras públicas.

---

<sup>181</sup> *Id., Ibid.*, p. 114 *et. seq.*

<sup>182</sup> Depoimento de Jacó Munier. Depoimento de Jacó Munier, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1795. In: LUCAS, Fábio. (coord.). **Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 147.

Sem o letrado que cumprisse esse papel, a informação ficaria contida nas páginas dos livros, jornais e libelos oriundos da Europa. A prática convidativa das assembleias de portas abertas reforçava o caráter destes estabelecimentos como ambientes de divulgação de ideias e informações, para além de sua função farmacêutica primária.

Além das boticas, marcenarias e residências particulares citadas pelos delatores como lugares de ocorrência das libertinagens, o Largo do Paço, a praia de Dom Manuel e ruas do entorno são por diversas vezes cenário de discussões e debates, ocasionalmente acalorados, entre denunciadores e denunciados. Entre aqueles que são acusados, poucos nomes atraem tanta atenção quanto o de Antônio Gonçalves dos Santos, por muitas vezes referido por seu apelido, o Passageiro Bonito. Das sessenta e uma testemunhas ouvidas, pelo menos treze citaram tê-lo testemunhado pessoalmente defendendo os intentos dos franceses e a República ou ao menos saber que era notório que o mesmo o fazia em locais públicos.

O primeiro denunciante a mencioná-lo na Devassa é Bernardo Ferreira Braga (4ª testemunha), que teria presenciado, numa noite no Largo do Carmo, Antônio Gonçalves dos Santos defender que a morte do rei francês havia sido justa, segundo as leis dos mesmos.<sup>183</sup> Segundo José de Oliveira (6ª), o mesmo Gonçalves dos Santos era um louco por discorrer com paixão pelos franceses em toda parte que se encontrava. Outro boticário que surge nos autos era Agostinho Martins da Silva (34ª), tinha 54 anos à época de seu depoimento, era casado, vivia de seu ofício e era morador da Rua dos Ourives. Paralela ao mar, ela cruzava a cidade desde a Igreja de Nossa Senhora do Parto, esquina com a Rua do Parto, até o sopé da Ladeira da Conceição, diante do antigo Aljube. Em decorrência dos esforços implementados pela coroa portuguesa em evitar o contrabando do ouro de Minas Gerais, otimizando a captação do recurso, a partir de 1742 os ourives e joalheiros do Rio de Janeiro foram concentrados em um único lugar para melhorar a fiscalização. Contudo, quando veio o decreto real proibindo toda e qualquer atividade industrial e artesanatos na colônia capazes de prejudicar a metrópole - a exceção de fabriquetas produtoras de panos grossos para os escravizados e sacos para o ensacamento de exportações agrícolas - os ourives da cidade tiveram que fechar as portas.<sup>184</sup> Apesar de não ser mencionada a localização precisa da botica de Agostinho Martins, àquela época era comum no Rio de

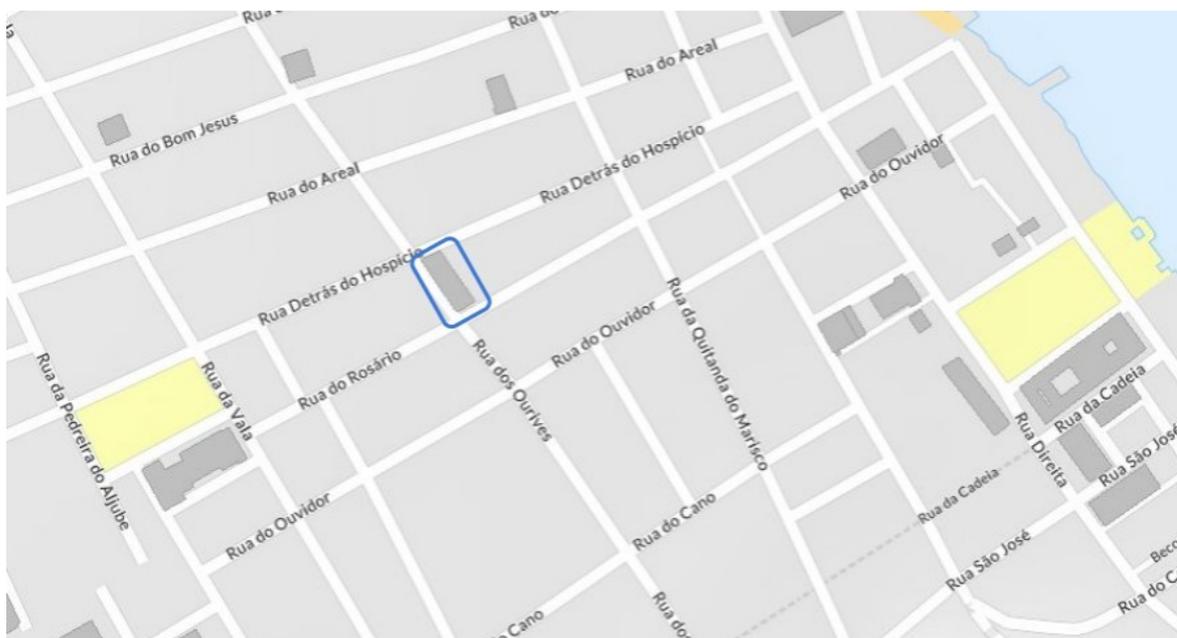
---

<sup>183</sup> Depoimento de Bernardo Ferreira Braga. In: LUCAS, Fábio. (coord.). **Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 96.

<sup>184</sup> GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio: e de sua liderança na história política do Brasil**. Rio de Janeiro, Lacerda Ed., 2000, p. 82 e 83.

Janeiro o estabelecimento comercial servir igualmente de local de moradia familiar. Sobrados eram particularmente empregados para este fim, tal como o alugado por Silva Alvarenga na Rua do Cano, com um andar dedicado ao serviço comercial e o outro sendo residencial. Portanto, é plausível especular que talvez Agostinho Martins trabalhasse e vivesse em seu endereço na Rua dos Ourives.

Muitas ruas das mais movimentadas da cidade daquela época eram perpendiculares a dos Ourives. Entre elas estavam a Rua do Rosário e a Rua Detrás do Hospício. Entre estas duas vias, na Rua dos Ourives, ergue-se a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte, que está de pé até hoje no centro do Rio, apesar de a avenida Rio Branco ter cortado o quarteirão original. O início de sua construção data do ano de 1735, porém, antes de ela ser erguida havia no mesmo local uma ermida que abrigava alguns dos irmãos da Ordem Terceira da Penitência. A palavra hospício naquele tempo designava um albergue, não se configurando necessariamente como um local de tratamento para mentalmente adoecidos.<sup>185</sup> Como o pequeno santuário servia de hospedagem para os religiosos, a capela ficou conhecida como Igreja do Hospício. Portanto, quando surgem nos autos menções à essa igreja, os delatores estão se referindo à igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte.



---

<sup>185</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 51 e 53.

Mapa 8: Mapa assinalando a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, por meio de um retângulo azul. Mapa construído a partir da base de dados do Projeto imagineRio.<sup>186</sup>

O mapa acima destaca a localização da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, a qual é por vezes citada na devassa como Igreja do Hospício. É possível também identificar a Rua dos Ourives, na qual possivelmente se localizava a botica de Agostinho Martins, pelas razões anteriormente apresentadas.

O boticário Agostinho Martins da Silva testemunhou que

[...] uma noite, estando ele, testemunha, na sua botica, ouvir a defronte dela, na porta de Manoel José, relojoeiro umas vozes mais altas; e chegando a examinar o que era, viu, na porta do dito Manuel José, algumas pessoas, e entre elas, disputando um José de Oliveira com Antônio Gonçalves, por alcunha o passageiro bonito, sobre os sucessos da presente guerra; e que o dito Antônio Gonçalves sustentava com paixão o partido da França, encarecendo o grande poder desta e dizendo que podia fazer guerra a todo o mundo, [...]<sup>187</sup>

Antônio Gonçalves dos Santos foi um dos onze indivíduos presos a mando do vice-rei conde de Resende, em dezembro de 1794. O primeiro auto de perguntas dirigido a ele ocorreu somente no dia 18 de março de 1796. No mesmo ano passou por outros três, além de ter sido acareado também em outras três oportunidades no referido ano. Seus acareantes foram João de Almeida Pereira, João Veloso do Carmo e José de Souza, cujas acareações se deram nos dias 22 de março, 23 de abril e 14 de maio de 1796, respectivamente. Gonçalves dos Santos, diante das acusações que sofreu, negou firmemente ter se envolvido em disputas públicas, nas quais acusaram-no de defender a causa republicana e a morte do rei francês, dentre outras incriminações.<sup>188</sup>

<sup>186</sup> Projeto imagineRio. Disponível em: <https://www.imagerio.org/map>.

<sup>187</sup> Depoimento de Agostinho Martins da Silva. In: LUCAS, Fábio. (coord.). **Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 129 e 130.

<sup>188</sup> O processo da acareação, que consiste no confronto de versões contrastantes, leva a um efeito que se repetiu diversas vezes ao longo do processo investigativo: a invalidação mútua por parte dos depoentes do valor e da qualidade do outro enquanto testemunha.

*“Foi perguntado se ele, respondente, vinha resoluto a confessar a verdade e deixar a obstinação com que até agora tinha encoberto, negando os fatos de que era arguido.*

*Respondeu que, como tinha dito a verdade nas perguntas que se lhe haviam feito, ainda persiste no mesmo que então havia dito.*

*Foi estado que ele, respondente, bem via que a verdade dos crimes porque era arguido era manifesta, não só pelas testemunhas com que tinha sido acareado, que na sua presença constantemente haviam sustentado o haverem deposto a verdade em seus juramentos e na parte em que arguiam, mas ainda por outras mais; e que o pertender persuadir que as mesmas testemunhas haviam faltado a verdade e ele respondente ser só o verdadeiro, era um empenho temerário, além de não ser verossímil que as ditas testemunhas fossem de um ânimo tão perverso e danado que, sem causa alguma, quisessem imputar-lhe crime que não houvessem cometido e o primeiro inocente; em cujos termos devia confessar a verdade, como era, em consciência, obrigado, pois era legitimamente perguntado e sobre fatos de que havia toda a certeza.*

*Respondeu que havia dito a verdade que as testemunhas que contra ele havia um depósito e com quem tinha sido acareado avião viciado e acrescentando às palavras que ele havia proferido; e que uma delas era sua inimiga, pela rixa que tivera com ele, como já disseram no ato em que com ela for acareado, e que outra*

A sociabilidade perpetrada pelos frequentadores da Sociedade Literária consistiu na utilização de espaços particulares - tais como ambientes residenciais, e espaços que, por sua função comercial, adquiriam um caráter virtualmente público - para a realização de suas reuniões. Entre quatro paredes, punham-se a debater os assuntos do contexto colonial e europeu de seu tempo, engajando-se em conversas que podiam despertar, ocasionalmente, opiniões inflamadas justamente pela explosiva conjuntura política do final do século XVIII. Porém, pela íntima relação entre leitura e oralidade, o que era conversado nestes círculos extravasou para as ruas e demais espaços públicos.

A morte de Luís XVI, em janeiro de 1793, repercutiu no mundo porque a execução do rei pelo povo francês representou, à época, um ponto de inflexão para os demais monarcas absolutistas do continente europeu. Mesmo à margem de todos esses acontecimentos políticos, os moradores da América portuguesa tiveram conhecimento do ocorrido, pois, como já sugerido no segundo capítulo, a colônia não vivia isolada do restante do globo. Pelo contrário, estabelecendo conexões consistentes com outras partes do Ultramar português e mesmo do continente americano, como as colônias espanholas no rio da Prata. Portanto, a população fluminense estar ciente de tais fatos e debatê-los, cada indivíduo segundo a própria consciência e conhecimento - mas também numa perspectiva de grupo - , não deveria causar espanto no leitor contemporâneo, como não causa naqueles que se dedicam a estudar a sociedade colonial tardia do século XVIII.

Diante do que acontecia na Europa, com os sucessos da Revolução Francesa, preocuparam as instâncias metropolitanas no Rio de Janeiro a aparente facilidade e a liberdade com que se podia falar desmoralizando as autoridades na colônia. Os espaços constantemente mencionados pelos delatores, o cais, a praia de Dom Manuel, a Rua Detrás do Hospício e os outros citados nas ocorrências, eram espaços planejados e vigiados pelas forças coercitivas do Reino. Durante o dia, o Largo do Paço ficava apinhado de pessoas dos mais diferentes extratos e desempenhando os mais variados ofícios. No chafariz, escravizadas lavadeiras e aguadeiros se utilizavam da água da fonte para o abastecimento das residências de seus senhores e para a limpeza de roupas. Nas mesmas bicas, os navios chegados faziam aguada, além de nas bancas e mercados ao redor do porto comprar os

---

*era uma testemunha sem crédito, e que outra nem era conhecida dele, respondente, e que as mesmas testemunhas não podiam depor do que ele, respondente, sentia, no seu coração, por ser isto uma coisa oculta.*” Auto de perguntas feitas ao preso Antônio Gonçalves dos Santos e acareação com José de Souza. *Id.*, *Ibid.*, p. 307 e 308.

viveres de que necessitavam. Além disso, o Largo também era o local reservado para cerimônias de caráter oficial.

Quando na ocasião da chegada da embaixada britânica de lorde Macartney, cuja frota adentrou na baía de Guanabara no dia 30 de novembro de 1792, a comitiva inglesa foi recebida com uma cerimônia no Largo do Paço.

No dia 7, ao meio-dia, o senhor Erasmus Gower, que tinha ido notificar ao vice-rei que lorde Macartney estava pronto para desembarcar, voltou ao *Lion* com ordens para conduzi-lo à terra. Quando desembarcou, o embaixador foi recebido com toda a pompa que sua posição exigia. No cais, situado em frente ao palácio do vice-rei, achavam-se duas fileiras de soldados do regimento de cavalaria e a guarda pessoal do governante português. O vice-rei, acompanhado dos seus oficiais e dos cidadãos mais importante da cidade, conduziu lorde Macartney atrás das fileiras, onde esse recebeu todas as honras militares. A cerimônia, de um modo geral, foi muito aparatosa e atraiu um grande número de espectadores.<sup>189</sup>

O Largo do Paço, à medida que a praça se desenvolveu como ambiente central do controle exercido pelo Reino no Rio de Janeiro, como se procurou apontar no capítulo segundo, era o espaço reservado para a manifestação desse poder nas cerimônias oficiais, paradas e festas, além de conter o palácio dos vice-reis. O Largo era a porta de entrada dos recém chegados, portanto a primeira impressão dos visitantes deveria contemplar a solidez da autoridade portuguesa naquelas terras. A recepção de representantes estrangeiros no porto do Rio de Janeiro demandava do vice-rei um procedimento solene que se repetiu em outras oportunidades na ocasião da chegada de autoridades europeias. Durante o século XVIII, as principais potências europeias patrocinaram expedições de caráter exploratório e científico. O caso da primeira viagem de circum-navegação do britânico James Cook, que chegou ao Rio de Janeiro no dia 14 de novembro de 1768 e permaneceu até o dia 7 de dezembro, revela a desconfiança com que eram tratados aqueles estrangeiros cujas intenções se demonstraram suspeitas.

Ao contrário do tratamento conferido ao lorde Macartney em 1792, o capitão James Cook, que havia zarpado da Inglaterra com a missão de observar nos mares do Atlântico Sul a passagem de Vênus pelo disco solar, sua tripulação não pôde desembarcar do célebre Endeavour sob a suspeita de que suas reais intenções eram de contrabandear no comércio local. Cook, ao adentrar na baía de Guanabara, enviou seu tenente ao então vice-rei conde de Azambuja, para comunicar-lhe da necessidade que tinham de água e mantimentos. Contudo, seu representante foi detido pelo vice-rei até o momento do desembarque do

---

<sup>189</sup> FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. (Org.). **Visões do Rio de Janeiro colonial**: antologia de textos (1531-1800). Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, p. 310.

capitão Cook.<sup>190</sup> Apesar de não ter sido bem recebido, o capitão James Cook registrou suas impressões da cidade do Rio de Janeiro e descreveu o processo de aguada de sua embarcação.

Os barcos abastecem-se de água na fonte instalada na praça principal, água que, como já salientei, não é de boa qualidade. Para efetuar o abastecimento, os tonéis vazios são desembarcados numa praia lisa e arenosa, localizada a cerca de cem varas da fonte; depois solicita-se ao vice-rei um sentinela para vigiar as pipas e abrir passagem até a fonte.<sup>191</sup>

Esse relato é importante, pois apresenta como era a utilização de um espaço público segundo a hierarquia daquela sociedade escravista colonial. A praia na qual Cook teve de desembarcar os tonéis para o abastecimento era a antiga Praia de Dom Manuel, que se estendia à direita do Largo do Paço na direção da entrada da baía. Era o local reservado para a ancoragem das faluas, pequenas embarcações que faziam o transporte de cargas e pessoas dos navios para o porto.<sup>192</sup> Ainda não havia sido construído nela o chafariz do Largo do Moura e a Fonte da Carioca ficava demasiado no interior para suprir a necessidade de águas dos navios. O primeiro chafariz do Largo do Paço foi erguido em 1750 para tal fim. Para se realizar o processo de aguada, as pessoas que estivessem utilizando a fonte, lê-se os escravizados aguadeiros e lavadeiros, seriam dispersos pelas guardas militares para que os tonéis, as pipas, fossem enchidas com água. Os sentinelas designados para vigiar a fonte e a aguada dos navios tinham a função de conservar a ordem no espaço e impedir que contatos entre estrangeiros recém chegados, pessoas livres e libertas e os escravizados saíssem do controle.<sup>193</sup>

A cidade colonial portuguesa foi planejada para ser o bastião do poder metropolitano nas Américas. A partir dela, o domínio luso irradiava para além dos limites do próprio perímetro urbano. Para que a implementação da empresa colonizadora fosse bem sucedida, a cidade necessitava irradiar igualmente a ordem social pretendida. A hierarquia social era traduzida arquitetonicamente pela ordenação do espaço urbano, utilizando os pontos mais elevados do relevo para a instalação de igrejas e fortalezas, constituindo tais edifícios do poder enquanto referenciais para o desenvolvimento da malha

---

<sup>190</sup> FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. (Org.). **Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1531-1800)**. Rio de Janeiro, José Olympio, 2008, p. 169 e 170.

<sup>191</sup> *Id., Ibid.*, p. 186.

<sup>192</sup> GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio: e de sua liderança na história política do Brasil**. Rio de Janeiro, Lacerda, 2000, p. 27.

<sup>193</sup> POETTERING, Jorun. Water and the Struggle for Public Space: Social Negotiations in the usage of Colonial Rio de Janeiro's Waterworks. **Brasiliana - Journal for Brazilian Studies**, King's College London, Londres, v. 5, n. 2, 2017, p. 167.

urbana e para “a lógica de organização da cidade”.<sup>194</sup> O Rio de Janeiro materializou com primor a ordem da cidade colonial portuguesa. Estabelecida duas vezes como uma praça militar fortificada, espalhou-se para uma várzea cercada por quatro morros, nos quais, com o passar do tempo, instalaram-se as primeiras ordens religiosas, construíram as fortalezas de São Sebastião do Castelo e mais tarde a da Conceição. Estabelecer instituições religiosas e militares nos cumes do relevo, concentrar os profissionais de um ramo em uma única rua para melhor fiscalizá-los, como fizeram com os ourives do Rio de Janeiro, ou vigiar a utilização de fontes públicas, tudo isso são práticas que territorializam o espaço urbano, isto é, criando os territórios de manifestação do poder.

### **3.2 - As relações sociais, o espaço e o estabelecimentos de territórios**

O geógrafo Claude Raffestin não concebe conceitos como espaço e território de maneira absoluta ou permanente, uma vez que entendê-los desta forma impediria novas descobertas, atualizações e um aprimoramento do próprio conhecimento humano sobre os mesmos. Desta forma, Raffestin não contempla tais conceitos unicamente a partir de suas dimensões físicas, presos à materialidade da existência. Segundo ele, um território não poderia ser somente um perímetro delimitado sobre o qual alguém ou uma instituição exerce soberania, ou o espaço não poderia ser unicamente a realidade material na qual está instalada a vida humana. Pelo contrário, Raffestin encara a constituição do espaço e de um território enquanto um fenômeno intrinsecamente humano, coletivo e relacional. Fundamental em sua teoria acerca do espaço e do território são as relações dos indivíduos e de coletividades entre si e com aquilo que lhes é exterior segundo suas próprias necessidades.<sup>195</sup>

O sociólogo italiano Andrea Mubi Brighenti, que compartilha da interpretação relacional de Raffestin acerca da constituição do espaço, refletindo a partir da perspectiva da etologia, conclui que mais fundamental que o conceito de território seria compreender a territorialidade. A etologia, na antropologia, é o ramo do conhecimento que busca estudar os costumes humanos enquanto fatos sociais. Para ambos os autores, a ação do indivíduo ou da coletividade é essencial para o estabelecimento de territórios, pois o território e a territorialidade originam-se da atividade que os humanos realizam no espaço que lhes é

---

<sup>194</sup> TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012, p. 72 e 76.

<sup>195</sup> RAFFESTIN, Claude. Space, territory, and territoriality. **Society and Space**, v. 30, 2012, p. 121-141.

dado ou proporcionado em comum, de acordo com os limites da concepção que têm do mesmo.<sup>196</sup> Segundo Mubi Brighenti, o território está ligado a processos de inclusão e exclusão na constituição de grupos sociais, ao estabelecimento daqueles indivíduos e atores pertencentes ou não a determinado território.

Diferentes pessoas vivem sob um mesmo território, ou sob uma pluralidade deles, entre os quais fronteiras instituem os limites da ação que cada um pode imprimir sobre o mesmo. Leis ou então costumes que se cristalizam com o tempo, configurando-se regras sociais não escritas, tal os códigos de vestimenta que enquadram aqueles que podem ou não podem adentrar em lugares públicos, como um fórum judicial ou outro órgão similar. Impedindo aquele indivíduo impossibilitado de adequar-se à indumentária de fazer uso daquele espaço e de suas funções. Nesse contexto ordinário, as regras de vestuário constituem-se uma barreira para uns e ensejo para outros.

Mubi Brighenti parte da premissa de que territórios e fronteiras tidos como naturais não existem, pois devem ser compreendidos como faces de um mesmo fenômeno. Ele estabelece quatro questionamentos sobre a constituição de fronteiras para territórios: quem estabeleceu a fronteira? Como a fronteira foi estabelecida? Que tipo de fronteira foi feita? Por que a fronteira foi feita? O território não pode ser concebido aquém daqueles que o estabeleceram, das tecnologias e técnicas empregadas no seu delineamento, sem levar em conta sua qualificação - se é um território político, econômico, uma propriedade ou outra qualidade - e, por fim, quais recursos almejam ser controlados com o seu estabelecimento.<sup>197</sup> Tais questionamentos não devem levar a crer que territórios são sempre construções arbitrárias da vontade de alguém ou alguns, mas que são frutos de negociações e conflitos entre partes dicotômicas de um todo social que nas suas relações lhes dão vida.

No sistema proposto por Raffestin, o território é consequência da projeção do trabalho por uma comunidade em um determinado espaço. Para o autor, o trabalho é uma categoria constitutiva da territorialidade porque reside na origem do poder. Sem ele, tanto a conservação quanto a transformação de ecossistemas seriam possíveis. Analisando como a agricultura, a indústria e a prestação de serviços modificaram-se radicalmente nos últimos séculos, é possível reconhecer que se deu reestruturação até do próprio valor entre o rural e o urbano, com a ascensão das cidades e atualmente das megalópoles cada vez mais globais.

---

<sup>196</sup> *Id., Ibid.*, p. 124.

<sup>197</sup> BRIGHENTI, Andrea Mubi. On Territory as Relationship and Law as Territory. *Canadian Journal of Law and Society*, v. 21, n. 2, 2006, p. 70 e 71.

A territorialidade é diferente, quando comparada há dois séculos atrás, porque as relações entre seres humanos e destes com o meio se modificaram.<sup>198</sup>

Em diálogo com a perspectiva genealógica de Michel Foucault, segundo a qual as conexões entre população e território residem no centro da governabilidade, Mubi Brighenti concebe que, pela perspectiva relacional da constituição do espaço, o território surge como aquilo que mantém soberania e governo unidos. Para que um governo possa funcionar apropriadamente, precisa territorializar uma população segundo seus próprios parâmetros de soberania. Mais importante do que o espaço em si, são as relações entre indivíduos que sustentam o tripé soberania-disciplina-governo.<sup>199</sup>

Porque são interacionais, sendo o resultado de encontros e dos efeitos destes encontros entre indivíduos, qualquer laço social pode ser imaginado e concebido enquanto um território. O que não significa que todos tenham o mesmo grau de reconhecimento e visibilidade. Somente aqueles que mais se destacam detêm a certificação geral de território, enquanto outros se mantêm como metáforas. Um espaço ou lugar que foi arquitetônica e urbanisticamente planejado para abrigar determinada atividade ou função, política, econômica, ou outra qualidade, pode se tornar um espaço morto caso a capacidade imaginativa de uma população para suportar tais finalidades se perca.<sup>200</sup> A cidade do Rio de Janeiro foi estabelecida sobre o Morro do Castelo como uma praça de armas fortificada. A função do assentamento era militar e sua missão era proteger aquelas terras de invasores estrangeiros. Dentro de suas muralhas foram erguidos os primeiros edifícios que abrigaram as instituições metropolitanas do poder. Contudo, como o espaço disponível sobre um relevo elevado como o Castelo era limitado, rapidamente a população fluminense se esparramou sobre a várzea circundante. O espaço original, que deveria ser o centro da administração e do poder metropolitano nas terras fluminenses, foi abandonado. A população que foi inicialmente territorializada intramuros, no seu movimento de abandono, levou a um novo planejamento territorial segundo as relações sociais, econômicas, políticas e culturais que originaram a cidade do Rio de Janeiro para além de seu lócus primordial.

Apesar dos esforços de ordenamento, a inclusão e exclusão seletivas que se combinam numa série de mecanismos, pavimentando as bases para a formação de grupos

---

<sup>198</sup> RAFFESTIN, Claude. Space, territory, and territoriality. **Society and Space**, v. 30, 2012, p. 129.

<sup>199</sup> BRIGHENTI, Andrea Mubi. On Territorology. Towards a General Science of Territory. **Theory, Culture & Society**, v. 27, n. 1, 2010, p. 55.

<sup>200</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 58.

sociais, não são totalizantes. Isto é, existem igualmente aberturas e fechamentos que podem ser aplicadas às mais diversas dimensões relacionais, originando os padrões de hegemonia, controle e resistência sobre dado território.<sup>201</sup>

Claude Raffestin elaborou aquilo que ele denominou como mediadores das relações entre indivíduos e o espaço em que estão inseridos. Os mediadores são tudo aquilo que torna possível a descoberta e a interpretação do mundo, podendo tanto ser nossos órgãos sensoriais quanto instrumentos e ferramentas culturais socialmente criadas.<sup>202</sup> Portanto, os mediadores podem ser coisas concretas ou abstratas. Desta forma, parafraseando Wittgenstein, Raffestin concebe a afirmativa de que “os limites da minha territorialidade são os limites dos meus mediadores”. Segundo o autor, eles podem ser tomados como constituintes das condições para o exercício do poder e, conseqüentemente, podem definir com precisão os limites da liberdade e da autonomia dos que os empregam em seus relacionamentos com a exterioridade.<sup>203</sup>

Apesar dos conceitos de mediadores, território e territorialidade de Raffestin e Mubi Brighenti não terem sido elaborados em função da sociedade do Antigo Regime, julga-se que se constituem enquanto ferramentas úteis para a análise das práticas de sociabilidade e a formação de territórios para além do contexto dos quais foram concebidas. Tendo tudo isso em vista, quais eram os mediadores empregados por aqueles indivíduos que se fizeram presentes nas assembleias ocorridas nas boticas na Rua Direita, na Rua do Cano, na escadaria da Igreja do Hospício, no cais e nos demais lugares citados pelos denunciante de 1794?

Primeiramente, o conhecimento pessoal de cada um. Tais indivíduos enquanto atores sociais só poderiam agir nos espaços urbanos que ocuparam com base nas suas consciências e conhecimentos pessoais. Contudo, esse conhecimento não era o mesmo para todos. Uns haviam estudado em Coimbra e outras universidades na Europa. Portanto o saber acadêmico se configurou como um mediador diferente daquele saber adquirido popularmente, por meio do ouvir dizer, das murmurações.

---

<sup>201</sup> *Id., Ibid.*, p. 58, *Et. sec.*, 2010.

<sup>202</sup> RAFFESTIN, Claude. Space, territory, and territoriality. **Society and Space**, v. 30, 2012, p. 128.

<sup>203</sup> “[...] *the concrete and the abstract territories define “prisons” [...] This idea was very well expressed by Alexander Mitscherlich when he said, “Our cities are not only the creations of our imagination but also of our lack of imagination,” a proof of the liberty of our ideas but also of our narrowness of mind; But once created and given a concrete form, they become matrices and our adaptation requires that we modify our own behavior and being. In cities, man creates a vital space where he can express himself in a multitude of ways, but these cities, in turn, influence the social character of their inhabitants (Mitscherlich, 1970).*” RAFFESTIN, Claude. Territoriality. A Reflection of the Discrepancies Between the Organization of Space and Individual Liberty. **International Political Science Review**, v. 5, n. 2, 1984, p. 141 e 142.

Outros mediadores utilizados foram os livros, jornais e panfletos trazidos da Europa e traduzidos pelos letrados. Pela forma de sociabilidade característica das denúncias, a oralidade configurou-se como o canal de transmissão e apreensão do conhecimento de outrem. Há, nestes casos, um condicionamento dos mediadores de uns pelos mediadores de outros, pois aqueles que dependiam dos ouvidos para aprender, por não saberem ler eles mesmos os livros, necessariamente se sujeitaram à leitura daqueles que detinham a alfabetização como um diferencial.

Os letrados como João Marques Pinto, Manoel Inácio da Silva Alvarenga, Mariano José Pereira e Jacinto José da Silva, por serem alfabetizados, por exercerem ofícios que lhes proporcionaram maior acúmulo de riquezas e conseqüentemente ter acesso a livros pela compra, detinham mais mediadores e um escopo maior de possibilidades de interação com suas exterioridades. Os limites de seus mediadores, sendo mais largos, lhes proporcionaram uma territorialidade maior do que a daqueles que não detiveram os mesmos mediadores. Contudo, os demais, por meio das reuniões da Sociedade Literária, ou nas boticas de José Luís Mendes, do Amarante ou do Vitorino, puderam superar, de certa forma, suas limitações a partir do compartilhamento de mediadores, isto é, de informações e conhecimento.

A sociabilidade perpetrada por esses homens, em espaços originalmente pensados enquanto suas funções domésticas e comerciais, os transformou em espaços de tertúlia, de reunião, de compartilhamento de saberes, de conversa, assegurando-lhes uma segunda função social, talvez mais relevante do que as primeiras. A capacidade dos letrados de conceber tais espaços para estas novas finalidades foi possível após estes terem experimentado uma nova forma de sociabilidade nas universidades em que estudaram. Com o intuito de reproduzir esse ambiente universitário europeu de compartilhamento de ideias entre iguais, Silva Alvarenga, Marques Pinto, dentre outros já citados, estabeleceram as condições para novas configurações do espaço urbano do Rio de Janeiro.

Contudo, a sociabilidade que passava a se tornar característica destes locais de reunião não abalou por completo o tripé soberania-disciplina-governo descrito por Brighenti. A soberania e o governo metropolitano se mantiveram inalterados antes, durante e após o período de funcionamento da Sociedade Literária e mesmo após a retratação de José Luís Mendes pelas "libertinagens" proferidas em sua botica. Contudo, as ações dos membros das tertúlias investigadas geraram preocupação pelo critério da disciplina.

Joaquim José de Carvalho foi um português, natural do Porto, que à época de sua denúncia tinha 39 anos, foi a quinquagésima primeira testemunha na Devassa de 1794 e relatou que

E sendo perguntado pelo referimento que nele fazem as testemunhas do número primeiro, José Bernardo da Silveira Frade, e do número quarenta e nove, Gregório José Bittencourt, e especialmente a do número cinquenta, João Martins, disse que era verdadeiro dito referimento, porquanto, achando-se ele, testemunha, na igreja do hospício, a onde se achavam os homens conversando junto à porta da mesma igreja e dos quais só conheceu o dito professor do grego, Manuel Inácio Alvarenga e um por apelido o Solano, ele, testemunha, disseram para o referente: “Retiremos-nos daqui, porque estes homens falam muito”, lembrado do que tinha ouvido ao professor de grego no cais, como já declarou em seu juramento, em cuja conversação do cais se a chave também o referido Solano.<sup>204</sup>

A reação de Joaquim José de Carvalho, de retirar-se do local afastando-se das pessoas que alegou estarem conversando revela que, segundo sua compreensão, aquela prática, ao menos aquele conteúdo, não era condizente com o espaço em que aqueles homens estavam. A hegemonia pretendida pelo poder metropolitano sobre o território da cidade do Rio de Janeiro pressupunha práticas sociais que reforçassem a soberania e o governo português segundo a disciplina esperada de um colono. A frequência nos sacramentos da missa e da confissão, além da presença em festas e procissões religiosas, que pudessem testemunhar publicamente a fé do indivíduo, foram os critérios iniciais usados pelas autoridades eclesiásticas para averiguar a idoneidade dos denunciados e dos denunciantes no processo investigativo sobre as supostas libertinagens ocorridas na botica de José Luís Mendes. Uma vez que as autoridades estavam preocupadas em chegar à verdade acerca de verborragias contra a doutrina e dogmas católicos, a presença em rituais públicos e religiosos serviria de primeiro indicativo da aderência ou não dos indivíduos aos postulados da fé. No dia 31 de março de 1797, a respeito de José Luís Mendes, o padre Mariano Joaquim da Fonseca Amaral, escrivão, deferiu que

Poucos dias depois de tiradas algumas testemunhas nomeadas no rol da Comissão, e outras referidas, se entrou a espalhar por esta cidade que o dito boticário Mendes fizeram retirar da sua botica a maior parte dos sujeitos da palestra, e que se for a denunciar a um dos comissários, motivos que me fizeram persuadir dele ter revelado algumas testemunhas o segredo do juramento que tanto lhe foi recomendado; quem foram estas, ignoro, ainda apesar de algumas não declararem tudo quanto se tratava nas palestras, sendo tão frequentes a elas. Ultimamente me informam que o Boticário Mendes cumpre com as obrigações externas do católico, ouvindo missa em os dias de preceito e confessando se quaresmalmente [...].<sup>205</sup>

---

<sup>204</sup> Depoimento de Joaquim José de Carvalho. In: LUCAS, Fábio. (coord.). **Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 145.

<sup>205</sup> Sumário contra José Luís Mendes, boticário, morador na cidade do Rio de Janeiro, e outros; in HIGGS, David. O Santo Ofício da Inquisição de Lisboa e a “Luciferina Assembleia” do Rio de Janeiro na década de 1790. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 162 (412), jul/set. 2001, p. 338 e 339.

Os espaços urbanos do Rio de Janeiro, planejado pelo e para o poder metropolitano exercer sua autoridade e domínio, configurou as ruas, o Largo do Carmo, o cais da cidade enquanto territórios do mesmo poder. A prática de compartilhamento de mediadores e de conhecimentos em locais cuja função original havia sido transformada fez com que as murmurações, conversas e opiniões proferidas entre quatro paredes tomassem as ruas. O Santo Ofício e o conde de Resende foram enérgicos em dar cabo dessas práticas porque elas estavam rompendo com a harmonia pretendida pelo poder, elas estavam estabelecendo novos territórios em meio àqueles que já existiam.

Os múltiplos e variados territórios de uma cidade, segundo Brighenti, podem ser concebidos de diferentes formas. Há aqueles territórios que podem ser pensados como se estivessem sobrepostos, como bairros e quarteirões. Há aqueles que se excluem mutuamente, como condomínios fechados, portos seguros contra a violência urbana e aqueles ocupados por gangues. Ou então aqueles que se cruzam, como unidades administrativas cujos grafites demarcam a presença de terceiros. Para o sociólogo italiano o estabelecimento de territórios é uma forma fundamental de se construir relações entre seres-humanos mediadas por lugares, espaços, objetos ou qualquer outra forma de símbolos e signos. Em último caso, quando baseados em símbolos e signos, um território não necessariamente precisa ser um espaço físico.<sup>206</sup>

Os territórios que estavam brotando a partir de Silva Alvarenga, de Mariano José Pereira, de Antônio Gonçalves dos Santos eram incipientes. As agremiações acadêmicas que antecederam a Sociedade Literária, como a Academia Científica, não transpuseram os limites concebidos por seus organizadores, suas discussões não tomaram as ruas como ocorreu com a Sociedade. D. José Luís de Castro agiu com rapidez e presteza suficientes para que qualquer transformação mais profunda no tecido urbano e social da cidade do Rio de Janeiro pudesse ter tido uma continuidade.<sup>207</sup>

---

<sup>206</sup> BRIGHENTI, Andrea Mubi. On Territory as Relationship and Law as Territory. **Canadian Journal of Law and Society**, v. 21, n. 2, 2006, p. 80 e 82.

<sup>207</sup> Para um aprofundamento na relação entre indivíduos e os espaços urbanos da cidade do Rio de Janeiro: O cotidiano de Henriqueta nas ruas do Rio de Janeiro nos anos de 1850 por Sandra Lauderdale Graham e Alida C. Metcalf. Tradução de Ludmila de Sousa Maia. 2020. Disponível em: O cotidiano de Henriqueta nas ruas do Rio de Janeiro nos anos de 1850 (arqgis.com). Acesso em: 19/12/2022. Ver também: METCALF, Alida C. Water and Social Space: Using georeferenced maps and geocoded images to enrich the history of Rio de Janeiro's fountains. **e-Perimtron**, Vol. 9, No. 3, 2014, pg. 129-145.

### 3.3 - Correspondências enviadas à rainha

Entre os anos de 1787 e 1793, por duas vezes Manuel Inácio da Silva Alvarenga e João Marques Pinto escreveram cartas à rainha Dona Maria I, suplicando-lhe uma intervenção no ensino público na cidade do Rio de Janeiro. Ambos, na condição de professores régios, apresentaram à regente portuguesa o que, nas suas visões, constituía a má condição em que se encontravam as escolas e aulas régias na capital da América portuguesa.

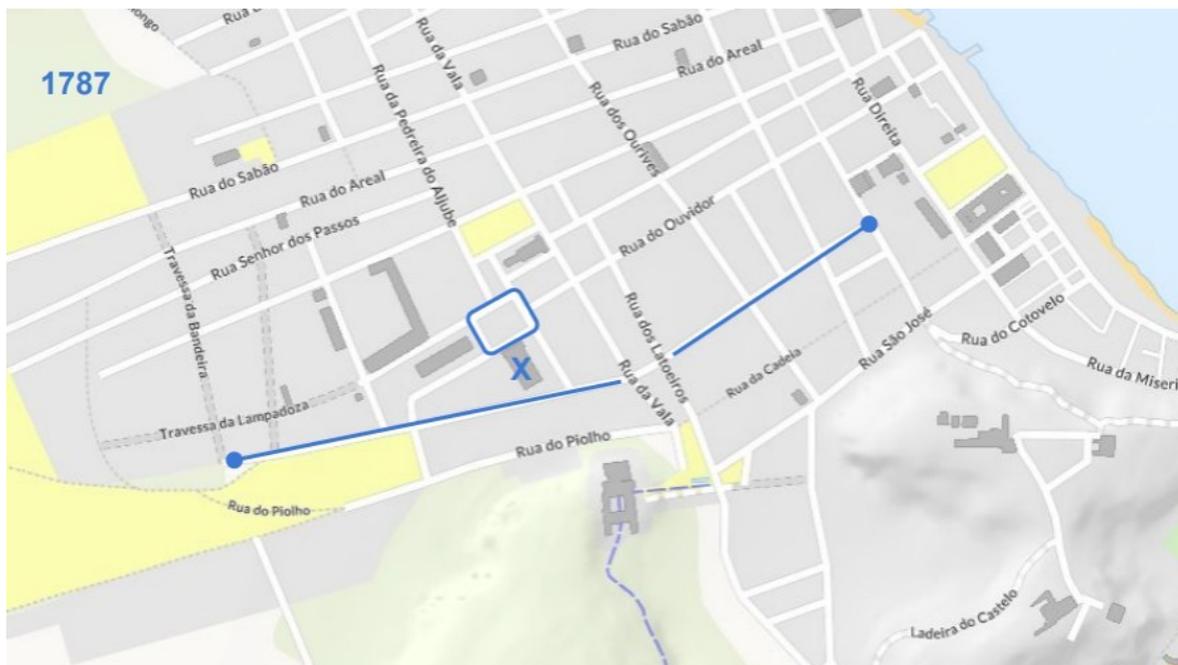
Na primeira representação, redigida no dia 15 de janeiro de 1787, Silva Alvarenga e Marques Pinto propõem à monarca quatro vias de ação a fim de melhorar o ensino e as aulas régias na capital fluminense. Sugerem que nenhum homem seja permitido ordenar-se sacerdote, formar-se nas aulas de cirurgia ou cadete sem que tivessem estudado Retórica, Filosofia e Língua Grega nas escolas régias. Para os professores, as aulas régias se encontravam esvaziadas no Rio de Janeiro devido à intervenção dos religiosos da cidade. Os acusavam de desaconselhar a mocidade que estudava nos seminários a frequentarem as aulas régias e de ensinar a esses mesmos jovens conteúdos proibidos pelas leis de 28 de junho de 1759.<sup>208</sup> Édito este que foi responsável pela expulsão da ordem dos jesuítas das terras sob domínio português, dentre uma série de outras ingerências, como a retirada do monopólio da ordem sobre o ensino na América portuguesa e a proibição de seu método de ensino e da filosofia peripatética. Silva Alvarenga e Marques Pinto evocam na carta os parágrafos das leis que os religiosos estariam infringindo com suas atitudes, compondo o argumento de que agiram deliberadamente contra o juízo e os despachos de Dom José I, antecessor e pai de Dona Maria I.

Enquanto professores régios, Silva Alvarenga e Marques Pinto dependiam da presença de alunos em suas aulas. As recomendações iniciais da carta visavam, portanto, garantir um contínuo fluxo de estudantes a partir da concessão do monopólio sobre o ensino. Além disso, os autores da carta sugerem à monarca que fosse dada uma nova

---

<sup>208</sup> AHU - Caixa: 129. Doc. 10.268 - Ofício do professor de Língua Grega João Marques Pinto e do professor de Retórica Manoel Inácio da Silva Alvarenga na cidade do Rio de Janeiro ao [secretário de estado de Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, solicitando que ponha na presença real a carta que enviam sobre o estado lastimoso em que se encontram os estudos de Filosofia, Retórica e Língua Grega no Rio de Janeiro pela oposição dos clérigos e religiosos ao seu desenvolvimento; na qual pedem que ninguém se ordene sem provar ter estudado as referidas matérias nas escolas régias; que o mesmo se pratique com os que aplicarem à Cirurgia ou assentarem praça de cadete; sugerem o estabelecimento de um colégio público num edifício junto a São Francisco de Paula, que os jesuítas estavam edificando para casa de estudos, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1787.

finalidade a um edifício erguido pelos jesuítas no Largo de São Francisco de Paula, o qual se encontrava em desuso pela retirada da ordem inaciana do Brasil. Marques Pinto e Silva Alvarenga pediram que o prédio fosse transformado em um colégio público.



Mapa 9: Mapa assinalando a localização da Rua do Cano, da Igreja de São Francisco de Paula e o Largo de mesmo nome, em 1787. A extensão do logradouro está destacada por meio de uma linha azul, a Igreja e o Largo homônimo se encontram marcados pela letra “X” e pelo retângulo de mesma cor, respectivamente. Mapa construído a partir da base de dados do Projeto imagineRio.<sup>209</sup>

Primeiramente, vale ressaltar que a compreensão de público abraçada por Silva Alvarenga e Marques Pinto está inserida nos estreitos limites das sociedades do Antigo Regime. Não era previsto que a maior parte da população, que compreendia os escravizados e libertos, frequentasse esses colégios. À época da redação desta carta, fazia menos de um ano que a Sociedade Literária do Rio de Janeiro havia sido fundada sob os auspícios do Vice-Rei Luís Vasconcelos e Souza e Silva Alvarenga já era um dos seus frequentadores. O artigo 24 dos Estatutos de 1786, confiscados pela devassa de 1794, estabelece que o primeiro objetivo da Sociedade era a repartição mútua das luzes científicas pelos seus membros, sendo conveniente para este fim a divisão dos assuntos debatidos entre gerais e aqueles que seriam de competência específica de alguns participantes. Desta forma os membros poderiam engajar-se com igual interesse em suas

<sup>209</sup> Projeto imagineRio. Disponível em: <https://www.imagerio.org/map>.

carreiras acadêmicas, inspirados no “*amor pelas ciências e o bem de nosso país*”.<sup>210</sup> Para além do estabelecimento do objetivo da Sociedade, estava previsto nos estatutos toda a sua organização e estruturação, tal como a realização de encontros semanais às quintas-feiras das vinte horas até às vinte e duas, que deveriam se dar em uma casa unicamente destinada para as reuniões da instituição.

Quando Silva Alvarenga retornou ao Brasil de Coimbra em 1777, recebeu do próprio Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Souza a cadeira de professor régio de Retórica e Poética, tendo sido aprovado em concurso, e em agosto de 1782 passou a ministrar seus primeiros cursos de tais saberes.<sup>211</sup> À época da redação desta primeira missiva, já fazia cinco anos que ele exercia seu ofício de professor. Além disso, a Sociedade principiava a cumprir seu papel de chamariz para aqueles indivíduos educados nas universidades da Europa e que buscavam reproduzir no Rio de Janeiro o ambiente acadêmico de livre debate que haviam vivenciado.

Retornando à questão da reutilização do edifício erguido pelos jesuítas, Silva Alvarenga e Marques Pinto explicam que não haveria dificuldade alguma na transformação do prédio em um colégio, pois o mesmo havia sido erguido a fim de que fosse uma casa de estudos, em razão da longa distância que se encontrava seu convento em relação à cidade. Dar uma nova utilidade ao imóvel, possibilitando que os professores régios realizassem lá suas aulas serviria também para evitar sua degradação, pois alegaram que o local se encontrava mal conservado. Pediram igualmente que houvesse no edifício uma sala destinada à realização de atos e orações de cujas tribunas as pessoas de maior graduação pudessem assisti-las.<sup>212</sup>

Identificam-se em suas participações na Sociedade Literária e pela representação que fizeram junto à rainha, uma preocupação com a promoção de ambientes de compartilhamento de ideias. A Sociedade, que existiu entre 1786 e 1790, nova e

---

<sup>210</sup> Estatutos da Sociedade Literária do Rio de Janeiro estabelecida no ano governo do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luís Vasconcelos e Souza Vice-Rei do Estado - 1786. In: LUCAS, Fábio. (coord.). **Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 323.

<sup>211</sup> LUCAS, Fábio. Silva Alvarenga: luzes e trevas dos setecentos. In: LUCAS, Fábio. (coord.). **Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 19 e 20.

<sup>212</sup> AHU - Caixa: 129. Doc. 10.268 - Ofício do professor de Língua Grega João Marques Pinto e do professor de Retórica Manoel Inácio da Silva Alvarenga na cidade do Rio de Janeiro ao [secretário de estado de Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, solicitando que ponha na presença real a carta que enviam sobre o estado lastimoso em que se encontram os estudos de Filosofia, Retórica e Língua Grega no Rio de Janeiro pela oposição dos clérigos e religiosos ao seu desenvolvimento; na qual pedem que ninguém se ordene sem provar ter estudado as referidas matérias nas escolas régias; que o mesmo se pratique com os que aplicarem à Cirurgia ou assentarem praça de cadete; sugerem o estabelecimento de um colégio público num edifício junto a São Francisco de Paula, que os jesuítas estavam edificando para casa de estudos, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1787.

brevemente em 1794, constituiu-se como tal. Contudo, a súplica pela construção de um colégio público demonstra que Silva Alvarenga e Marques Pinto queriam que a Coroa fosse diretamente responsável pelo fomento de tais ambientes ao patrociná-los. Evocando as legislações de 28 de junho de 1759 e 6 de novembro de 1772, esta última responsável pelo estabelecimento do subsídio literário, os professores apelam para a obrigação que a rainha tem em cumprir os despachos de seu antecessor. Na medida em que a monarquia em Portugal centralizou o poder sob sua gerência, conjectura notadamente caracterizada pelo seu caráter absolutista, especialmente durante o século XVIII, ela se configurou enquanto a última instância para os apelos daqueles que estavam a ela submetidos. Em outras palavras, uma vez que passou a ser responsabilidade direta da monarquia o ensino público, por conta dos éditos publicados por Dom José I, Silva Alvarenga e Marques Pinto poderiam recorrer somente à própria monarquia para que fosse permitida a constituição de espaços de debate livre e de instrução na cidade do Rio de Janeiro.

A retórica argumentativa dos professores régios não se resumiu a uma única carta. Como já foi mencionado, uma nova missiva foi redigida e enviada à rainha no ano de 1793, ano em que a Sociedade Literária já se encontrava fechada por ordem do vice-rei conde de Resende.

Na segunda carta, redigida no dia 28 de março de 1793, apesar de repetirem as sugestões da primeira, não foi mencionada novamente a possibilidade de uma nova maneira de se utilizar o antigo imóvel jesuíta no Largo de São Francisco. Neste documento, além de terem exposto os religiosos dos conventos de Santo Antônio e de São Bento como os responsáveis pelo afastamento dos estudantes da cidade das aulas régias, os apresentam como os culpados por uma complexa campanha de difamação pessoal e das áreas do conhecimento ensinadas pelos redatores.

Segundo Silva Alvarenga e Marques Pinto, os religiosos de tais conventos recorreram ao “malicioso estratagema” de difamá-los de libertinos e hereges porque, caso a mocidade do Rio de Janeiro se voltasse para o ensino ofertado por eles, professores régios, os mesmos religiosos perderiam influência e poder sobre o povo. Acusavam-nos igualmente de arruinar o sossego público e escandalizar os bons vassallos, pois cotidianamente com base na filosofia peripatética, em opiniões ultramontanas e no fanatismo, negavam a obediência aos soberanos e sujeição às suas leis.<sup>213</sup>

---

<sup>213</sup> AHU - Caixa: 147. Doc. 11.365 - Carta do professor de Grego, João Marques Pinto, e do professor de Retórica, Manoel Inácio da Silva Alvarenga, à rainha [D. Maria I], lembrando a lei de 1772 que restaurou no reino e nas colônias as escolas de Retórica, Filosofia e Língua Grega; relatando a escassez de alunos no

Nesta mesma missiva, os redatores escoram-se no regalismo como forma de conferir legitimidade às suas denúncias e suplícios ao imputar seus adversários de corroborar com as teses de que o poder do papa de Roma deveria estar acima do poder dos reis. Constantemente invocaram sua lealdade para com a autoridade monárquica e suas leis em seus argumentos, propondo a interpretação de que, na sua versão dos fatos, os religiosos de Santo Antônio e São Bento estariam contra a Coroa portuguesa. Portanto, os responsáveis por perturbar a ordem social estimada pela Coroa, arruinando o sossego público, novamente, seriam os religiosos.

Assim como o Campo de Santana e o de São Domingos anteriormente, o Largo Real da Sé Nova foi reconfigurado a partir de 1759 com a pedra fundamental da Igreja de São Francisco de Paula. Apesar de sua construção ter terminado somente em 1865, cuja inauguração contou com a presença de D. Pedro II e D. Teresa Cristina, quando iniciada as obras, ainda em 1759, foi projetada para ser o maior templo católico da cidade. Os responsáveis pelo levantamento do templo foram os irmãos da Irmandade da Ordem dos Mínimos, contudo, a decadência da mineração do ouro, a morte do vice-rei Gomes Freire e outras paralisações atrasaram a sua conclusão.<sup>214</sup>

O Largo Real da Sé Nova, posteriormente de São Francisco, é mais um caso da atuação de instâncias ligadas ao poder religioso no tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro. Como explicitado no capítulo segundo, as ordens religiosas e as irmandades tinham extensa capacidade de atuação nos espaços e na sociedade através da ocupação e manutenção contínua de um local. Primeiramente pela construção do edifício dos jesuítas, posteriormente com o início das obras da Igreja de São Francisco de Paula - para os quais artistas de renome da época, como o entalhador Antônio de Pádua e Castro e do mestre Valentim foram contratados - o Largo foi configurado enquanto um espaço do poder religioso e uma das praças mais movimentadas ao final dos setecentos e durante todo o século XIX.

As disputas entre Manuel Inácio da Silva Alvarenga, João Marques Pinto e os religiosos dos mosteiros de Santo Antônio e São Bento devem ser analisada segundo a lógica do Antigo Regime português, no qual as instâncias que competem por poder e influência na sociedade precisam recorrer e apelar à monarquia por graças e privilégios. Ao

---

Rio de Janeiro, a rivalidade entre o ensino religioso e leigo; a campanha de difamação feita pelos eclesiásticos contra os professores e dos estudos de Humanidades, Rio de Janeiro, 28 de março de 1793.

<sup>214</sup> GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio: e de sua liderança na história política do Brasil**. Rio de Janeiro, Lacerda Ed., 2000, p. 126.

relembrar D. Maria I das leis que haviam sido publicadas por D. José I, reforçando argumentativamente que a lealdade prevista pela monarca estava presente nas suas intenções, os professores régios buscaram agir pelas vias legais e previstas para obter as vantagens que julgavam necessitar para melhor exercer seu ofício. Eles brigaram pela conquista de um espaço próprio para que suas aulas pudessem se dar sob os auspícios da Coroa, quando o vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza concedeu e patrocinou a existência da Sociedade Literária e os cursos de Retórica e Poética de Silva Alvarenga. O colégio que ambos almejavam que pudesse ser construído, com uma sala especificamente destinada à realização de eventos de oratória e querelas teóricas, corroboram para a ideia de que, antes mesmo de serem presos em 1794, os letrados da Sociedade Literária buscaram pelas vias previstas pelo poder metropolitano a existência do ambiente de livre debate e discussão acadêmica que desejavam.

Especialmente a segunda carta redigida pelos professores demonstra a permeabilidade que os assuntos que dissessem respeito à política e à gestão das coisas públicas tinham na sociedade fluminense do final do século XVIII. Tal como as irmandades religiosas, que tinham nos templos destinados ao culto de seus santos padroeiros o locus de irradiação de suas ingerências, os professores régios buscaram a possibilidade de terem eles próprios o seu lugar. Para entender a essência dessa reivindicação, seria importante imaginar o significado que a presença no espaço físico da cidade de um prédio escolar, destinado aos professores régios, representaria. Espaço para um auditório alargado, para poder falar com a comunidade

A partir da Sociedade Literária, ou então de um colégio, eles desejaram que sua influência superasse os religiosos no campo da educação pública na colônia. Não surpreende terem cobrado da monarquia com base nas leis previstas por ela mesma.

Mesmo durante sua segunda fase de existência, a Sociedade Literária buscou se manter fiel aos propósitos estabelecidos por seu estatuto de 1786. Silva Alvarenga adaptou o sobrado que alugou na Rua do Cano para que acomodasse sua moradia e o espaço destinado à realização das reuniões. Tal como previsto no artigo trigésimo segundo, manteve as portas abertas para aqueles que desejassem contribuir com suas próprias luzes científicas pudessem fazê-lo. Com base nas denúncias das testemunhas da devassa de 1794, essa atitude convidativa se repetiu nas outras tertúlias noturnas que ocorriam nas boticas da rua Direita e nos outros logradouros mencionados pelos denunciantes. De certa forma, a influência que os letrados desejaram atingir repercutiu na sociedade com a

proliferação deste modelo de reunião. Os professores régios agiram com os meios disponíveis e tentaram não entrar em confronto com o poder metropolitano. Contudo, talvez não tenham antecipado a possibilidade das denúncias que Silva Alvarenga e Marques Pinto fizeram na sua carta de 1793 pudessem ser recicladas para condená-los à prisão no ano seguinte, ou denunciar o boticário José Luís Mendes à Mesa do Tribunal do Santo Ofício pouco tempo depois igualmente.

## Conclusão

Foi necessário percorrer uma série de temas e discussões tangenciais para contribuir com o debate acerca da conjuração carioca. A prisão de indivíduos no Rio de Janeiro, por delito de ideias, durante a última década do século XVIII, sem que fossem formalmente acusados ou condenados de algum crime, constitui um evento singular na história da cidade. Como foi mencionado no início dessa dissertação, o evento foi tradicionalmente avaliado segundo critérios de perturbação da ordem e de ameaça ao sistema político colonial, comparando-o às outras conjurações que ocorreram no período, a mineira e a baiana. Sob tais lentes, a conjuração carioca foi inferiorizada em relação aos outros intentos. Contudo, levando em consideração a proporção que as murmurações de caráter transgressor, aos olhos das autoridades, tomaram àquele tempo, é possível concluir que a sociabilidade praticada pelos membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro estava ressignificando os espaços do poder, contrariando assim a ordem social e urbano-espacial pretendida pelo próprio poder.

A Sociedade Literária foi mais um empreendimento de caráter privado e associativo que ocorreu no Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XVIII. A formação de sociedades de letrados, cuja finalidade era a criação e a promoção de conhecimento de caráter científico e literário, foi um fenômeno social originário do Antigo Regime europeu. No velho mundo, esses espaços também se configuraram muitas vezes como ambientes de realização política por parte daqueles indivíduos que estavam excluídos dos círculos do poder. As ideias de indivíduos tidos como revolucionários, especialmente de autores franceses, cresceram em notoriedade e popularidade a partir de ambientes como estes, em que o afastamento do poder servia de proteção para discutir a própria organização e divisão do poder.

Contudo, a replicação desses ambientes de debate relativamente livres na capital da América portuguesa não se deu exatamente nesses moldes. Tal como afirma Guilherme Pereira das Neves, a discrição e o segredo pretendidos pela Sociedade Literária não serviram para blindá-la das ações coercitivas do poder metropolitano. Em último caso, serviram para mantê-los afastados das instâncias reguladoras da vida na colônia, pois, a partir das fontes disponíveis, não é possível concluir que os membros da Sociedade ou da Academia Científica, que a antecedeu, usufruíram de seus espaços para reclamar participação política.

Os projetos expansionistas do reino luso não eram pequenos e para concretizar suas pretensões colonizadoras, critérios claros e objetivos para a ocupação e manutenção dos territórios das possessões eram necessários. A cidade do Rio de Janeiro, assim como outras criadas pelos portugueses nas Américas, foi fundada enquanto uma praça fortificada sobre uma colina. Salvador, na Bahia, estabeleceu os parâmetros para a edificação da praça central, ponto cerebral e irradiador do poder metropolitano. Desta maneira, o espaço geográfico litorâneo fluminense foi apropriado pela metrópole e orientado desde o princípio para suprir as necessidades do esforço colonizador.

Manuel C. Teixeira procurou demonstrar, ao lado de outros autores, que a maior maleabilidade do traçado urbano das cidades portuguesas no ultramar não é fruto de uma falta de ou da total ausência de planejamento. Mesmo após a superação do lócus embrionário da cidade no alto do morro do Castelo, cuja população, a partir dos caminhos abertos conectando os outeiros vizinhos, se esparramou pela várzea, foi priorizado para o Rio de Janeiro um traçado retilíneo de ruas, paralelas e perpendiculares à linha da costa. A concentração das instâncias administrativas seculares e religiosas em um único local também foi fruto das orientações urbanísticas metropolitanas para o ordenamento do espaço dos corpos da colônia. A presença portuguesa nas Américas, que durou cerca de trezentos anos, portanto, não poderia se dar ao luxo da espontaneidade ou do imprevisto. Para que as riquezas produzidas e retiradas das terras americanas fossem devidamente canalizadas para Portugal, tal como a cana-de-açúcar e o ouro mineiro, às custas do igualmente lucrativo trabalho escravo, predominantemente africano, um alto grau de planejamento administrativo e urbano necessitou ser empregado.

Se a cidade colonial foi o baluarte da exploração europeia nas Américas, o centro nervoso, ordenar o espaço urbano das mesmas era o primeiro passo para orientar hierarquicamente o restante da colônia. Contudo, a cidade é um organismo vivo, composto por pessoas, em que cada um age sobre o espaço e aqueles à sua volta segundo os próprios mediadores, para me utilizar novamente do conceito de Claude Raffestin. Com base nas denúncias, as tertúlias vespertinas dos membros da Sociedade Literária se proliferaram pela cidade, reproduzindo um modelo de assembleia que proporcionou aos participantes um ambiente confortável para que críticas às instituições e autoridades civis e religiosas fossem tecidas. A sociabilidade praticada por aqueles que frequentaram as reuniões no sobrado de Silva Alvarenga, nas boticas denunciadas, no Largo do Paço e em outros espaços públicos, que consistiu no compartilhamento de mediadores, estava promovendo



capítulos anteriores, teriam sido locais de encontro e de discussões acaloradas sobre temas sensíveis para a manutenção da ordem pretendida pelo poder metropolitano na cidade.

Os retângulos vermelhos evidenciam o Convento de Santo Antônio, a Fortaleza de São Sebastião, no alto do morro do Castelo, o Largo do Paço, contemplando o Convento e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo e a Casa de Câmara e Cadeia, por fim a Fortaleza da Conceição, na qual os onze membros da Sociedade Literária ficaram presos. Os espaços contemplados neste mapa foram aqueles que mais vezes surgiram nas denúncias nos autos da devassa de 1794.

O Largo do Paço, desde a construção do Convento do Carmo, se configurou como a praça principal da cidade do Rio de Janeiro. Processo este finalizado com o levantamento do Palácio dos Vice-Reis e dos dois chafarizes, em 1750 e posteriormente reinaugurado pelo trabalho atribuído ao mestre Valentim, em 1779. Era o centro do poder metropolitano na colônia portuguesa nas Américas, contudo, em suas adjacências, ao longo da rua Direita, no cais, na praia de Dom Manuel, nestes espaços territorializados pelo poder, as murmurações anticlericais e antimonárquicas encontraram as condições necessárias para sua proliferação. Sobre os morros que cercavam a várzea litorânea por onde cresceu a cidade ficavam as principais instituições religiosas e mantenedoras da ordem, como o Convento de Santo Antônio e as Fortalezas da Conceição e de São Sebastião, hierarquizando o espaço urbano e educando os moradores sobre a própria hierarquia social pretendida pela Coroa portuguesa.

Apesar da agência dos propagadores de notícias e daqueles que foram denunciados por terem murmurado contra a monarquia e as autoridades religiosas, o vice-rei conde de Resende agiu com a devida presteza para que não ocorressem transformações mais profundas no tecido urbano e social da cidade do Rio de Janeiro. O encarceramento dos membros da Sociedade Literária foi a reação das autoridades a um sintoma de sua própria falta de controle pleno sobre a sociedade colonial. Mesmo com as amarras impostas pelo regime, controlar plenamente as murmurações e o universo mental dos moradores da colônia nunca foi possível.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia histórica do Rio de Janeiro**, Volume 1 e 2. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson, 2010.

ALMEIDA, Anita Correia de Lima. **Inconfidência no Império: Goa 1787 e Rio de Janeiro 1794**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

ÁLVAREZ, Fernando Jesus Bouza. Retórica da imagem real. Portugal e a memória figurada de Felipe II. **Penélope**, Lisboa, n. 4, 1989.

ARAÚJO, A. C. Vicente Coelho de Seabra Silva Teles e a reforma dos cemitérios. **Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 229–243, 2020.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. As guerras pelos mercados de escravos, in **O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BIASON, Mary Angela. Os festejos pelo fracasso da Inconfidência Mineira, 1792. p. 299. In: **Revista Brasileira de Música**, UFRJ. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 299-319, Jul./Dez. 2012.

BICALHO, Maria Fernanda. O urbanismo colonial e os símbolos do poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 25, n. 1, p. 31-57, Jun. 1998.

BICALHO, Maria Fernanda. A cidade do Rio de Janeiro e a articulação da região em torno do atlântico-sul: séculos XVII e XVIII. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BRAGA, Nilza Licia Xavier Silveira. A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XVIII: o estabelecimento do português Elias Antonio Lopes no Rio de Janeiro. **Angelus Novus**, n. 6, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/88883>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRIGHENTI, Andrea Mubi. On Territorology. Towards a General Science of Territory. **Theory, Culture & Society**, v. 27, n. 1, 2010.

BRIGHENTI, Andrea Mubi. On Territory as Relationship and Law as Territory. **Canadian Journal of Law and Society**, v. 21, n. 2, 2006.

CALDEIRA, Junia Marques. A praça colonial brasileira. **Universitas: Arquitetura e Comunicação Social**, CEUB, Brasília, v. 7, n. 1, Jan/Jun 2010.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelson. A cidade na América colonial portuguesa. **Estudos Ibero-Americanos**, PUC-RS, v. 22, n. 1, jun. 1996.

CORRÊA, Armando de Magalhães. Aqueduto e Chafariz da Carioca, p. 16. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 170, 1935.

CHAZKEL, A. O lado escuro do poder municipal: a mão de obra forçada e o Toque de Recolher no Rio de Janeiro oitocentista. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 31-48, 2013. DOI: 10.5007/1984-9222.2013v5n9p31. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2013v5n9p31>. Acesso em: 24 ago. 2022.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-colônia. Planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília, ALVA-CIORD, 1997.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. Rio de Janeiro, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 278, p. 157-222, jan/mar 1968.

DIAS, Renato Silva e ARAÚJO, Jeaneth Xavier. Igreja e Estado nas Minas Setecentistas: as festividades e a afirmação do poder régio. **OP SIS**, Catalão, v. 13, n. 2, p. 348-371, 2013.

FARIA, Breno Marques Ribeiro de. A projeção de uma imagem do rei: D. José I de Portugal. **Revista de História da Arte e da Cultura**, UNICAMP, Campinas, v. 1, n. 2, jul/dez, 2020.

FERNANDES, Cybele Vidal Neto. Festas Reais em Portugal e no Brasil colônia: organização, sentido, função social. **Artes & Ensaios**, UFRJ, Rio de Janeiro, n. 23, p. 51-61, 2011.

FERREZ, Gilberto. **A Praça XV de novembro. Antigo Largo do Carmo**. Rio de Janeiro, Riotur, 1978.

FRAGOSO, João. A economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no Império português (séculos XVI e XVII). **Dimensões**, Vitória, jul/dez, 2001.

FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 2000.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**, Lisboa, n. 23, 2000.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FRIDMAN, F.; MACEDO, V. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 1–21, 2013.**

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio: e de sua liderança na história política do Brasil.** Rio de Janeiro, Lacerda, 2000.

GOUVÊA, M. de F.; BICALHO, M. F. A construção política do território centro-sul da América portuguesa (1668-1777). **História, histórias, Brasília, v. 1, n. 1, 2013.**

HIGGS, David. Linguagem perigosa e a defesa da religião no Brasil na segunda metade do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz.** Lisboa: Editorial Estampa LTDA, 1995.

HIGGS, David. O Santo Ofício da Inquisição de Lisboa e a “Luciferina Assembleia” do Rio de Janeiro na década de 1790. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 162 (412), jul/set. 2001.**

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Herança rural, in **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês.** Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.

KURY, Lorelai Brilhante e FILHO, Oswaldo Munteal. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. **Acervo, Rio de Janeiro, v. 8, nº 1-2. jan/dez 1995.**

KURY, Lorelai Brilhante. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.11, supl.1, p.109-129, 2004.**

LACOMBE, Américo Jacobina. A conjuração no Rio de Janeiro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira, t. 1, v. 2, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 451 e 455, 2003.**

LOPES, Maria Antónia. Mulheres condenadas à morte em Portugal: de 1693 à abolição da última pena; in: BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, HERNÁNDEZ, Margarita Torremocha. **As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica.** Ed: Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Escola de homens de ciências: Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779. **Educar, Ed UFPR, n. 25, 2005.**

MARTINS, William de Souza. O púlpito em defesa do Antigo Regime: a oratória franciscana na Corte joanina (1808-1821). **Tempo**, UFF, Rio de Janeiro, v. 17, n. 31, p. 117-144, 2011.

MATTOS, Ilmar Rohloff. A moeda colonial, in **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec Editora, p. 30-44, 2017.

MELO, Victor Andrade de. As touradas nas festividades reais do Rio de Janeiro colonial. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 365-392, 2013.

METCALF, Alida C. Water and Social Space: Using georeferenced maps and geocoded images to enrich the history of Rio de Janeiro's fountains. **e-Perimtron**, Vol. 9, No. 3, 2014, pg. 129-145.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro. A centralidade da periferia. Prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806). **História, histórias**, Brasília, v. 1, n. 1, 2013.

NEVES, Guilherme Pereira das. Murmuração. In: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 2000.

NEVES, Guilherme Pereira das. **O Rio de Janeiro de 1794 no tribunal das luzes de R. Koselleck**. História, teoria e variações. Rio de Janeiro: Contra Capa ; Companhia das Índias, 2011

OLIVEIRA, Pablo Menezes e. As casas de câmara e a construção da imagem do Rei e do Estado nas Minas: breves notas. **Cadernos de História**, UFOP, Ouro Preto, v. 8, n. 1, jul. 2013.

OMEGNA, Nelson. A alma e fisionomia da cidade colonial. In: **A cidade colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

PEREIRA, Gustavo. Murmuração, dissimulação, condenação: os imbróglis em torno de um padre pregador e o regalismo do ouvidor do Espírito Santo. **Revista Ars Histórica**, n. 8, Anais da VIII Jornada Discente do PPGHIS/UFRJ, 2013.

PEREIRA, Júnior César. Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814): breve olhar sobre sua trajetória. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.8, nº 15, jul-dez, 2018.

POETTERING, Jorun. Water and the Struggle for Public Space: Social Negotiations in the usage of Colonial Rio de Janeiro's Waterworks. **Brasiliana - Journal for Brazilian Studies**, King's College London, Londres, v. 5, n. 2, 2017.

POETTERING, Jorun; RODRIGUES, Gefferson Ramos (org.). **“Em Benefício do Povo”**. **Obras, governo e sociedade na cidade colonial**. Rio de Janeiro, Mauad, 2016.

RAFFESTIN, Claude. Space, territory, and territoriality. **Society and Space**, v. 30, 2012.

RAFFESTIN, Claude. Territoriality. A Reflection of the Discrepancies Between the Organization of Space and Individual Liberty. **International Political Science Review**, v. 5, n. 2, 1984.

RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do espaço urbano colonial, in VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro, Zahar, p. 163-175, 1992.

RAMOS, Donald. A “voz popular” e a cultura popular no Brasil do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa, Editorial Estampa LTDA, 1995.

RODRIGUES, José Damião. Horizontes de reformas e luzes: uma leitura historiográfica a partir da América portuguesa; in GODOY, Scarlett O'Phelan & GARCÍA, Margarita Eva Rodríguez. **El ocaso del Antiguo Régimen en los Imperios Ibéricos**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Peru, Fondo Editorial, 2017.

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: Uma perspectiva geográfica para o estudo da religião, in: ROSENDAHL, Z e CORRÊA, R. L. Geografia: **Temas sobre Cultura e Espaço**. Rio de Janeiro, EdUERJ, p. 191-226, 2005.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **No Rascunho da Nação: Inconfidência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; **Ideologia e poder no rascunho da nação: rio de janeiro (anos 1790)**. 1982. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

SANTOS, Clara Braz dos; PEREIRA, Milena da Silveira. A cochonilha no mundo luso-brasileiro: o manuscrito setecentista editado por Manuel Joaquim Henriques de Paiva. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, v. 27, n. 1, jan.-mar, 2020.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis**. São Paulo: Editora Unesp, 2013

SCHLEE, M. B.; CAVALCANTI, N. O.; TAMMINGA, K. As transformações da paisagem na bacia do rio Carioca. **Paisagem e Ambiente**, n. 24, 2007.

STARLING, Heloísa Murgel. **Ser republicano no Brasil colônia: a História de uma tradição quase esquecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TOPA, Francisco. **Para uma edição crítica da obra do árcade brasileiro Silva Alvarenga - Inventário sistemático dos seus textos e publicações de novas versões, dispersos e inéditos**. Porto, Helvética - Artes Gráficas, Ltda. 1998.

TUNA, Gustavo Henrique. A construção de diferenças: Silva Alvarenga (1749-1814) e os limites de sua condição de fiel vassalo de Sua Majestade. **História (São Paulo)**, UNESP, São Paulo, v. 36, e. 25, 2017.

TUNA, Gustavo Henrique. **Silva Alvarenga, representante das Luzes na América portuguesa**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

TEIXEIRA, Claudia Barbosa. A territorialidade das ordens leigas e a configuração urbana do centro da cidade do Rio de Janeiro no século XVIII. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 37, p. 179-194, 2015.

VALIM, Patrícia. Da contestação à conversão: a punição exemplar dos réus da Conjuração Baiana de 1798. **Topoi**, v. 10, n. 18, jan.-jun, p. 14-23, 2009.

VALIM, Patrícia. Um crescendo de tomada de consciência: a Conjuração Baiana de 1798 no primeiro centenário da Independência do Brasil. **Intellèctus**, n. 1, p. 141-176, 2020.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Prática de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura, in NOVAIS, Fernando A. (coord.); SOUZA, Laura de Mello e. (org.). **História da vida privada do Brasil 1**, São Paulo, Companhia de Bolso, 2018.

VILLALTA, Luiz Carlos. Rio de Janeiro, 1794: a utopia entre a “República do Tageaí” e o “Ano de 2440”, in **1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WEHLING, Arno. Ilustração e política estatal no Brasil, 1750-1808. **Humanidades: Revista de la Universidad de Montevideo**, v.1, n. 1, 2001.

WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. **Revista do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 316, jul.-set., 1977.

WOOD, A. J. R. Russel. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, 1998.

WOOD, A. J. R. Russel. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. **Revista de História**, USP, v. 55, n. 109, 1977.